



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA**

KARINA LIMA OLIVEIRA

**O AVANÇO DO EUCALIPTO NO TERRITÓRIO DO EXTREMO SUL DA BAHIA:
RECENTES TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E O PAPEL DO
CRÉDITO RURAL**

**SALVADOR
2008**

KARINA LIMA OLIVEIRA

**O AVANÇO DO EUCALIPTO NO TERRITÓRIO DO EXTREMO SUL DA BAHIA:
RECENTES TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E O PAPEL DO
CRÉDITO RURAL**

Dissertação do Curso de Mestrado em Economia pela
Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à
obtenção do Grau de Mestra em Ciências Econômicas.

Área de Concentração: Economia Agrária, Meio Ambiente e
Recursos Naturais.

Professora Orientadora: Dra. Gilca Garcia de Oliveira

**SALVADOR
2008**

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Magalhães CRB5-960

Oliveira, Karina Lima.

O48 O avanço do eucalipto no território do extremo Sul da Bahia: recentes transformações na estrutura fundiária e o papel do crédito rural/Karina Lima Oliveira. __ Salvador, 2008.

153 f.: il.: tab.; fig.; quad.

Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas, 2008.

Orientadora: Profª Dra. Gilca Garcia de Oliveira.

1. Economia agrária 2. Agricultura familiar 3. Crédito rural 4. Silvicultura - Bahia 5. Eucalipto I. Oliveira, Gilca Garcia de II. Título

CDD – 338.1

KARINA LIMA OLIVEIRA

O Avanço do Eucalipto no Território do Extremo Sul da Bahia: Recentes Transformações na Estrutura Fundiária e o Papel do Crédito Rural.

Dissertação do Curso de Mestrado em Economia pela Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestra em Ciências Econômicas.

Aprovada em:

Orientador: _____

Prof^a. Dra. Gilca Garcia de Oliveira
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA/ Curso de Mestrado em Economia

Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA/ Curso de Mestrado em Economia

Prof^a. Dra. Francis Lee Ribeiro
Universidade Federal de Goiás/ Curso de Doutorado em Ciências Ambientais

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por me permitir concluir este mestrado, protegendo a mim e todas as pessoas que me são caras;

Aos meus pais, José e Valda, pelo amor, apoio incondicional e pela dedicação ao meu filho;

Ao meu filho Kaio, pelas constantes alegrias, sem as quais não teria prosseguido, além de sua enorme compreensão;

À minha pequena sobrinha Luana e sua capacidade de me fazer sorrir;

Aos meus irmãos Kleber e Carol, pelo afeto, atenção e encorajamento tão importantes nesta etapa da minha vida;

Aos meus cunhados Carol Manzini e Sérgio, amigos de sempre, pelo apoio e incentivo;

À Professora Gilca de Oliveira pela imensa assistência e dedicação ao desenvolvimento deste estudo e ao meu crescimento acadêmico, tornando-se uma estimada amiga.

Às amigas do mestrado Ana Elísia e Edna, companheiras incansáveis nesta jornada;

Aos colegas do mestrado pelas inúmeras horas de estudo em grupo, em especial, Edileuza, André e Nícia;

Aos Professores do CME/ UFBA, Henrique Tomé, Vitor Couto, Paulo Balanco e Lívio Wanderley, pelas inestimáveis contribuições à minha formação;

À Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo apoio financeiro;

À equipe do Projeto GeografAR pela colaboração a esta pesquisa;

Aos funcionários da FCE/ CME/ UFBA Rui, Sueli, Anita, Washington e Vânia;

Aos representantes da EBDA e Veracel Celulose – Eunápolis – Ba, por viabilizarem minha pesquisa de campo.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o
que ensina
Cora Coralina

Paciência e perseverança têm o efeito mágico de
fazer as dificuldades desaparecerem e os obstáculos
sumirem
John Quincy Adams

RESUMO

Este estudo trata do avanço do eucalipto, sobre a estrutura fundiária e o papel do crédito rural para o Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia. Especificamente, esta investigação consiste em uma análise do processo de intensificação da silvicultura para fins industriais e seus efeitos sobre a configuração agrícola-agrária, e sobre o meio ambiente. E também em um estudo de viabilidade econômica do eucalipto para a produção de celulose, simulando diferentes formas de acesso ao crédito rural. O Extremo Sul baiano, desde a segunda metade do século XX caracteriza-se pelo avanço do capital, que vem modificando as relações sociais, a estrutura produtiva e a paisagem local. Destacam-se nesse processo a pecuária bovina extensiva, a mecanização de alguns cultivos, a atividade madeireira e mais recentemente o cultivo de eucalipto. Deve-se ressaltar que a expansão de atividades menos intensivas em mão-de-obra, como estas, têm favorecido a expulsão do “homem do campo” e intensificado o processo de concentração de terras, além de provocar significativas perdas ambientais. A metodologia adotada foi a pesquisa quantitativa e qualitativa do tipo exploratória dividida em pesquisa documental e levantamento de campo. A primeira foi realizada a partir de revisão bibliográfica e de coleta e análise de dados secundários junto aos principais órgãos de referência. Na segunda parte foram levantados dados primários junto a agricultores, técnicos agrícolas, representantes sindicais e do setor de celulose (informantes qualificados), do território, para a construção de alguns indicadores técnicos e econômicos. Estas informações permitiram o cálculo da viabilidade econômica de uma unidade familiar produtora de eucalipto, obtendo-se a relação custo-benefício no ciclo da floresta até o primeiro corte, realizado no sétimo ano. Neste sentido buscou-se verificar a relevância do crédito rural oferecido pelo Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) e pelo Programa Produtor Florestal, desenvolvido pela Veracel Celulose, no que se refere às suas metodologias e abrangência. Verificou-se neste estudo, que o avanço do eucalipto, seja sob a forma de monocultura, ou não, tem provocado relevantes modificações sobre a paisagem e sobre a estrutura fundiária local. Evidencia-se o papel de políticas de fomento florestal, sendo que a iniciativa das empresas têm se destacado. O estudo de viabilidade econômica apontou que o projeto de produção de eucalipto financiado pela Veracel atingiu uma melhor relação benefício-custo (3,72), que o financiado pelo PRONAF (2,92). No que se refere à relevância deste estudo, espera-se contribuir de forma efetiva, com algumas diretrizes para o desenvolvimento sustentável no meio rural do Extremo Sul da Bahia, e também servir como um instrumento de orientação na elaboração de políticas públicas de incentivo ao uso da terra, de acordo com sua função social.

Palavras-chave: Avanço do eucalipto. Agricultura familiar. Estrutura fundiária. Crédito rural. Viabilidade econômica. Extremo Sul da Bahia.

ABSTRACT

This study addresses the progress of eucalyptus on a land structure and the role of rural credit to the Territory of the identity of the Far South of Bahia. Specifically, this research is an analysis of the intensification of forestry for industrial purposes and its effects on agriculture-agrarian setting, and the environment. Also in a study of economic feasibility for the production of eucalyptus pulp, simulating different types of access to rural credit. The Far South Bahia, since the second half of the twentieth century is characterized by the advance of capital, which is changing the social relations, the production structure and the local landscape. It is this process to extensive cattle husbandry, the mechanization of some crops, activity logging and more recently the cultivation of eucalyptus. It should be emphasized that the expansion of activities less intensive in labor, as they have favored the expulsion of the "man of the field" and intensified the process of concentration of land, and cause significant environmental losses. The methodology adopted was the qualitative and quantitative research-type exploratory divided in documentary research and survey the field. The first was made from literature review and collection and analysis of secondary data from the main body of reference. In the second part were collected primary data from the farmers, agricultural experts, union representatives and the industry of pulp (qualified informants) of territory for the construction of some technical and economic indicators. This information allowed the calculation of the economic feasibility of producing a family of eucalyptus, obtaining value for money in the cycle of forest to the first cut, made in the seventh year. Accordingly we tried to verify the relevance of rural credit offered by the National Program of Family Agriculture (PRONAF) and the Forestry Program Producer, developed by Veracel Cellulose, with regard to their methodologies and scope. It was this study that the advance of eucalyptus, is in the form of monoculture, or not, has caused important changes on the landscape and the local land structure. There is the role of policies to promote forest, and the initiative of companies have posted. The economic feasibility study indicated that the project financed by the production of eucalyptus Veracel achieved a better benefit-cost ratio (3.72), which funded by PRONAF (2.92). Regarding the relevance of this study, it is expected to contribute effectively, with some guidelines for sustainable development in rural areas of the Far South of Bahia, and also serve as a tool for guidance in the development of public policies to encourage use the earth, according to their social function.

Key Words: Advancement of eucalyptus. Family farming. Land structure. Rural credit. Economic viability. Far South of Bahia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa do Extremo Sul da Bahia	20
Quadro 1	Produto Interno Bruto a Preços Correntes por Municípios e Classificação. Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia, 2000 – 2005	31
Quadro 2	PIB Municipal - Valor Adicionado a Preços Correntes por Setor de Atividade. Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia, 2002 – 2005	33
Quadro 3	População Total, Urbana e Rural, Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia, 1991 - 2000	
Quadro 4	Área Plantada com Eucaliptos no Brasil e principais Estados produtores, 2000	34
Quadro 5	Distribuição geográfica da produção de madeira em tora, 2003, (em US\$ milhões)	53
Quadro 6	Área plantada de florestas para fins de produção, por região, Estados e Brasil, 2006	54
Quadro 7	Área imobiliária total possuída pelas empresas, incluindo coligadas e arrendadas por Estado, 2007 – Em mil hectares	54
Quadro 8	Maiores produtores mundiais de celulose e papel, 2007	55
Quadro 9	Consumo per capita países selecionados, 2006	59
Quadro 10	Maiores empresas produtoras de pasta de celulose	60
Figura 2	Destino da Produção brasileira de pasta de celulose	61
Figura 3	Destinação dos recursos gerados em 2006 pelo setor de celulose e papel	61
Figura 4	Vista Aérea da Bahia Sul Celulose	63
Figura 5	Localização da Veracel Celulose	64
Quadro 11	Área de Plantio de Eucalipto da Veracel	67
Quadro 12	Produção de celulose em toneladas: Veracel e Brasil	68
Quadro 13	Resumo Legislação Ambiental – Constituição Federal, Artigo 225	69
Figura 6	Processo de fragmentação da Mata Atlântica do Extremo Sul da Bahia	73
Figura 7	Paisagem degradada por pasto, Guaratinga-Ba	77
Figura 8	Plantação de Eucalipto – Veracel Celulose, Eunápolis – Ba	89
Figura 9	Plantação de eucalipto próxima à área de Mata Atlântica, Eunápolis	80
Figura 10	Mapa Concentração Fundiária no Território de identidade do Extremo Sul da Bahia	83
Quadro 14	Contratos de Custeio e Investimento – PRONAF, 2008	95
Quadro 15	Número de Contratos e Montante do Crédito Rural do PRONAF por modalidade e ano Fiscal – Brasil, 2000/2007	111
Quadro 16	Número de Contratos e Montante do Crédito Rural do PRONAF por Ano Fiscal Bahia e Extremo Sul, 2000-2007	112

Quadro 17	Números de Contratos do Programa Produtor Florestal – Veracel Celulose S/A, Extremo Sul da Bahia e proximidades, 2003-2008	112
Quadro 18	Área Plantada por município Programa Produtor Florestal – Veracel Celulose, Extremo Sul da Bahia e proximidades, 2003-2008	115
Quadro 19	Resultado da Pesquisa de Campo – Entrevistas aos Informantes Qualificados	124
Quadro 20	Resultado do Estudo de Viabilidade do Eucalipto – Financiamento Programa Produtor Florestal da Veracel Celulose	130
Figura 11	Resultado dos Indicadores Físicos para formação de Receita Líquida da produção de eucalipto com Financiamento Programa Produtor Florestal	131
Figura 12	Resultado dos Indicadores Físicos para formação de Receita Líquida da produção de eucalipto com Financiamento do PRONAF	133
Quadro 21	Resultado do Estudo de Viabilidade do Eucalipto – Financiamento PRONAF	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População Total e Área Por Ordem Decrescente da Densidade Demográfica, Território de Identidade do Extremo Sul - Bahia, 2006	36
Tabela 2	Lavouras Temporárias, Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia, 1995/ 96	41
Tabela 3	Lavouras Temporárias, Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia, 2006/2007	41
Tabela 4	Lavouras Permanentes, Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia, 1995/ 96	42
Tabela 5	Lavouras Permanentes, Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia, 2006/2007	43
Tabela 6	Efetivo de Rebanhos, Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia, 1995-2006	44
Tabela 7	Produção e Valor da Silvicultura. Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia, 1995/ 96	45
Tabela 8	Produção e Valor da Silvicultura. Território de identidade do Extremo Sul da Bahia, 2006/2007	46
Tabela 9	Índice de Gini, Território de identidade do Extremo Sul da Bahia, 1970 – 1995/96	94
Tabela 10	Número e área de estabelecimentos, segundo estratos, em hectares, Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia, 1970 - 1995/1996.	96
Tabela 11	Utilização das terras, em hectares, Território de identidade do Extremo Sul da Bahia, 1970-1995	97
Tabela 12	Variação da área ocupada segundo usos, em hectares, Território de identidade do Extremo Sul da Bahia, 1970-1995/96	98
Tabela 13	Distribuição percentual dos estabelecimentos e áreas segundo condição do produtor, Território de identidade do Extremo Sul, 1970-1995/96	99

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BIRD	Banco Internacional para Desenvolvimento e Construção
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional do Estado da Bahia
CRH	Centro de Recursos Hídricos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPEDES	Centro de Estudos e Pesquisa para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia
CEPRAM	Conselho Estadual para o Meio Ambiente
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/ A
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FISSET	Fundo de Investimentos Setoriais
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IESB	Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPF	Programa Produtor Floresta da Veracel
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RBMA	Reserva Biológica de Mata Atlântica
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SEAGRI	Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
SBS	Sociedade Brasileira de Silvicultura
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia
SEMARH	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO EXTREMO SUL DA BAHIA	19
2.1	CARACTERIZAÇÃO NATURAL E GEOGRÁFICA	19
2.2	EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO	22
2.3	A RECENTE CONFIGURAÇÃO DO EXTREMO SUL BAIANO: PRINCIPAIS ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS	28
2.4	O SETOR AGRÍCOLA TRADICIONAL: A BASE PRODUTIVA	39
3	EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE FLORESTAL E O SETOR DE PAPEL E CELULOSE	48
3.1	ATIVIDADES FLORESTAIS: PRINCIPAIS CONDICIONANTES	48
3.2	AS INDÚSTRIAS DE PAPEL E CELULOSE	56
3.2.1	Suzano Papel e Celulose - Bahia Sul Celulose	64
3.2.2	A Veracel Celulose S.A	66
3.3	O AVANÇO DO EUCALIPTO SOBRE OS RECURSOS NATURAIS NO EXTREMO SUL DA BAHIA	70
4	MONOCULTURA DO EUCALIPTO: UMA ANÁLISE DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DO CRÉDITO RURAL	86
4.1	A QUESTÃO AGRÁRIA	87
4.1.1	Reconfiguração da Estrutura Fundiária Sob a Ótica da Ocupação do Espaço Rural no Extremo Sul da Bahia	93
4.2	CRÉDITO RURAL: CARACTERIZAÇÃO E RELEVÂNCIA PARA PEQUENA AGRICULTURA	101
4.2.1	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF	105
4.2.2	Programa Produtor Florestal – PPF da Veracel Celulose	114
5	ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA DO EUCALIPTO: O CRÉDITO PRONAF E O PROGRAMA DE FOMENTO DA VERACEL CELULOSE	122
5.1	METODOLOGIA	122
5.1.1	Descrição da Pesquisa de Campo	123
5.1.2	Estudo de Viabilidade Econômica da Produção de Eucalipto – Materiais e Métodos	125
5.1.2.1	Análise de Viabilidade Econômica do eucalipto: Financiamento do Programa Produtor Florestal Veracel	129
5.1.2.1	Análise de Viabilidade Econômica do eucalipto: Financiamento do PRONAF	133
5.2	RESULTADOS E DISCUSSÕES	134
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
	REFERÊNCIAS	139
	ANEXOS	145

1 INTRODUÇÃO

Estima-se que a introdução do eucalipto no Brasil data do século XIX, tendo sido utilizado como reflorestamento na região Sudeste e, posteriormente, como fornecedor de madeira para a construção de postes e dormentes das nascentes ferrovias. Desde então esta cultura vem despertando uma série de debates, seguindo correntes antagônicas quanto a esta atividade.

A partir da segunda metade do século XX, a lógica do modo de produção capitalista espalha-se por todo o Extremo Sul baiano, transformando rapidamente a paisagem, e as relações sócio-econômicas do Território. Corresponde basicamente ao período da expansão da bovinocultura extensiva, da mecanização do café e do avanço do capital madeireiro, intensificando, desta forma, a devastação dos recursos naturais. Este processo se deu, a partir dos anos de 1950, mas, sobretudo nos anos de 1970, até as décadas de 1980 e 1990 com a implantação dos modernos projetos industriais de reflorestamento de eucalipto.

A partir de 1990, com a abertura comercial, a dinâmica da economia brasileira tem se desenvolvido com a sua inserção competitiva no mundo globalizado. Com a delimitação deste marco histórico, este estudo analisa o caso concreto do Extremo Sul da Bahia que, desde os anos de 1980, emerge enquanto espaço para a expansão do complexo florestal voltado às grandes empresas do setor de papel e celulose.

O desenvolvimento do Extremo Sul baiano tem refletido, em grande medida, as recentes transformações das atividades econômicas do País. Desta forma, amplia-se a emergência de espaços novos que se supõem dinâmicos, nos quais o desenvolvimento se dá pela expansão do agronegócio moderno, emergindo enquanto área de crescimento do plantio de eucalipto, atendendo às necessidades de grandes empresas do segmento de papel e celulose. Nos últimos anos, a indústria nacional deste setor vem se destacando, sendo, atualmente, o Brasil, o maior produtor e exportador mundial de celulose de fibra curta de eucalipto.

O estado da Bahia, em especial, o Território do Extremo Sul atraiu este tipo de investimento devido às características edafoclimáticas favoráveis ao cultivo do eucalipto. Além dos fatores naturais, somam-se os preços relativamente baixos das terras, quando comparadas com outras regiões do País, e a formulação de políticas públicas favoráveis ao setor. Tais incentivos têm

contribuído, de forma decisiva, para a criação e organização deste segmento exportador no Brasil e, especialmente, na Bahia.

Os grandes empreendimentos do setor de papel e celulose no Extremo Sul baiano são: a Suzano Bahia Sul Papel e Celulose e a Veracel Celulose, localizados nos municípios de Mucuri e Eunápolis, respectivamente. Também está presente no Território a CAF Santa Bárbara Ltda, no Município de Teixeira de Freitas, produzindo carvão, a partir do eucalipto e abastecendo os fornos da Belgo Mineira, no Município de Juiz de Fora, Minas Gerais.

Ao mesmo tempo em que o capital adentra no Extremo Sul da Bahia evidenciam-se os efeitos da globalização, e desta forma, da competitividade, identificadas por alguns eventos que vêm ocorrendo no território como: a apropriação de terras públicas, devolutas e indígenas por grileiros; cercamento do espaço rural e conflitos agrários. Deve-se enfatizar que todo esse processo não é apenas causado pelo crescimento da monocultura do eucalipto, como também pela expansão da pecuária extensiva (aliás, um processo bem mais antigo) e pela tecnificação das produções do mamão e do café. Estes fatores têm contribuído para: o crescimento da desocupação rural; o surgimento de vastos maciços florestais de eucalipto; a implantação de grandes plantas industriais papel e celulose e; a atração de grandes contingentes migratórios de outras regiões do País, (MACHADO; COUTO, 1999).

Estas atividades são intensivas em capital, e desenvolvem-se em grandes extensões de terra, contribuindo assim, com a expansão da concentração fundiária e com o êxodo rural. Tem favorecido também a precarização das áreas urbanas, devido ao aumento populacional, possivelmente, associado ao processo de favelização, elevação das taxas de desemprego e dos índices de violência (DIAS, 2001). E, por fim, o desenvolvimento do monocultivo de uma espécie exótica, como o eucalipto, a abertura de pastos e o desenvolvimento de outras monoculturas têm intensificado o processo de perda da biodiversidade local.

O segmento de papel e celulose, devido ao grande volume de capital e tecnologia envolvidos em seu processo produtivo proporciona um grande potencial de reformulação econômica e espacial. Diante deste fato, é importante destacar que a implantação e o desenvolvimento da monocultura do eucalipto, objeto deste estudo, liderados pelas grandes empresas do setor de papel e celulose, proporcionam a inserção competitiva do Extremo Sul da Bahia na dinâmica econômica dos cenários nacional e internacional. Por outro lado, provocam transformações

significativas na estrutura regional, particularmente, no que se refere à estrutura agrícola-agrária. Portanto, deve interessar a toda sociedade conhecer, não só os efeitos positivos desta atividade, como também, os impactos negativos no que se refere às atividades agrícolas tradicionais, em especial, às unidades familiares.

Freqüentemente, o objetivo do crescimento econômico, acarreta conseqüências ambientais não desejadas. A conciliação da produção economicamente viável com a ocupação de mão-de-obra e o respeito ao meio ambiente, apesar de ser uma tarefa bastante complexa, deve ser tratado como um dever, uma contrapartida na aquisição de recursos públicos de fomento à produção. As principais entidades internacionais e os mercados consumidores de países desenvolvidos, cada vez mais exigem dos produtores responsabilidade social e ambiental, sendo este um diferencial para os que desejam fazer parte da competição globalizada.

Neste sentido, esta pesquisa apresenta objetiva a analisar o avanço do eucalipto, em especial, sob a forma de monocultura, para fins industriais, sobre a estrutura fundiária, a produção agrícola tradicional e o meio ambiente deste Território. Ou seja, questiona os efeitos da expansão do eucalipto sobre a estrutura agrícola-agrária e os recursos naturais. Baseia-se na hipótese de que esta atividade tem contribuído na modificação da paisagem natural, e causado efeitos negativos sobre a estrutura fundiária, sobretudo relacionado com os pequenos produtores.

Objetiva também a realização de um estudo de viabilidade econômica do plantio de eucalipto, voltado à indústria de papel e celulose, destacando-se duas diferentes formas de acesso ao crédito rural no que se refere à sua metodologia, filosofia dos programas e abrangência.

O presente estudo busca tratar a questão das recentes transformações sócio-econômicas e ambientais do Extremo Sul baiano, segundo a Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, pautada no conceito de Territórios de Identidades. Este é originário da abordagem dos Territórios Rurais desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), integrante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), adotando uma abordagem territorial como referência conceitual para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Em outras palavras, procura-se compreender o atual processo de desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia como um processo que articula, de maneira integrada, as dimensões sócio-cultural, político-institucional, econômica e ambiental, valorizando ações que estimulem a gestão do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. O incentivo ao desenvolvimento sustentável deve considerar a importância da dinamização econômica neste território rural, com ênfase na agricultura familiar e na reforma agrária (BRASIL, 2008).

Busca-se enfatizar a importância do crédito rural neste contexto, destacando-se a ação do Estado através do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), e, de iniciativas do setor privado como o Programa Produtor Florestal, desenvolvidos pelo Governo Federal e pela Veracel Celulose, respectivamente.

A relevância deste estudo está em poder apontar os principais fatores de transformações na estrutura fundiária do Extremo Sul do Estado, desencadeado pelo avanço do eucalipto para fins industriais. E fornecer subsídios ao desenvolvimento de políticas públicas adequadas para a produção sustentável no meio rural baiano.

Além desta primeira parte introdutória, este estudo conta com mais quatro capítulos. O segundo capítulo trata da caracterização geofísica, histórica e da evolução demográfica e socioeconômica do Extremo Sul da Bahia. São também discutidas as recentes modificações na base produtiva do setor agrícola tradicionalmente desenvolvido neste território.

No terceiro capítulo, caracteriza-se, de forma evolutiva, o setor silvícola voltado à indústria de papel e celulose. Discute-se a ação das indústrias e do avanço do eucalipto sobre as áreas de Mata Atlântica. No quarto capítulo é realizado um estudo sobre a questão agrária, a saber, a estrutura fundiária e agricultura familiar neste contexto. São também analisados dois Programas de Crédito Rural oferecidos pelas esferas públicas e privadas, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Produtor Florestal da Veracel Celulose, através da coleta e análise de dados secundários e primários, sendo as principais fontes utilizadas: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia (SEI), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A (EBDA), Veracel Celulose S/A, Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dentre outros.

No quinto capítulo é realizado um estudo de caso, a partir de uma avaliação de viabilidade econômica, a partir da coleta de informações de uma unidade típica de produção familiar, produtora de eucalipto. Nesta seção são apresentados os principais resultados e indicadores de rentabilidade econômica e financeira, fazendo-se duas simulações quanto ao tipo de financiamento rural utilizado. Além das fontes primárias discute-se nesta seção as impressões dos informantes qualificados sobre o avanço do eucalipto e da implantação de projetos industriais de celulose, levantados durante a pesquisa de campo, realizada no Município de Eunápolis.

Por fim são apresentadas as considerações finais que indicam significativas modificações na estrutura fundiária do Território, devido ao avanço do eucalipto, sendo esta caracterizada por um forte processo de concentração de terras. Este processo é também reforçado pelos programas de financiamento de formação de florestas, em que as empresas acabam por ocupar o papel que deveria ser assumido pelo Estado, contribuindo para uma nova configuração agrícola-agrária. Verificam-se outros impactos, como êxodo rural, modificações na paisagem natural local, e a dependência de programas de crédito.

2 O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO EXTREMO SUL DA BAHIA

Este capítulo objetiva caracterizar os aspectos naturais, geofísicos, demográficos, e sócio-econômicos do Extremo Sul da Bahia, buscando contextualizar e melhor compreender as modificações empreendidas em todo o seu espaço devido à ação de algumas atividades econômicas, destacando-se a monocultura do eucalipto voltada ao setor de papel e celulose.

Este estudo utiliza o conceito de Território definido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) (BRASIL, 2008), como um espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, sendo caracterizado por critérios tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições presentes. Compreende uma população de grupos sociais relativamente distintos, mas que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, que indicam identidade e coesão social, econômica, cultural e territorial. Deve-se ressaltar que esta pesquisa não se detém aos aspectos culturais, e sim sociais, econômicos e ambientais, no que se refere à evolução da ocupação, do povoamento e do desenvolvimento de atividades produtivas no Território de Identidade do Extremo Sul baiano, no sentido de compreender a sua atual configuração.

A adoção da abordagem territorial aqui se justifica por ser essa uma referência utilizada pelo MDA, em estratégias de apoio ao desenvolvimento rural sustentável, tema abordado neste estudo. Embora o Extremo Sul da Bahia ainda não esteja integrado ao Programa Territórios Rurais do Governo Federal, o Governo Estadual vem apoiando esta iniciativa através de Instituições como a Secretaria de Agricultura Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI) por meio da institucionalização dos Territórios de Identidade como forma de promover o planejamento, a implementação e a auto-gestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, e o fortalecimento e dinamização da sua economia.

2.1 CARACTERIZAÇÃO NATURAL E GEOGRÁFICA

O espaço identificado como Território de Identidade do Extremo Sul localiza-se ao sul do estado da Bahia, fazendo fronteira em sua parte sul com o norte do Estado do Espírito Santo, a

oeste com o estado de Minas Gerais. Ao norte faz divisa com o Território de Identidade do Sul da Bahia e a região econômica Sudoeste, estando sua faixa leste às margens do Oceano Atlântico. O Território fica em média a 813 km da capital, Salvador (Figura 1).



Figura 1 - Mapa do Extremo Sul da Bahia
Fonte: SEI, 2003

Apresenta uma área total aproximada de 30.647 Km², o que corresponde a 5,6 % do território da Bahia. Atualmente é constituída pelos municípios de Alcobaça, Belmonte, Caravelas,

Eunápolis, Guaratinga, Ibirapoã, Itabela, Itagimirim, Itamaraju, Itanhém, Itabepi, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabralia, Teixeira de Freitas e Vereda.

O Extremo Sul da Bahia guarda importantes remanescentes de Mata Atlântica, possuindo clima tropical com temperaturas amenas variando entre 18° e 30° C, e índice pluviométrico mediano variando em torno de 1.200 mm/ano, com maior incidência entre os meses de março a maio (ROCHA, 2006). Este território é formado por três grandes compartimentos geomorfológicos: a planície subdividida em marinha, fluvial e flúvio-marinha onde predominam os ecossistemas costeiros (restinga e manguezal); e os planaltos costeiro e pré-litorâneo, onde estão situadas a floresta ombrófila densa e a floresta estacional semi-decidual. Desta forma, com cerca de 300 km de praias, apresenta variados ecossistemas localizados em áreas úmidas como falésias; coqueirais; lagoas; mangues; brejos; pântanos; e planícies litorâneas cheias de formações coralíferas, ilhas e arquipélagos, fundamentais para a manutenção da cadeia alimentar e reprodutiva de aves e espécies aquáticas raras.

As florestas tropicais, presentes no Território, constituem uma das mais ricas reservas de diversidade biológica de todo o globo terrestre. No entanto, a existência desta expressiva riqueza não tem sido suficiente para evitar a destruição que tem afetado gravemente estes ambientes. A Mata Atlântica brasileira talvez seja o exemplo mais drástico desta realidade. Da exuberante formação florestal que se estendia pela maior parte do litoral brasileiro, hoje restam menos de 8%. As regiões Sul e Extremo Sul da Bahia, mais especificamente a faixa compreendida entre os rios Jequitinhonha e Contas, conservam a parcela mais significativa deste bioma no Nordeste do Brasil, apresentando uma grande riqueza de espécies da fauna e flora, sendo considerada como um dos principais centros de endemismo da Mata Atlântica (IESB, 1998).

A vegetação é caracterizada por árvores altas, com folhas sempre verdes e abundância de epífitas. Dentre as espécies de árvores mais características e raras, podem ser citadas: o jacarandá-da-bahia (*Dalbergia nigra*), o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) e o jequitibá (*Cariniana sp*). Estudo recente realizado por especialistas do Centro de Pesquisas do Cacau e do Jardim Botânico de Nova York encontrou na Mata Atlântica do Sul da Bahia um recorde mundial em riqueza de espécies arbóreas, 456 espécies/ha. Conserva ainda uma grande diversidade de espécies da fauna, sendo recentemente descoberto um novo gênero de aves

(*Acrobarionis fonsecae*). O mico-leão-de-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*) e o macaco-prego-do-peito-amarelo (*Cebus apella xanthosternos*) são espécies símbolos deste território, não sendo, estes animais silvestres encontrados em nenhum outro lugar do planeta (IESB, 1998).

A presença de áreas de Mata Atlântica tem gerado uma crescente preocupação, de estudiosos e ambientalistas com a expansão da atividade madeireira e da pecuária no Território. Some-se a isso o declínio da cultura do cacau no Estado e de outras lavouras frutícolas, com conseqüente redução das populações naturais de várias espécies endêmicas.

As perdas ambientais locais devem-se também a precárias condições de infra-estrutura. De acordo com Rocha (2006, p.2):

Contraopondo-se a estas magníficas paisagens naturais com seus frágeis ecossistemas costeiros, as condições de infra-estrutura dos municípios são precárias. Assim, constata-se que inexistem redes de esgotamento sanitário em mais da metade da totalidade dos domicílios do território, o que compromete a qualidade dos rios e a balneabilidade das praias próximas aos locais de despejos destes efluentes; o sistema de abastecimento de água é limitado, não atendendo a grande parte dos domicílios; o lixo, quando coletado nas zonas urbanas, tem seu destino final a céu aberto.

As atividades madeireiras e a pecuária extensiva, talvez sejam as de maior impacto sobre os últimos remanescentes da Mata Atlântica regional, carecendo de forte ação governamental reguladora, com o risco de que, em poucos anos, as áreas mais significativas tenham sido destruídas. Uma ação do Governo do Estado fortalecendo suas instituições de meio ambiente, principalmente no que se refere à gestão das florestas e das águas, tem relevância nesta atual conjuntura, caracterizada pelo avanço de monoculturas.

2.2 EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

Após a descoberta do Brasil, o Governo português se deparou com a necessidade de demarcação, defesa, exploração e povoamento das novas terras. A forma encontrada foi a adoção do Sistema de Capitâneas Hereditárias, tendo sido criadas no século XVI, entre os anos de 1534 e 1566, cinco capitâneas: Porto Seguro, Bahia de Todos os Santos, São Jorge dos Ilhéus, Peroassu ou Paraguaçu e Itaparica/ Tamarandiva. Esta configuração, dois séculos depois, originou o atual Estado da Bahia. De acordo com a SEI *apud* Bueno (2001), essas

eram as capitâneas do centro, situadas na parte mais conhecida do litoral brasileiro, um território considerado seguro e potencialmente rentável. As cartas de doação das capitâneas aos donatários, pessoas de confiança do rei, eram muito semelhantes, e, dentre as inúmeras atribuições, constavam a licença para a criação de vilas.

De acordo com a SEI (2001), até meados do século XVI, a ocupação era incipiente, ficando restrita às vilas e sedes das capitâneas. Mais tarde, atingiu o baixo curso dos rios do entorno da Baía de Todos os Santos, onde se desenvolvia a monocultura da cana-de-açúcar, beneficiada nos primitivos engenhos. Longe da capital, as missões e as fazendas de gado cresciam quase à revelia do governo central, favorecendo assim, a criação de povoados.

A faixa do território, que ia de Valença, na Capitania São Jorge dos Ilhéus, até Porto Seguro, ofereceu grandes empecilhos à colonização, devido às condições topográficas que dificultaram a conquista por parte dos europeus, e, ao mesmo tempo, contribuía para a ação dos índios, com seus constantes ataques às propriedades, em defesa do próprio território. Além disso, as capitâneas não dispunham de recursos para garantir e defender os interesses da população.

De acordo com a carta de doação da capitania de Porto Seguro, localizada no Extremo Sul do atual Estado da Bahia, foi dada a Péro do Campo Tourinho em 27 de maio de 1534.

Um dos trechos diz: ...com extensão de 50 léguas de costa, as quais começam onde acabam as 50 léguas de que tenho feito mercê a Jorge Figueiredo Correia. Quase dois anos depois, o donatário ancorou seus navios na foz do Rio Buranhém, em local muito próximo ao que Cabral havia escolhido em 1500, portanto já conhecido dos portugueses, tendo na ocasião encontrado um homem chamado João de Tiba. (SEI, 2001, p. 24).

O Extremo Sul baiano faz parte da Costa do Descobrimento, sendo uma das primeiras áreas de ocupação do Brasil. No entanto, somente a partir do século XX, este Território passa a apresentar um significativo desenvolvimento demográfico e sócio-econômico. Até então, participava da economia colonial de forma periférica, servindo de base complementar à estrutura agro-exportadora, e não fazendo parte dos principais centros dinâmicos vigentes na época.

Os colonizadores portugueses ao chegarem ao Território identificaram algumas tribos indígenas como a dos *Tupinambás*, *Kamakan*, *Pataxó* e *Kataxó*, existindo hoje, alguns poucos

remanescentes das tribos *Pataxós*. Após a instalação do Governo Geral, foram concedidas terras em regime de sesmarias para compensar pessoas por feitos relevantes à Coroa, principalmente aquelas que estavam situadas no litoral. Já a ocupação do interior do Extremo Sul da Bahia se deu principalmente através das expedições saídas de Salvador, Ilhéus e Porto Seguro, em busca de terras livres para a agricultura, sendo as novas vilas e cidades edificadas ao longo dos leitos dos rios, a exemplo do Jequitinhonha e do Mucuri (TAVARES, 2000).

Não é um território qualquer. Foi nela que há quase quinhentos anos, os primeiros “colonizadores” colocaram seus pés. É aqui o berço da nacionalidade, onde encontramos não somente ainda ecossistemas essenciais para o país e o mundo inteiro como também o Parque Marinho dos Abrolhos, o Parque do Monte Pascoal e os remanescentes da Mata Atlântica com sua fauna e flora únicas, e ainda “remanescentes” de uma cultura antiga do povo *Pataxó* e dos *Quilombolas*. (KOOPMANS, 1997, p. 13).

O processo de ocupação e povoamento do Território do Extremo Sul da Bahia teve início, a partir da criação de entrepostos para envio de pau-brasil a Portugal, no século XVI, e através da tentativa de criação de povoados, vilas e cidades com as finalidades de defesa, comércio e administração da colônia. Tal processo estendeu-se deste século até meados do século XX, sendo Porto Seguro (1534) e Caravelas (1701) os primeiros núcleos de ocupação, de caráter provisório, quando o governo português não havia ainda definido uma política de colonização efetiva para as novas terras descobertas.

De acordo com Pedreira *apud* Miranda (2004), o extrativismo, a pesca e o cultivo diversificado de produtos alimentícios constituíram as primeiras e mais importantes atividades do Território, fornecedora de alimentos para o Recôncavo baiano e outras regiões. Esta função possibilitou certo crescimento demográfico e o surgimento de inúmeras vilas localizadas no litoral, configurando um padrão de ocupação concentrado na costa, durante longo período. A abundância de terras livres e a ausência de coerção da força de trabalho, associadas ao papel marginal do Território na economia nacional, favoreceram a formação e consolidação da pequena agricultura familiar. Segundo a SEI (2003, p. 232).

A região passou a desempenhar meramente a função de fornecedora de alimentos ao Recôncavo e a outras regiões. Além da extração de madeira, tornou-se também produtora de alimentos como a farinha de mandioca, arroz, milho e feijão, com destaque para pesca da garoupa e do mero em Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Ao afirmar-se essa função, expandiu-se o povoamento, com a criação de diversas vilas, todas situadas no litoral. Delineou-se assim o padrão de ocupação nucleada e concentrada na costa, que perdurou por muito tempo.

Em meados do século XVI, de acordo com informações da CAR (1994), o ciclo da agroindústria açucareira alcançou o seu desenvolvimento máximo na Capitania de Porto Seguro, onde foram instalados cinco engenhos para a produção do açúcar, visando a sua exportação para Lisboa.

No entanto, no século XVII, a agroindústria do açúcar entra em colapso em função de alguns fatores como a concorrência com as Ilhas do Caribe que abalou profundamente a sua competitividade, além dos altos custos operacionais da produção e comercialização do produto, distância do mercado europeu e problemas locais, como os ataques indígenas e as doenças tropicais. Neste período havia certa tendência para a consolidação dos movimentos iniciados no século anterior e grande foi o esforço da Coroa portuguesa para ocupar o território, ao assumir novas direções para o sertão e para o sul, no que foi prejudicada, inicialmente, pela invasão holandesa, em 1624 (SEI, 2001). O Recôncavo havia se tornado então a região mais próspera, graças aos plantios de cana-de-açúcar e fumo.

No século XVIII, apesar dos sinais de avanço nas capitanias litorâneas, em relação ao processo de ocupação, e a conseqüente criação de vilas, muitos problemas foram se acumulando, ampliando a insatisfação do governo de Portugal. As questões estavam relacionadas, basicamente a uma intolerante convivência dos colonos entre si e com os donatários, e de ambos os grupos com os índios. Sem o apoio e a unidade destes, era muito difícil qualquer tipo de defesa e garantia de ocupação, chegando a tal ponto que por volta de 1775, estas capitanias já haviam retornado à Coroa, através de compra, indenização ou confisco, e incorporadas a Capitania da Bahia de Todos os Santos, passando a ser conhecida como Capitania da Bahia.

No século XVIII, quando a Capitania de Porto Seguro passa a fazer parte da Capitania da Bahia, surgem mais vilas e povoados litorâneos, e intensifica-se a exploração madeireira. Em tais localidades, foram construídos postos para o armazenamento da madeira e para proteção dos portugueses contra ataques indígenas e de outros povos europeus, a exemplo dos franceses e holandeses, onde eram constantes suas invasões. A nova capitania unificada compreendia quatro comarcas: Bahia, Recôncavo, Sertão de Baixo e Sertão de Cima, confirmando-se os limites extremos Rio São Francisco, ao norte; Capitania do Espírito Santo, ao sul; Capitania de Minas Gerais, ao sudoeste; e Capitania de Goiás, ao oeste. Os limites

continuavam indefinidos, como eram os das antigas capitânicas, mesmo passados mais de dois séculos (SEI *apud* TAVARES, 2001).

Para estimular o povoamento, em 1765, foram enviadas cartas régias para diversos pontos da colônia, inclusive Porto Seguro, sendo que em 1776, o governador geral, recebeu ordens expressas para criar vilas em locais apropriados. São José do Porto Alegre, atual Mucuri foi criada e instalada em 1769, assim como Vila Viçosa (1775), atual Nova Viçosa (desmembrada de Caravelas e Mucuri).

Após quase duzentos anos de trabalho, os jesuítas, da Companhia de Jesus, ficaram proibidos de criar novos aldeamentos indígenas. O objetivo era criar vilas onde houvesse aldeias de índios missionados. Na Capitania de Porto Seguro, o mesmo aconteceu com Trancoso e Vila Verde, nascendo também Caravelas (1701), uma aldeia de caboclos fundada pelos jesuítas e visitada em 1550, pelo Padre Anchieta. No ano de 1755, foram criadas as vilas de Prado e São Bernardo de Alcobaça (hoje Municípios de Prado e Alcobaça). Alcobaça foi desmembrada de Caravelas e Prado. Em 1764 foi criada a Vila de São Pedro do Belmonte (atual Belmonte).

A partir do século XIX, com a união consolidada das capitânicas, formando a Capitania da Bahia, e a incorporação da comarca do Rio São Francisco, até então pertencente a Pernambuco, a Província da Bahia assume a configuração atual, tendo sua área ampliada em cerca de 30%. A Bahia disputava terras ainda com Sergipe e Espírito Santo, embora isso não viesse a representar mudanças substanciais na área ou na forma.

No século XIX, o Extremo Sul baiano apresentava como principais atividades a produção de café, de farinha de mandioca, de cana-de-açúcar, de algodão e de aguardente, além da pecuária e da extração de madeira, sendo uma fonte supridora de alimentos para mercados externos, e tendo o porto de Salvador o entreposto de escoamento. O meio de transporte possível era o marítimo, através de cabotagem pelo litoral, quando se fortaleceram os primeiros centros urbanos costeiros, como Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Belmonte, Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e São José de Porto Alegre, hoje Mucuri, sendo estes absorvedores da produção de Minas Gerais, interligadas ao norte mineiro pelas primeiras estradas regionais (MACHADO; COUTO, 1999).

Todavia, a política urbanizadora empreendida, neste período, mesmo com as diversas ações realizadas, não foi capaz de provocar nenhuma transformação efetiva no processo de formação e consolidação da rede de núcleos urbanos. Além do mais, as dificuldades de povoamento do espaço persistiram até o século XIX, como: falta de alimentos, insalubridade, distâncias dos grandes centros, problemas de comunicação ou temor dos nativos. Estes fatores contribuíram para que muitos abandonassem o Território, não permitindo assim que as tentativas de colonização obtivessem êxito. Tal situação no Extremo Sul permaneceu praticamente inalterada até o final deste século.

No século XX, a comunicação por via marítima predominava e, secundariamente, por caminhos e rios navegáveis que conduziam ao interior, onde estava parte da população que se ligava direta ou indiretamente à lavoura de subsistência (mandioca) e à exploração da madeira. Até 1940, o Estado apresentava um retrato semelhante ao século XIX e quanto à expansão da ocupação não foi diferente. Poucas emancipações ocorreram no período.

Após o ciclo açucareiro, o cultivo do cacau, que trouxera grande prosperidade ao território Sul do Estado, desde o início do século XX, acabou inserindo-se ao Extremo Sul baiano, implantando-se, inicialmente, no município de Belmonte, e, posteriormente em: Mucuri, Porto Seguro, Prado e Alcobaça. Entretanto, a cacauicultura não provocou mudanças relevantes nas estruturas social, produtiva e demográfica do território. Ou seja, não possuía a mesma representatividade com que se dava no eixo Ilhéus - Itabuna. Portanto, a cultura do cacau não se consolidou imediatamente e nem provocou transformações significativas, como a expansão para o interior, permanecendo o Território pouco habitado e apresentando uma incipiente integração com as outras regiões do Estado. Em fins do século XX foram criados os municípios de Teixeira de Freitas (1985), emancipado de Caravelas e Alcobaça, e, Eunápolis (1988), desmebrado de Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia

Após o Censo de 1980, o processo de ocupação do Território do Extremo Sul da Bahia apresenta a criação de cinco municípios, sendo estes: Eunápolis (desmembrado de Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia), Itabela (desmembrado de Porto Seguro), Jucuruçu (desmembrado de Itamaraju), Teixeira de Freitas (desmembrado de Alcobaça e Caravelas) e Vereda (desmembrado de Prado).

2.3 A RECENTE CONFIGURAÇÃO DO EXTREMO SUL BAIANO: PRINCIPAIS ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS

Somente na segunda metade do século XX, que o Extremo Sul baiano começou a ganhar maior expressividade demográfica e sócio-econômica. A partir da década de 1950, com a expansão do cacau, da pecuária e da exploração madeireira, desencadeou-se um processo de interiorização da ocupação do espaço, dinamizando gradativamente a vida econômica, intensificando o povoamento de áreas até então pouco habitadas e/ou com ausência de atividades econômicas produtivas relevantes.

Os principais municípios a desenvolverem estas atividades foram Belmonte, Mucuri, Porto Seguro, Prado, Itanhém, Medeiros Neto e Alcobaça, sendo promovidos por produtores oriundos, sobretudo, do Planalto de Conquista e de Itapetinga, ambos na Bahia, e também do Nordeste do Estado de Minas Gerais. A partir deste período, os recursos florestais adquiriram valor de troca ao serem beneficiados nas serrarias, como resultado de trabalho incorporado, e destinados ao mercado moveleiro.

Apenas na década de 1970, que os processos de ocupação, de integração econômica e de consolidação do modo de produção capitalista intensificam-se no Extremo Sul baiano. O fator determinante foi a inauguração da BR 101, em 1973, contribuindo para o fim do isolamento econômico e físico, constituindo uma importante ligação entre o sudeste e o nordeste brasileiro, impulsionando a formação de uma nova configuração do espaço regional e uma série de transformações ambientais, sociais e demográficas. A infra-estrutura rodoviária, a existência de terras de valor reduzido, o aporte de políticas públicas estaduais e federais, e as características naturais do território favoreceram o afluxo de produtores rurais de outras regiões, a expansão do reflorestamento, e do complexo industrial de papel e celulose (CAR, 1994).

Desenvolveu-se, a partir de então, um ciclo madeireiro com a adoção de tecnologias modernas, e pela participação de médios e pequenos empresários, vindos, sobretudo dos Estados do Espírito Santos e de Minas Gerais. Este processo intensificou a destruição da Mata Atlântica, sendo que esta, apesar de explorada desde o Brasil Colônia, ainda se mantinha relativamente preservada. Por conseguinte, os desmatamentos praticados estimularam a expansão da pecuária bovina, nos municípios que, de forma tradicional, eram voltados para a

criação, nos municípios costeiros e na faixa de terras ao longo da BR-101, na parte central do território.

Percebem-se dois movimentos típicos do processo de ocupação regional. Primeiramente, um movimento de acumulação primitiva de capital, auto-destruidora, com o desmatamento da Mata Atlântica pelo capital-madeireiro, caracterizando o primeiro grande fluxo migratório e de ocupação regional. Expande-se a atividade madeireira originária do norte dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais. As florestas primária e secundária tornam-se mercadoria no sentido da acumulação capitalista, embora se apresentem como um recurso esgotável com um tempo finito de valorização espacial, que culmina com a sua quase total devastação. (COUTO; MACHADO, 2002, p.2)

Estas duas atividades, exploração madeireira e bovinocultura, dinamizaram o Território e impulsionaram o trabalho de contingentes migratórios nas serrarias e nas fazendas de gado. No entanto, segue-se uma estagnação da atividade de exploração florestal, pelo esgotamento dos recursos naturais, crescendo o número de desocupados, sendo a pecuária insuficiente em sua capacidade de absorção daquela mão-de-obra, retroagindo o movimento de expansão. Nessa fase da ocupação regional, acirram-se os conflitos pela posse da terra no Extremo Sul, principalmente nos anos de 1980, quando da consolidação da pecuária (MACHADO, 2001).

Com o refluxo e a estagnação da atividade madeireira em virtude da eliminação quase total dos recursos florestais, restam hoje poucas unidades de beneficiamento da madeira para empregar. Com uma oferta insuficiente de empregos no setor manufatureiro, a opção de empregabilidade que resta são as atividades comerciais e de serviços, o deslocamento para os centros turísticos, principalmente Porto Seguro, na condição de mão-de-obra autônoma (pedreiro, pintor, ajudante de pedreiro, marceneiro) ou temporária, como os ambulantes.

Segue-se a esse período, um movimento organizacional empresarial, baseado nos cultivos tecnificados do mamão e do café, provenientes do Espírito Santo, e de uma pecuária intensiva nos anos de 1980. Na década de 1990, chega-se a implantação e expansão do complexo industrial de papel e celulose, de capital nacional associado ao capital estrangeiro. Para isso, incentiva-se a silvicultura reflorestadora, sob a forma de monocultura do eucalipto, no Extremo Sul da Bahia, através do uso de espécies florestais economicamente viáveis no tempo, objetivando o beneficiamento de celulose, e em menor medida, da produção de madeira para setor moveleiro e de carvão para as siderúrgicas mineiras. A monocultura do eucalipto possui uma baixa capacidade de absorção de mão-de-obra por hectare, e uma das

condições ao desenvolvimento deste empreendimento é o uso de grandes extensões de terra, enquanto um capital valorizado, contribuindo assim para a concentração fundiária.

Devem ser destacados os incentivos fiscais oferecidos pelo Governo Federal para as atividades de reflorestamento – decreto lei nº 1.338/74, beneficiando contribuintes ao autorizar a dedução de até 50% do imposto de renda para investimento no Norte e Nordeste, enquanto, para outras regiões, a permissão era de apenas 35% desse tributo (PEDREIRA, 2004). Esse fato estimulou a migração das empresas reflorestadoras para os estados do Nordeste e, em particular, para a Bahia. Além disso, a saturação das terras no Centro-Sul, onde se desenvolviam tradicionalmente as atividades de reflorestamento e a produção de celulose, e a conseqüente elevação dos preços das terras, implicou na busca de novas áreas, necessárias tanto para o suprimento das exigências da capacidade instalada, quanto para a expansão do setor no País.

O Estado da Bahia consolida-se como o segundo pólo florestal nacional, sendo que, os incentivos fiscais, o padrão concorrencial do segmento de papel e celulose e as condições edafoclimáticas condicionaram a expansão e o desenvolvimento desta atividade no Extremo Sul da Bahia. Assim, no contexto das estratégias de expansão empresarial, instalam-se, no Território, vários empreendimentos deste segmento, a exemplo da Suzano Bahia Sul Celulose, da Veracel Celulose e da CAF Santa Bárbara.

De acordo com dados da CAR (1994), no Território vem se desenvolvendo também a horticultura moderna, e os cultivos de mamão e café, também vindos do sudeste do País, com produção relevante, colocando o Território entre os principais produtores. No entanto, o surgimento de algumas doenças típicas destas lavouras tem reduzido a produção e, desta forma, a sua relevância para a economia regional. Neste sentido, o monocultivo do eucalipto vem sendo a atividade que mais tem se expressado no Território.

As principais atividades econômicas no Extremo Sul, hoje, são a agropecuária extensiva, a pesca, a extração de madeira, a exploração florestal, a indústria de papel e celulose e o turismo. Embora as atividades tradicionais, pecuária, pesca e agricultura de subsistência, ocupem um peso importante na estrutura econômica regional, a exploração florestal constitui o vetor mais dinâmico da economia e o principal responsável pelas recentes transformações ambientais e sócio-produtivas. Aliados a esta última atividade, em menor escala, estão os

processos de tecnificação nos cultivos de café e mamão e a adoção de sistemas intensivos na bovinocultura.

Merece destaque o setor turístico, para onde afluem a imigração, principalmente do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, seja na forma de capital para a implantação de pousadas e projetos hoteleiros, com incentivos governamentais, seja na forma de oferta de trabalho. A sazonalidade dessa atividade determina os níveis de maior e menor ocupação da força de trabalho e das condições de empregabilidade.

Em termos macroeconômicos, verifica-se por meio do Quadro 1, a evolução do Produto Municipal do Extremo Sul da Bahia para os anos de 2000 e 2005. No ano de 2000, o Território possuía um PIB de aproximadamente R\$ 2,44 milhões, aproximadamente 5,1% do PIB do Estado. Em 2005, atinge o R\$ 4,34 milhões, mas correspondendo a 4,77% do PIB estadual, e apresentando uma taxa de crescimento de 77,53% neste período, ou seja, o PIB quase dobrou, embora tenha diminuído sua participação estadual.

Quadro 1 - Produto Interno Bruto a Preços Correntes por Municípios e Classificação. Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia. 2000 – 2005

Municípios	PIB (R\$ milhões), 2000	PIB (R\$ milhões), 2005	Classificação Estadual, 2000	Classificação Estadual, 2005
Alcobaça	57,14	125,52	78°	68 °
Belmonte	35,28	82,06	146°	114 °
Caravelas	78,55	139,03	57°	65 °
Eunápolis	182,62	753,40	26°	20 °
Guaratinga	41,23	70,07	126°	136 °
Ibirapoã	23,25	36,73	242°	249 °
Itabela	41,92	107,65	124°	76 °
Itagimirim	19,96	44,83	280°	201 °
Itamaraju	133,26	281,96	37°	33 °
Itanhém	45,77	76,92	109°	123 °
Itapebi	140,39	158,44	33°	56 °
Jucuruçu	20,83	42,27	268°	214 °
Lajedão	24,96	21,10	227°	357 °
Medeiros Neto	59,05	95,87	77°	92 °
Mucuri	720,49	671,87	8°	21 °
Nova Viçosa	89,73	158,30	50°	57 °
Porto Seguro	320,48	547,28	19°	24 °
Prado	84,94	172,14	54°	51 °
Sta Cruz Cabrália	53,56	103,77	85°	80 °
Teixeira de Freitas	240,34	618,55	23°	22 °
Vereda	26,18	29,30	214°	297 °
Extremo Sul	2.439,93	4.337,06		
Bahia	44.391,39	90.942,90		

Fonte: SEI, 2000-2005

Comparando-se os PIBs municipais do Extremo Sul com os demais municípios baianos, seis registraram uma participação acima da média regional (R\$116,2 milhões) em 2000. Foram eles: Eunápolis, Mucuri, Teixeira de Freitas, Porto Seguro, Itamaraju e Itapebi. O efeito da presença da indústria de papel e celulose sobre o PIB municipal é observado em Mucuri ocupando a 8º (oitava) colocação.

Em 2005 os Municípios com maiores PIBs continuam os mesmos, no entanto, Mucuri e Porto Seguro perdem posição. Enquanto que, Eunápolis sai da 26º posição para a 20º, destacando assim a expansão da indústria de celulose, e Itamaraju que passa de 37º para 33º. Deve-se destacar também a posição de Teixeira de Freitas (23º para 22º, 2000 e 2005 respectivamente), sendo este município um importante pólo de comércio e serviços, e produtor de eucalipto beneficiado em carvão para a Empresa Belgo Mineira, com a presença da CAF Santa Bárbara.

Analisando o PIB por atividade, para o período compreendido entre 2002 e 2005, demonstrado no Quadro 2, pode-se verificar que no ano de 2002, os setores de serviços e indústria correspondiam a 55,34% e 22,54% do total do Território, respectivamente. E a agropecuária contribuiu com 22,13%. Em 2005, os setores de serviços e indústria aumentaram suas participações para 56,63% e 25,74% respectivamente, sendo que a agropecuária caiu para 17,62%. Portanto, pode-se afirmar que as atividades agrícolas perderam espaço no Extremo Sul baiano.

Deve-se destacar que nos municípios de Eunápolis, Mucuri e Itapebi, a configuração do PIB apresentou em 2005 um maior peso no setor da indústria, com 26,58%, 58,26% e 75% da participação do PIB total municipal, respectivamente, e sendo que nos dois últimos a indústria supera o setor de serviços. As taxas de crescimento do setor entre o período de 2002 e 2005 foram de 208,83 (Itapebi), 185,94% (Eunápolis) e 20,62% (Mucuri). Observa-se que Itapebi, neste caso apresenta-se como uma exceção, pois não possui em seu Território, unidades produtoras de papel e celulose, e sim unidade de produção de energia elétrica e mineração.

**Quadro 2 - PIB Municipal - Valor Adicionado a Preços Correntes por Setor de Atividade.
Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia, 2002 – 2005**

Municípios	Setor de Atividade							
	Valor Adicionado Bruto 2002 (R\$ Milhões)				Valor Adicionado Bruto 2005 (R\$ Milhões)			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB Total
Alcobaça	5,93	0,93	8,03	14,89	4,56	1,52	10,21	16,29
Belmonte	3,74	2,38	18,80	24,92	5,97	4,36	28,71	39,04
Caravelas	3,09	10,03	9,30	22,42	2,06	25,89	14,19	42,14
Eunápolis	37,63	50,77	223,58	311,98	45,95	145,17	354,94	546,06
Guaratinga	31,35	3,41	28,86	63,62	25,81	6,07	35,91	67,79
Ibipapoã	14,74	1,33	12,81	28,88	13,35	2,44	18,25	34,04
Itabela	29,98	5,28	40,82	76,08	24,49	12,75	62,33	99,57
Itagimirim	8,52	1,17	10,82	20,51	18,91	3,19	20,19	42,29
Itamaraju	52,33	14,76	130,59	197,68	66,06	26,83	166,57	259,46
Itanhém	17,16	3,69	29,41	50,26	22,13	6,87	43,84	72,84
Itapebi	10,57	37,03	17,17	64,77	8,80	114,36	28,11	151,27
Jucuruçu	15,86	1,30	11,84	29,00	23,49	1,99	15,95	41,43
Lajedão	12,78	0,67	6,38	19,83	10,75	1,21	8,45	20,41
Medeiros Neto	22,10	9,36	42,26	73,72	17,89	17,29	54,71	89,89
Mucuri	61,68	281,25	103,38	446,31	105,26	339,23	138,38	582,87
Nova Viçosa	54,04	11,75	58,00	123,79	38,78	19,25	84,01	142,04
Porto Seguro	25,72	35,82	223,45	284,99	37,08	70,13	385,61	492,82
Prado	68,35	5,44	43,75	117,54	91,28	10,93	64,02	166,23
Sta C Cabrália	9,87	7,24	38,74	55,85	23,18	13,80	60,55	97,53
Teixeira de Freitas	32,38	61,21	273,57	367,16	29,78	95,82	419,06	544,66
Vereda	18,26	1,17	9,04	28,47	14,85	1,82	11,93	28,60
Extremo Sul	536,08	545,99	1.340,60	2.422,67	630,43	920,92	2.025,92	3.577,27
BAHIA	5.542,84	15.175,80	31.962,60	52.681,24	6.726,04	25.160,36	46.352,43	78.238,83

Fonte: SEI, 2002- 2005

Quanto à caracterização demográfica do Território, segundo o Censo Demográfico de 2000, o Extremo Sul, com um contingente populacional de 664.850 habitantes, era o sétimo Território do Estado da Bahia, dentre 15, em porte demográfico. No período de 1980-2000 teve sua participação no conjunto do Estado ampliada, apesar de ter registrado um pequeno declínio entre 1980-1991, chegando ao ano de 2000 com uma população correspondente a 5,09% da população, a uma taxa crescimento de 1,42% no primeiro período, e 2,48% no segundo.

Supera-se, assim o ritmo de crescimento do Estado (1,08% ao ano), sendo que tal aceleração no crescimento populacional se deveu à ampliação dos saldos migratórios, que, desde o primeiro período analisado, 1980-1991, vêm apresentando taxas compatíveis com saldos positivos, ou seja, resultante da imigração líquida (SEI, 2003). Assim, conforme observações da SEI (2003) *apud* SEI (1998) a aceleração do crescimento demográfico do Extremo Sul, no período 1980-1991 para 1991-1996, foi motivada principalmente por: uma forte intensificação dos fluxos de imigração, a ponto de se tornar positivo o saldo migratório, e uma pequena, mas

regular, redução dos níveis de mortalidade. Para o período de 2000, as evidências apontaram para a continuidade destas tendências.

O Extremo Sul, no que se refere à urbanização, ocupava a segunda posição do Estado, na qual a maioria da população (73,27%) reside nas cidades. Analisando o Quadro 3, percebe-se que a população urbana do Território registrou as maiores taxas de crescimento do Estado, tanto no período de 1980-1991 (9,23% ao ano) quanto no período 1991-2000 (4,49% ao ano). Este ritmo elevado de crescimento foi decorrente, em grande parte, de mudanças nas divisões político-administrativas dos municípios, ocorridas em função da emancipação de alguns povoados para a criação de municípios, a exemplo de Eunápolis e Teixeira de Freitas. Pode-se inferir que o crescimento populacional urbano também varia pela chegada de contingentes migratórios vindos de outras regiões do País e até mesmo de outros municípios deste Território e atraídos pela perspectiva de emprego nas indústrias de papel e celulose, e nas plantações de eucalipto.

Quadro 3 - População Total, Urbana e Rural, Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia, 1991 - 2000

Município	Urbana 1991	Rural 1991	Total 1991	Urbana 2000	Rural 2000	Total 2000
Alcobaça	5.464	10.174	15.638	7.446	13.454	20.900
Belmonte	10.860	11.210	22.070	10.806	9.226	20.032
Caravelas	8.932	10.603	19.535	10.332	9.771	20.103
Eunápolis	63.540	7.005	70.545	79.161	4.959	84.120
Guaratinga	9.159	16.282	25.441	10.017	14.302	24.319
Ibirapoã	3.413	4.877	8.290	3.573	3.523	7.096
Itabela	13.577	7.271	20.848	18.837	6.909	25.746
Itagimirim	5.078	2.809	7.887	5.941	1.787	7.728
Itamaraju	44.449	19.859	64.308	48.037	16.107	64.144
Itanhém	13.060	10.165	23.225	14.090	7.244	21.334
Itapebi	6.396	4.682	11.078	8.542	2.584	11.126
Jucuruçu	1.299	14.713	16.012	1.850	10.527	12.377
Lajedão	1.663	2.155	3.818	1.852	1.557	3.409
Medeiros Neto	15.704	7.355	23.059	16.027	5.208	21.235
Mucuri	4.810	12.796	17.606	18.685	9.377	28.062
Nova Viçosa	9.374	16.196	25.570	24.636	7.440	32.076
Porto Seguro	23.315	11.346	34.661	79.619	16.102	95.721
Prado	9.655	12.977	22.632	14.169	12.329	26.498
Santa Cruz Cabrália	3.197	3.338	6.535	13.527	10.361	23.888
Teixeira de Freitas	74.221	11.326	85.547	98.688	8.798	107.486
Vereda	961	7.953	8.914	1.276	6.174	7.450
Extremo Sul	328.127	205.092	533.219	487.111	177.739	664.850

Fonte: IBGE, 1991-2000

Tal raciocínio também se aplica ao pequeno crescimento demográfico das áreas rurais, resultando, inclusive, numa redução absoluta da população no período 1980-2000. Entre 1980-1991, a população rural passou de 332.164 habitantes para 205.092, significando a menor taxa de crescimento demográfico (- 4,29% ao ano) das regiões da Bahia. Entre 1991-2000 (Tabela 1), registrou-se uma moderação nas perdas populacionais rurais, apresentando o Território uma taxa de crescimento demográfico de -1,58% ao ano, alcançando uma população de 177.739 habitantes. A população rural, em termos relativos, em 1991 apresentava uma participação de 38,46 % na população total, e em 2000, caiu para 26,74%.

As populações rurais sempre buscam o ambiente urbano na expectativa de melhores condições de vida como saneamento básico, saúde e educação, além oportunidades de trabalho. No entanto, a despeito deste fato, muito comum na maioria das áreas rurais, a considerável diminuição da população rural em detrimento da população urbana pode estar refletindo a recente configuração das atividades produtivas desenvolvidas no Extremo Sul baiano, com destaque para a monocultura do eucalipto, pouco intensiva em mão-de-obra, que tem contribuído com a desocupação rural e com a concentração fundiária. Todos os municípios apresentaram aumento de população urbana, no período compreendido entre 1991 e 2000. Já a população rural apresentou decréscimo, à exceção dos municípios de Alcobaça e Porto Seguro.

Neste sentido, não se pode precisar a influência das alterações político-administrativas dos municípios no tocante ao crescimento das populações urbanas e rurais, porém conforme observa a SEI (2003) é razoável supor que, no primeiro período, tais mudanças tenham sido importantes em função da criação de municípios com a emancipação de povoados (pertencentes às áreas rurais) com populações bastante significativas. No segundo período, por outro lado, apesar de nenhum município ter sido criado, alguns dos já existentes apresentaram redefinições nos perímetros urbanos, o que deve ter contribuído para um maior ritmo de crescimento demográfico das áreas urbanas e, conseqüentemente, uma redução do crescimento nas áreas rurais. No entanto, segundo informações da SEI é importante lembrar que:

Tal tendência é compatível com o que vem ocorrendo no conjunto do Estado, nas demais regiões econômicas e, mesmo, no conjunto do país, onde se observa um esvaziamento do campo em função de transformações socioeconômicas e culturais, com particular destaque para a falta de uma política voltada para as áreas rurais dos

municípios ou a ineficiência das políticas existentes e do maior dinamismo de algumas áreas urbanas. (SEI, 2003, p. 240).

Adicionalmente, analisando os dados de população de 2006, na Tabela 1, pode-se verificar um aumento da população total do território entre 2000 e 2006, em termos absolutos de 664.850 para 761.799. No que se refere à participação em porte demográfico, o Extremo Sul baiano apresenta um percentual de 5,46% do Estado. Em termos relativos a população total cresceu a uma taxa de 14,58%. A maior parte dos municípios do Extremo Sul tem densidade demográfica bastante baixa, isto é, igual ou inferior à média regional que é 24,64 hab/km². Desses municípios, apenas seis possuem densidades registrando um patamar superior a essa média. São eles: Teixeira de Freitas (107,07 hab/km²), Eunápolis (78,89 hab/km²), Porto Seguro (58,43 hab/km²), Itabela (34,33 hab/km²), Nova Viçosa (27,80 hab/km²) e Itamaraju (27,01 hab/km²). Somente quatro municípios apresentam um porte demográfico mais expressivo, ou seja, acima de 50.000 habitantes: Teixeira de Freitas, Porto Seguro, Eunápolis e Itabela.

Tabela 1 - População Total e Área Por Ordem Decrescente da Densidade Demográfica Território de Identidade do Extremo Sul - Bahia, 2006

Municípios	População	Área (Km ²)	Área (%)	Densidade (hab/km ²)
Teixeira de Freitas	123.557	1.154	3,77	107,07
Eunápolis	94.118	1.193	3,89	78,89
Porto Seguro	140.692	2.408	7,86	58,43
Itabela	29.353	855	2,79	34,33
Nova Viçosa	36.868	1.326	4,33	27,80
Itamaraju	64.023	2.370	7,73	27,01
Santa Cruz Cabrália	36.669	1.551	5,06	23,64
Mucuri	35.763	1.774	5,79	20,16
Prado	29.345	1.665	5,43	17,62
Alcobaça	24.378	1.475	4,81	16,53
Medeiros Neto	19.892	1.246	4,07	15,96
Itanhém	19.941	1.445	4,71	13,80
Itapebi	11.161	972	3,17	11,48
Guaratinga	23.493	2.327	7,59	10,10
Itagimirim	7.611	817	2,67	9,32
Belmonte	18.531	2.010	6,56	9,22
Caravelas	21.007	2.393	7,81	8,78
Ibirapoã	6.217	786	2,56	7,91
Vereda	6.372	829	2,7	7,69
Jucuruçu	9.700	1.438	4,69	6,75
Lajedão	3.108	614	2	5,06
Extremo Sul	761.799			
BAHIA	13.950.146			

Fonte: IBGE, 2006

Tais discrepâncias, de acordo com dados da SEI (2003) refletem as transformações socioeconômicas em curso no Extremo Sul, que culminaram, entre outros fatores, com a redefinição das articulações e fluxos intra e inter-regionais, adensando, num primeiro momento (décadas de 70 e 80) os núcleos centrais do Território – Teixeira de Freitas, Eunápolis e Itamaraju – que passaram a concentrar atividades econômicas e a desempenhar o papel de pólos regionais). Na década de 1990, uma nova dinâmica se impõe através da expansão e consolidação do núcleo turístico de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, e das atividades ligadas ao reflorestamento.

No concernente à extensão territorial, os municípios se classificam em quatro grandes classes. Os mais extensos abrangem uma área entre 2.500 e 2.000 km² (Porto Seguro, Caravelas, Itamaraju, Guaratinga e Belmonte). Em segundo lugar, com áreas situadas entre 2.000 e 1.500 km² (Mucuri, Prado e Santa Cruz Cabrália). Numa terceira classe, com áreas situadas entre 1.500 e 1.000 km² (Alcobaça, Itanhém, Jucuruçu, Nova Viçosa, Medeiros Neto, Eunápolis e Teixeira de Freitas). E, por último, os municípios que possuem menor extensão territorial, com áreas situadas entre 1.000 e 500 km² (Itapebi, Itabela, Vereda, Itagimirim, Ibirapôa e Lajedão).

No tocante às condições de infra-estrutura dos municípios, esta se apresenta de forma precária, contrapondo-se às paisagens naturais, apresentando uma insuficiente oferta de redes de esgotamento sanitário em mais da metade da totalidade dos domicílios do território. O sistema de abastecimento de água é limitado, de forma que não atende a grande parte dos domicílios, juntamente com o fornecimento de energia elétrica que não atende a demanda, sobretudo, no período de alta estação turística onde, freqüentemente, ocorrem interrupções (ARAÚJO, 2006).

A situação educacional no Território é insatisfatória, levando-se em conta o conjunto dos aspectos que constituem a prática da aprendizagem, sobretudo, em estabelecimentos públicos. A situação torna-se problemática quando, conforme explicações da CAR (1994) se consideram outros aspectos como: a manutenção do serviço – a conservação dos prédios e dos equipamentos escolares -, e a qualidade do ensino – formação, treinamento e reciclagem dos professores, currículo escolar e a utilização de recursos audiovisuais para a melhoria da aprendizagem.

A oferta de serviços de saúde no Extremo Sul é bastante deficitária, sendo que frequentemente a população tem a necessidade de deslocar-se para centros urbanos mais desenvolvidos, como Teixeira de Freitas e Eunápolis, haja vista que nesses últimos se concentram serviços hospitalares e clínicas especializadas.

Analisando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM, 1991-2000), este foi de 0,537 e 0,653 para os anos de 1991 e 2000, respectivamente. De acordo com a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) são considerados de médio desenvolvimento os índices entre 0,5 e 0,8. Em 1991, os municípios de Belmonte, Caravelas e Jucuruçu apresentam os menores índices, e os municípios de Eunápolis, Medeiros Neto e Teixeira de Freitas, os maiores. Em 2000, os menores índices estão em Belmonte, Jucuruçu e Itagimirm, enquanto os maiores estão em Eunápolis, Porto Seguro e Teixeira de Freitas. Dentre as categorias, estas se apresentam melhor no item educação para o ano de 2000.

Do ponto de vista sócio-econômico, o Extremo Sul apresenta diversos contrastes, caracterizados por diversificados potenciais industriais, turísticos, históricos e ambientais, no entanto, aliados à falta de infra-estrutura mais avançada, ao baixo nível de renda da população, a destruição dos recursos naturais e à baixa qualidade de vida.

Apesar da inserção de novas atividades intensivas em capital e tecnologia, muito pouco se avançou no âmbito social do Extremo Sul baiano, configurando-se, desta forma, em um Território marcado por grandes desigualdades, sendo estas evidenciadas por alguns eventos como o desemprego da mão-de-obra rural, denominada por Marx (1983) como exército industrial de reserva. E este por sua vez, desqualificado, não é absorvido pelas novas indústrias de papel e celulose no território. O êxodo rural de contingentes de desempregados intensifica o processo de urbanização desorganizada, culminando na favelização e nos elevados índices de violência.

Este é um espaço bastante singular, formado cultural e etnicamente pelos europeus, índios nativos, africanos e populações oriundas de outras partes do Estado e do País, que somado à sua grande riqueza ambiental, conferem ao Extremo Sul baiano uma enorme peculiaridade. Historicamente, um território destinado ao abastecimento periférico da colônia e de exploração do seu expressivo potencial em recursos naturais, agora transformado em um espaço, inserido à lógica de acumulação do capital globalizado. A chegada de indústrias do

setor de papel, celulose e carvão, dependentes da monocultura do eucalipto, vêm empreendendo relevantes modificações no espaço físico e nas relações sócio-econômicas.

No entanto, mesmo diante do crescimento da ocupação territorial e de atividades econômicas, ainda é um território com deficiências, principalmente no campo social, necessitando de uma maior reflexão dos atores sociais no sentido de se empreender um desenvolvimento, mais do que rural, e sim territorial.

2.4 O SETOR AGRÍCOLA TRADICIONAL: A BASE PRODUTIVA

Historicamente, as atividades agropecuárias no Extremo Sul da Bahia se desenvolveram no sentido de suprir as necessidades de alimentos de seus habitantes e de outras regiões como o Recôncavo baiano. A estrutura de divisão de terras em regime de sesmarias no litoral, a ocupação do interior através de expedições, e a não adoção das mesmas formas de exploração da mão-de-obra adaptada à monocultura exportadora favoreceram atividades de subsistência e a agricultura familiar neste espaço.

Somente a partir da segunda metade do século XX, com as tentativas de expansão da cacauicultura, do crescimento da bovinocultura extensiva e do setor madeireiro, que a economia local apresenta maior expressividade. A cana-de-açúcar também teve um relevante papel neste processo, embora sem a mesma representatividade do Recôncavo baiano. Somadas a estas atividades estão o cultivo mecanizado do café e do mamão, além do avanço da monocultura do eucalipto para fins industriais. Estas atividades têm contribuído para o fortalecimento do agronegócio e pela expansão da grande propriedade.

Deve-se ressaltar a importância da expansão do eucalipto no Extremo Sul baiano, objeto deste estudo, introduzido no Território, em áreas desgastadas por uma pecuária que não se modernizou para atender às exigências do mercado, e uma lavoura disforme, em que parte da vegetação nativa se regenerou espontaneamente formando a chamada “capoeira”. No que se refere às dificuldades enfrentadas pelos agricultores, estas não podem ser unicamente atribuídas ao eucalipto. Mas também à má gestão dos negócios; “acidentes” climáticos; falta de uma política pública direcionada ao setor agrícola; e às mudanças bruscas na economia mundial, acarretando em desvalorização nos preços de produtos. Todos esses fatores, juntos,

vêm atingindo pecuaristas e agricultores locais, levando à criação de novos arranjos espaciais (CERQUEIRA NETTO; SILVA, 2008).

Uma das polêmicas geradas pela monocultura do eucalipto é que esta vem enfraquecendo a agricultura no Extremo Sul da Bahia. Mas deve-se ressaltar que na evolução do processo de colonização e povoamento, a agricultura não foi uma das atividades preponderantes neste espaço. Segundo Cerqueira Netto; Silva (2008), depois do cacau e da extração vegetal o Extremo Sul baiano sempre foi um território de latifundiários da pecuária, o que impediria a sobrevivência prolongada de qualquer sistema produtivo baseado na subsistência e na diversidade de cultivos. Um exemplo recente é o cultivo de frutos como o mamão, realizado em grandes propriedades e com agregação de valor, visando ao mercado externo.

A agricultura familiar deste Território tem sobrevivido com dificuldades, no limite da subsistência, devido a problemas estruturais e a falta de apoio técnico e financeiro do Estado. Embora algumas políticas estejam sendo desenvolvidas no sentido de alavancar as atividades agrícolas locais, a pequena agricultura ainda não atingiu patamar necessário que caracterize uma situação de desenvolvimento sustentável. Tais tentativas são exemplificadas pelo Programa Mandioca e Fruticultura realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e através de ações da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), que vêm buscando potencializar a produtividade dos cultivos da mandioca e do abacaxi, através da agricultura familiar.

Muito ainda deve ser feito neste sentido e, apesar da expansão da fruticultura e da horticultura, a monocultura do eucalipto vem ganhando espaço, sendo mais atrativa tanto para grandes, como médios e pequenos produtores. Não deve também ser esquecido o projeto de desenvolvimento de cultivares voltados à produção do biodiesel e do álcool, como a cana-de-açúcar, em expansão no Extremo Sul da Bahia. Desta forma, faz-se relevante uma análise comparativa da base agrícola do Território, através dos censos agropecuários de 1995/96 e 2006/2007, onde ficam evidenciadas as principais mudanças ocorridas durante este período, marcado pelo avanço da silvicultura para fins industriais.

Analisando a Tabela 2, verifica-se que as lavouras temporárias mais importantes no período 1995/96 são a cana-de-açúcar, a mandioca e o feijão, correspondendo a 39,5%, 26,34% e 17,69% da área plantada respectivamente. Estas três culturas respondem por 65,84% da área

plantada com lavouras temporárias do Extremo Sul baiano, sendo que também são preponderantes no que se refere ao valor da produção (90,69%).

Tabela 2 - Lavouras Temporárias, Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia. 1995/ 96

Culturas	Área Plantada (ha)	Quantidade Produzida	Área Plantada (ha)	Quantidade Produzida	Produtividade Unidade/ ha área plantada	Unidade	Valor R\$ 1.000
	Absolutos		Relativos (%)				
Abacaxi	333	8.718	1,35	1,33	26,00	1000 Frutos	1.789
Amendoim (em casca)	158	124	0,64	0,02	1,00	t	26
Arroz (em casca)	102	101	0,41	0,02	1,00	t	28
Batata-doce	357	3.245	1,45	0,49	9,00	t	512
Cana-de-açúcar	9.757	553.272	39,50	84,20	57,00	t	32.538
Feijão (em grão)	4.369	2.724	17,69	0,41	1,00	t	1.333
Mandioca	6.507	80.241	26,34	12,21	12,00	t	13.019
Melancia	1.185	4.048	4,80	0,62	3,00	1000 Frutos	1.424
Milho (grão)	1.798	1.354	7,28	0,21	1,00	t	246
Melão	40	220	0,16	0,03	6,00	1000 Frutos	70
Tomate	94	3.025	0,38	0,46	32,00	t	720
TOTAL	24.700	657.072	100,00	100,00	-	-	51.705

Fonte: IBGE, 1995/96

De acordo com o censo 2006/2007, Tabela 3, os produtos da lavoura temporária com maiores percentuais de área plantada são a cana-de-açúcar (52,97%), a mandioca (28,16%), o feijão (6,52%) e a melancia (5,58%), juntos somando 93,21%. No que se refere ao valor da produção, destacam-se os cultivos de cana-de-açúcar, melancia e mandioca, representando 54,89%, 23,50 e 12,17% respectivamente.

Tabela 3 - Lavouras Temporárias, Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia. 2006/2007

Culturas	Área Plantada (ha)	Quantidade Produzida	Área Plantada (ha)	Quantidade Produzida	Produtividade Unidade/ ha área plantada	Unidade	Valor (R\$ 1.000)
	Absolutos		Relativos (%)				
Arroz (em casca)	16	10	0,01	0,00	0,63	t	3
Abacaxi	658	15.446	1,08	0,71	23,47	1000 Frutos	5.246
Amendoim (em casca)	176	125	0,29	0,01	0,71	t	35
Batata - doce	652	10.286	1,07	0,48	15,78	t	2.433
Cana-de-açúcar	32.306	1.806.811	52,95	83,64	55,93	t	77.123
Feijão (em grão)	3.977	3.323	6,52	0,15	0,84	t	3.621
Fumo (em folha)	17	8	0,03	0,00	0,47	t	11
Mandioca	17.178	219.000	28,16	10,14	12,75	t	17.105
Melancia	3.405	100.045	5,58	4,63	29,38	t	33.018
Milho (em grão)	2.500	2.059	4,10	0,10	0,82	t	749
Mamona (baga)	32	32	0,05	0,00	1,00	t	7
Tomate	111	3.162	0,18	0,15	28,49	t	1.143
TOTAL	61.028	2.160.297	100,00	100	-	0	140.491

Fonte: IBGE, 2006/2007

Comparando-se as lavouras temporárias destes dois períodos, observa-se um grande avanço da cana-de-açúcar passando de 9.757 ha em área plantada para 32.306 ha apresentando um crescimento de mais de 231%. Decresceu a área destinada ao cultivo do feijão em 8,97%, e a

área plantada com mandioca aumentou em aproximadamente 164%. Deve-se destacar o avanço do cultivo da melancia em área plantada, com um crescimento superior a 187%. No que se refere às quantidades produzidas (em toneladas), observa-se um significativo incremento nos cultivos da melancia, da cana-de-açúcar, e da mandioca, com taxas de crescimento de aproximadamente 2.371,47%, 226,57% e 172,93%, respectivamente.

Analisando as lavouras permanentes, Tabela 4, no período 1995/96, observa-se uma maior participação das culturas do cacau (58,3 %), do mamão (18,72%), do café (9,15%) e do coco-da-baía (6,16%), em área plantada, formando juntos 92,33% do total. Quanto à quantidade produzida (em toneladas), merecem destaque os cultivos de cacau (60,10%) e café (36,59%). Destacam-se também os cultivos de mamão, laranja e maracujá (quantidade em 1.000 frutos), correspondendo cada a 82,01%, 4,87% e 3,46%, respectivamente. E finalmente contribuindo com valor da produção estão a banana, o cacau, o café, o coco-da-baía, o maracujá e principalmente o mamão, com 97,66% do montante obtido com a produção de produtos da lavoura.

**Tabela 4 - Lavouras Permanentes, Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia
1995/ 96**

Culturas	Área Plantada (ha)	Quantidade Produzida	Área Plantada (ha)	Quantidade Produzida	Produtividade Unidade/ ha área plantada	Unidade	Valor (R\$ 1.000)
	Absolutos		Relativos (%)				
Banana	6.169	6.624	5,70	0,79	1,07	1000 Cachos	5.140
Borracha*	495	367	0,46	0,04	0,74	t	256
Cacau (em amêndoa)	63.075	24.985	58,30	2,98	0,40	t	24.915
Café (em côco)	9.895	15.210	9,15	1,82	1,54	t	15.379
Coco-da-baía	6.663	28.998	6,16	3,46	4,35	1000 Frutos	7.406
Dendê	38	80	0,04	0,01	2,11	t	22
Goiaba	24	1.618	0,02	0,19	67,42	1000 Frutos	160
Laranja	672	38.482	0,62	4,59	57,26	1000 Frutos	2.101
Limão	91	5.976	0,08	0,71	65,67	1000 Frutos	194
Mamão	20.257	687.114	18,72	82,01	33,92	1000 Frutos	102.906
Maracujá	364	27.501	0,34	3,28	75,55	1000 Frutos	2.829
Pimenta-do-Reino	298	732	0,28	0,09	2,46	t	820
Urucum (semente)	148	194	0,14	0,02	1,31	t	244
TOTAL	108.189	837.881	100,00	100,00	-	-	162.372

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96. IBGE Cidades

*Látex coagulado

De acordo com o censo 2006/2007 (Tabela 5), as lavouras permanentes com maiores áreas plantadas continuam sendo o cacau (49,37%), o café beneficiado (18,12%), o coco-da-baía (11,99%) e o mamão (11,22%), formando juntos 92,33% do total. Observa-se, no entanto, uma diminuição das áreas destinadas ao cacau (10,21%) e ao mamão (35,88%), e, uma significativa expansão da área destinada ao plantio do café (110,11%).

Quanto à quantidade produzida destaca-se crescimento da produção dos cultivos do coco-da-baía (150,60%), do café beneficiado (63,91%) e do mamão (11,20%). Já os cultivos da laranja, do cacau e do maracujá apresentaram decréscimo de 83,78%, 40,87% e 9,69%, respectivamente. Um dado importante desta comparação é a perda em área plantada do mamão, mas com aumento da produção, podendo indicar uma intensificação do cultivo através da tecnificação. Já o cultivo do café que é classificado no censo de 1995/96 em grão e no censo 2006/07 como um produto beneficiado apresenta expansão tanto na quantidade produzida, quanto na área plantada, apontando o avanço deste cultivo.

**Tabela 5 - Lavouras Permanentes, Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia
2006/2007**

Culturas	Área Plantada (ha)	Quantidade Produzida	Área Plantada (ha)	Quantidade Produzida	Produtividade Unidade/ ha área plantada	Unidade	Valor (R\$ 1.000)
	Absolutos		Relativos (%)				
Banana	4.052	40.148	3,53	4,16	9,91	t	14.661
Borracha*	2.600	1.730	2,27	0,18	0,67	t	2.109
Cacau (amêndoa)	56.634	14.773	49,37	1,53	0,26	t	54.461
Café (beneficiado)	20.790	24.930	18,12	2,58	1,20	t	68.115
Castanha de caju	162	16	0,14	0,00	0,10	t	48
Coco-da-baía	13.754	72.698	11,99	7,54	5,29	1000 Frutos	27.320
Dendê (coco)	372	1.573	0,32	0,16	4,23	t	292
Goiaba	173	5.706	0,15	0,59	32,98	t	5.229
Laranja	406	6.242	0,35	0,65	15,37	t	3.225
Limão	300	4.556	0,26	0,47	15,19	t	1.956
Mamão	12.989	764.084	11,32	79,22	58,83	t	275.990
Manga	34	108	0,03	0,01	3,18	t	60
Maracujá	1.101	24.835	0,96	2,58	22,56	t	20.118
Pimenta-do-reino	610	2.106	0,53	0,22	3,45	t	6.557
Palmito	60	91	0,05	0,01	1,52	t	74
Tangerina	66	91	0,06	0,01	1,38	t	36
Urucum (semente)	606	758	0,53	0,08	1,25	t	1.133
TOTAL	114.725	964.455	100,00	100,00		0	481.387

Fonte: IBGE, 2006/ 2007

*látex coagulado

Também outros cultivos aparecem neste último levantamento que são a castanha-de-caju, a manga e o palmito. Nos dois períodos evidencia-se a expansão da fruticultura. A produtividade do mamão cai de 82% para 79,22% em termos relativos, embora tenha sido elevado em dados absolutos.

No que se refere às atividades pecuárias fica evidente a supremacia da criação bovina em relação às demais, como evidenciado na Tabela 6, cuja criação cresceu a uma taxa de 50,43%. Pode-se inferir que esta atividade não sofreu impactos negativos causados pelo avanço do eucalipto. Ao contrário, esta é uma atividade, que realizada de forma extensiva, também vem

contribuindo com o desemprego rural e com as perdas ambientais devido à expansão das pastagens. As aves constituem o segundo criatório mais expressivo nos dois períodos, embora tenha diminuído a criação de galinhas em 16,78%, e no rebanho de galos, frangos, e pintos, uma taxa de crescimento negativa em 26,92%.

Tabela 6 - Efetivo de Rebanhos, Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia. 1995-2006

Tipo de Animal	1995	2006	1995	2006
	Quantidade (Cabeça)	Quantidade (Cabeça)	Quantidade (Cabeça) %	Quantidade (Cabeça) %
Asininos	21.377	14.960	0,95	0,57
Bovinos	1.181.400	1.777.212	52,67	68,26
Bubalinos	4.475	4.432	0,20	0,17
Caprinos	9.206	9.172	0,41	0,35
Eqüinos	65.786	44.842	2,93	1,72
Galinhas	357.300	297.346	15,93	11,42
Galos, Frangas, Frangos e Pintos	448.249	327.560	19,99	12,58
Muare	40.198	23.908	1,79	0,92
Ovinos	19.114	18.331	0,85	0,70
Suínos	95.751	86.017	4,27	3,30
Extremo Sul Bahia	2.242.856	2.603.780	100,00	100,00
	50.277.250	51.581.849	-	-

Fonte: IBGE, 1995-2006

E analisando os dados para os dois períodos, da atividade silvícola no Extremo Sul da Bahia, primeiramente pode-se verificar uma expansão desta atividade em números de municípios. Em 1995/96, de acordo com a Tabela 7, cinco municípios desenvolviam a silvicultura, são eles: Teixeira de Freitas, Caravelas, Mucuri, Nova Viçosa e Alcobaça. Analisando a Tabela 8, no período 2006/07, a atividade se expande para dez municípios, sendo estes: Belmonte, Eunápolis, Ibirapóã, Itagimirim, Itapebi, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Teixeira de Freitas e Santa Cruz Cabralia.

Apenas os municípios de Alcobaça e Caravelas deixaram de apresentar estas atividades no período 2006/2007. Deve-se ressaltar que esta foi exatamente a fase de maior expansão da silvicultura voltada à produção de celulose e papel, com a chegada da fábrica da Veracel Celulose em Eunápolis, sendo que esta empresa possui plantações de eucalipto nos municípios de Porto Seguro, Itamaraju, Guaratinga, Belmonte, Santa Cruz Cabralia, Itapebi, Itabela e Itagimirim (VERACEL, 2008).

De acordo com os dados do Censo 1995/96, demonstrados na Tabela 7, pode-se perceber o peso da produção de madeira em tora, destinada à produção de papel e celulose. Em termos

absolutos o Extremo Sul baiano apresenta uma produção total de 1.752.766 m³ de madeira para fins industriais, enquanto que a produção de carvão vegetal é de 17.766 toneladas. Em termos de valor monetário, a produção de madeira em tora para papel e celulose fica em torno de R\$23,3 milhões, enquanto que a produção de carvão é de R\$4,44 milhões, ou seja, o valor da produção de madeiráveis para fins industriais representa 84%, do valor da silvicultura. Separando estas duas produções, neste mesmo período, verifica-se que o município de maior produção de madeira em tora para a indústria de papel e celulose foi Nova Viçosa, com 39,47% da produção total, seguida de Caravelas com 34,58%. Nova Viçosa foi também o principal produtor de carvão vegetal apresentando 85,16% da produção deste território.

Tabela 7 - Produção e Valor da Silvicultura. Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia. 1995/ 96

Município	Produto	Unidade	Quantidade	Quantidade (%) por Município	Quantidade (%) Total	Valor (R\$ 1.000)
Alcobaça	Carvão vegetal	t	531	0,07	2,99	133
	Madeira em tora	m3	395.905	99,94	22,59	5.345
	Madeira em tora para papel e celulose	m3	395.905			
Caravelas	Carvão vegetal	t	818	0,07	4,60	205
	Madeira em tora	m3	606.086	99,94	34,58	8.031
	Madeira em tora para papel e celulose	m3	606.086			
Mucuri	Carvão vegetal	t	431	1,08	2,42	108
	Madeira em tora	m3	19.700	98,92	1,12	261
	Madeira em tora para papel e celulose	m3	19.700			
Nova Viçosa	Carvão vegetal	t	15.138	1,08	85,16	3.785
	Madeira em tora	m3	691.881	98,92	39,47	9.167
	Madeira em tora para papel e celulose	m3	691.881			
Teixeira de Freitas	Carvão vegetal	t	858	1,08	4,83	214
	Madeira em tora	m3	39.194	98,92	2,24	519
	Madeira em tora para papel e celulose	m3	39.194			

Fonte: IBGE, 1995/ 1996

Através dos dados do censo de 2006/2007, na Tabela 8, verifica-se que a maior parte da produção de madeira em tora concentra-se nos municípios de Mucuri e Eunápolis, onde estão localizadas unidades produtivas da Bahia Sul Celulose e da Veracel, respectivamente. Comparando-se os dois censos verifica-se um crescimento superior a 85% de produção de madeira em tora para papel e celulose, sendo que aproximadamente 99,7% da produção silvícola concentra-se na produção de madeira.

**Tabela 8 - Produção e Valor da Silvicultura. Território de identidade do Extremo Sul da Bahia.
2006/2007**

Município	Produto	Unidade	Quantidade	Quantidade (%)	Quantidade (%) Total	Valor (R\$ 1.000)			
Belmonte	Madeira em tora	m3	135.707	100,00	1,77	7.600			
	Madeira em tora para papel e celulose	m3	135.707						
Eunápolis	Madeira em tora	m3	1.754.268	100,00	22,86	98.239			
	Madeira em tora para papel e celulose	m3	1.754.268						
	Carvão vegetal	t	4.202				0,33	18,67	1.260
Ibirapôa	Madeira em tora	m3	636.608	99,66	8,30	35.344			
	Madeira em tora para papel e celulose	m3	636.608						
Itagimirim	Madeira em tora	m3	636.608	95,62	8,30	35.344			
	Madeira em tora para papel e celulose	m3	29.129				4,38	0,38	1.631
Itapebi	Madeira em tora	m3	29.129	53,39	0,04	1.631			
	Madeira em tora para papel e celulose	m3	26.466				47,61	0,34	1.482
Mucuri	Carvão vegetal	t	11.194	99,68	23,53	100.237			
	Madeira em tora	m3	1.805.429						
	Madeira em tora para papel e celulose	m3	1.805.429						
Nova Viçosa	Carvão vegetal	t	5.493	99,68	1,91	46.493			
	Madeira em tora	m3	837.412						
	Madeira em tora para papel e celulose	m3	837.412						
Porto Seguro	Madeira em tora	m3	497.784	100,00	6,49	27.876			
	Madeira em tora para papel e celulose	m3	497.784						
Sta. Cruz Cabrália	Madeira em tora	m3	1.026.211	100,00	13,37	57.468			
	Madeira em tora para papel e celulose	m3	1.026.211						
	Carvão vegetal	t	1.621				0,62	7,20	486
Teixeira de Freitas	Madeira em tora	m3	252.048	96,53	3,28	13.992			
	Madeira em tora para outras finalidades	m3	3.848				1,47	0,05	212
	Madeira em tora para papel e celulose	m3	3.848						

Fonte: IBGE, 2006/ 2007

Analisando a produção do estado da Bahia de madeira em tora para papel e celulose, de acordo com dados dos Censos IBGE 1995/96 e 2006/07, em termos absolutos a produção estadual passou de 2.646.807 m³ para 7.652.163 m³, crescendo a uma taxa de 189,11%. O Território do Extremo apresentou uma participação na produção de madeira em tora para papel e celulose de 40,08% no primeiro período, passando para 78,03%, crescendo a uma taxa de 462,83%. A partir destes dados, evidencia-se a importância em termos econômicos destas atividades para o Território, maior produtor do Estado.

Comparando-se a produção de carvão nos dois períodos, verifica-se um crescimento de 26,63%, muito inferior à produção de madeira para o setor de papel e celulose, reforçando desta forma, o papel preponderante desta atividade. Analisando o valor em termos monetários, total das produções obtidas com lavouras permanentes, lavouras temporárias e silvicultura

observam-se taxas de crescimento de 1.464,03%, 196,47% e 171,72% respectivamente, enfatizando desta forma, o peso das atividades silvícolas para a economia do território do Extremo Sul baiano.

A transformação evolutiva da base de produção agropecuária no período do Brasil - colônia, até a segunda metade do século XX, neste Território era responsável basicamente pela produção de produtos de subsistência como a mandioca e o feijão, visando suprir suas próprias necessidades e as da Capital, ou seja, não fazia parte do processo agro-exportador baseados nas monoculturas da cana-de-açúcar, do fumo e do algodão.

Sobre a base produtiva do Extremo Sul da Bahia, demonstrada nos censos de 1995/96 e 2006/07, verifica-se uma expansão da bovinocultura, da silvicultura produtora de madeira em tora para a produção de papel e celulose, e um significativo incremento da fruticultura (com destaque para o mamão e a melancia), e por fim, da cafeicultura. Deve-se destacar que o território vem investindo na mecanização do mamão e do café beneficiado. Portanto, deve-se ressaltar a expansão do agronegócio neste território.

No entanto, deve-se ressaltar que nenhuma atividade, obteve maior expansão em termos produtivos e de valor agregado do que a produção de silvícola de madeira voltada ao setor industrial da economia. Diante disto pode-se afirmar a preponderância deste segmento para a estrutura econômica local, e que por suas características peculiares devem impactar nos aspectos sociais e ambientais do Extremo Sul baiano.

Portanto, o avanço da cultura do eucalipto para fins industriais vem ganhando destaque na base produtiva primária deste espaço, modificando a sua estrutura, embora, acompanhada de outras atividades agrícolas consideradas tradicionais. Deve-se, no entanto, considerar que a silvicultura no médio e no longo prazo pode avançar e substituir a atual estrutura.

3 EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE FLORESTAL E O SETOR DE PAPEL E CELULOSE

Este capítulo trata do avanço das atividades florestais, particularmente, da monocultura do eucalipto, no território do Extremo Sul da Bahia. São discutidas as condições naturais, sócio-econômicas e institucionais que favoreceram a expansão desta atividade. Apresenta-se também o papel desempenhado pelas indústrias de papel e celulose, dependentes do eucalipto e os principais impactos ambientais causados e potenciais, segundo a visão de especialistas sobre o assunto.

A expansão das atividades silvícolas com fins industriais, neste Território é expressa pela forte e crescente presença do Brasil no *ranking* dos maiores exportadores de produtos florestais, com destaque para a celulose. Esta posição deve-se principalmente a fatores naturais que garantem vantagens competitivas ao País no mercado internacional. Além dos aspectos de solo, clima e recursos hídricos, favoráveis a esta atividade, devem-se somar o aporte de políticas públicas de incentivo, o reduzido valor das terras no período de expansão do eucalipto e a ação de empresas globalizadas com capital nacional associado ao estrangeiro.

Apesar da importância para a economia local e nacional, esta atividade vem sendo apontada por estudiosos e leigos como causadora de impactos negativos tanto ao meio ambiente como ao meio rural neste Território, contribuindo para alguns eventos, a saber, perdas ambientais e concentração fundiária. No entanto, alguns especialistas apresentam outros argumentos, destacando a relevância econômica desta atividade, geradora de emprego e renda, além da contribuição na formação do PIB e no montante da arrecadação de impostos. Esta corrente evidencia também o papel desempenhado pela silvicultura, na recuperação de áreas degradadas pela agricultura e pela pecuária extensiva, contribuindo inclusive na proteção do entorno de Unidades de Conservação.

3.1 ATIVIDADES FLORESTAIS: PRINCIPAIS CONDICIONANTES

A exploração intensiva de madeira no Extremo Sul baiano teve início nos anos de 1950, se constituindo numa atividade econômica de destaque. Em meados da década de 1960 e início dos anos 1970, surge outro ciclo madeireiro marcado pela utilização de tecnologias mais

modernas, com a adoção da motomecanização, e pela participação de grandes e pequenos empresários provenientes, em sua maioria, do Estado do Espírito Santo. A presença de tais grupos, neste período contribuiu para intensificar o processo de destruição da Mata Atlântica que embora tenha sido explorada desde os primórdios da colonização, ainda se encontrava razoavelmente preservada no decênio de 1950 em função do fraco e irregular povoamento e das técnicas rudimentares adotadas pelos antigos madeireiros.

A intensificação das atividades madeireiras nos anos de 1970 provocou uma rápida destruição dos recursos naturais, sendo este período marcado pelo declínio do setor. A devastação constituiu-se em um fator crucial para o avanço da atividade florestal no Extremo Sul da Bahia, haja vista que, em função deste fato surge como uma das opções, o reflorestamento sobre as áreas desmatadas. Também, a instalação dos empreendimentos do setor de papel e celulose no Território se deu em função de tal crise, pois surgiu a alternativa do reflorestamento sobre grandes áreas devastadas, devido ao caráter destruidor da atividade madeireira, além da abertura de pastos para a criação bovina sob a forma extensiva.

Outro fator importante foi a facilidade de circulação das riquezas existentes ou geradas no Extremo Sul da Bahia, proporcionadas pela implantação da BR-101, em 1973, que contribuiu de forma decisiva para a aceleração do esgotamento das reservas florestais nativas, elemento indispensável à produção de madeira. A partir da decadência do ciclo madeireiro, a economia do Território passa a viver em função de estímulos externos.

O baixo preço das terras liberadas pela exploração madeireira permitiu a consolidação da pecuária de corte, atraindo grupos capitalistas externos para exploração de grandes empreendimentos agropecuários. Esses grupos penetraram no Território, atraídos por oportunidades de lucro, além de terem sido também favorecidos por políticas ou por programas de incentivos ao desenvolvimento de determinadas atividades.

Além disso, conforme observação de Pedreira (2004) a saturação das terras na região do Centro-Sul, onde se concentraram tradicionalmente as atividades de reflorestamento e produção de celulose, e a conseqüente elevação dos preços das terras, implicou a busca de novas áreas, necessárias tanto para dar conta da capacidade instalada, quanto para a expansão do setor de papel e celulose no País.

Portanto, alguns fatores contribuíram para o avanço do reflorestamento, como: a formação de grandes áreas devastadas pela extração madeireira e pela pecuária; e o baixo valor das terras; e políticas, através de leis federais e estaduais de incentivo a este setor. Inicialmente, a implantação dos maciços florestais no Extremo Sul direcionou-se para o atendimento de diversas outras finalidades, tais como construção de móveis, serrarias, dentre outros.

A introdução dos plantios de eucalipto voltados para a produção de celulose inicia-se no final da década de 1960, mais precisamente em 1967, durante o Governo do Marechal Costa e Silva, com os incentivos fiscais oferecidos, através do Programa Nacional de Celulose e Papel. De acordo com Dias (2001), a introdução do cultivo de eucalipto no Extremo Sul do Estado da Bahia, além do incentivo gerado pela decadência da exploração madeireira, contou com a conjunção de outros fatores para o desenvolvimento da atividade florestal: condições climáticas favoráveis; solos apropriados; terras de valor reduzido; disponibilidade de mão-de-obra; proximidade dos centros de consumo.

Um fator crucial a atividade de reflorestamento foi a implementação da política de incentivos fiscais de 1966, Lei 5.106/66, que, ao permitir a dedução de imposto de renda para investimentos em projetos de reflorestamento aprovados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), propiciou a expansão dos maciços florestais de espécies exóticas no Brasil, especialmente de pinus e eucalipto. Com essa Lei, a área de plantio no Brasil aumentou de 500 mil para três milhões de hectares.

Tal fato gerou estímulos à migração das empresas reflorestadoras em direção aos estados do Nordeste e, em particular, para a Bahia. O resultado disso é que, entre 1970 e 1980, o total da área plantada com florestas para fins industriais aumentou em 18,6% em toda região Nordeste, enquanto que entre 1980 e 1985, tal crescimento registrou 176% contra 18% verificados em todo o Brasil (ARAÚJO, 2006).

A partir de meados da década de 1970 intensificou-se a implementação de políticas federais e estaduais de promoção às atividades florestais. Em face disto, destaca-se, nesta época, a modificação na legislação de incentivos fiscais ao reflorestamento no Brasil – Decreto Lei n.º 1.338/74, através do qual os contribuintes de todo o país recebiam benefícios, sendo autorizados a deduzir até 50% do imposto de renda para investimento no setor, nas regiões

Norte e Nordeste do País. Enquanto que, nas demais regiões, a dedução era de 35% deste tributo.

Uma das resoluções que contribuíram para o desenvolvimento da atividade florestal no Extremo Sul foi a inserção da região no Programa de Zoneamento Florestal do Estado da Bahia e a instituição do Plano Nacional de Papel e Celulose (1974), pelo Governo Federal. De acordo com Pedreira *apud* SEI (2004), a Bahia beneficiando-se das modificações do Fundo de Investimento Setorial – Fiset, começou a inserir-se na área florestal, absorvendo, já em 1979, 10,3% da área aprovada para o reflorestamento no Brasil. Desse modo, o Estado consolida-se, em 1982, como o segundo pólo florestal brasileiro, sendo criados, nesta época, três distritos florestais baianos: o Distrito Florestal Litoral Norte, o Distrito Florestal do Além São Francisco e o Distrito Florestal do Extremo Sul.

E, a partir de meados dos anos 1980, o reflorestamento centrou-se na instalação de florestas, sobretudo de eucaliptos, devido à sua capacidade de adaptação ao clima e solo brasileiros, além de sua expressiva produtividade. Este setor objetiva então, suprir as necessidades presentes e futuras das indústrias do setor de papel e celulose que, a partir dos anos de 1990 se instalaram no território do Extremo Sul da Bahia.

De acordo com Machado (2001), nos anos de 1980, ocorre um movimento de implantação de uma organização de natureza empresarial, baseada nas culturas de mamão e café (expansão proveniente do Espírito Santo) e de uma pecuária intensiva, culminando nos anos 1990, com a implantação do complexo industrial de papel e celulose, de capital nacional necessariamente associado ao capital estrangeiro. Para isso, intensifica-se o reflorestamento monocultor do eucalipto, conhecido como silvicultura, no Território. A adoção do eucalipto se dá por ser essa uma espécie economicamente viável no tempo, visando ao beneficiamento de celulose para papel e da madeira para o setor moveleiro.

De acordo Valverde (2006), o eucalipto é uma espécie arbórea pertencente à família das *mirtáceas* e nativa, principalmente, da Austrália. São mais de 700 espécies conhecidas apropriadas para cada finalidade de aplicação da madeira. No Brasil, seu cultivo em escala econômica deu-se a partir de 1904, com o trabalho do agrônomo silvicultor Edmundo Navarro de Andrade com o objetivo de atender a demanda da antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Quanto aos aspectos naturais que favoreceram o avanço da silvicultura, sabe-se que Extremo Sul baiano é considerado um dos locais mais propícios ao desenvolvimento do reflorestamento no Brasil. Além do clima favorável, tropical e úmido, ou seja, com alto nível de precipitação e chuvas distribuídas ao longo do ano inteiro, há boa incidência luminosa em todas as estações do ano. Neste espaço são encontrados solos profundos (latossolos e argissolos), que favorecem o crescimento de florestas, e topografia plana, própria para a mecanização. O eucalipto se adaptou bem a este espaço.

Nas regiões de clima quente e tropical esta árvore tem uma capacidade muito grande de realizar fotossíntese, isto é, retirar energia do sol e transformar em madeira (biomassa). Todas essas características reunidas garantem o crescimento constante e acelerado das árvores – o que faz aumentar consideravelmente o nível de produtividade das indústrias ali instaladas. No Brasil, o ciclo do eucalipto, até o ponto de corte, completa-se entre 5 e 7 anos, enquanto que na Europa este período é de 15 a 30 anos, sendo que a produção brasileira de matéria-prima à produção de celulose e papel já supera países como a Finlândia e a Suécia, grandes produtoras mundiais.

Diante de tais fatos, segundo Pedreira:

A conjunção de fatores, como a existência de áreas aptas ao reflorestamento, excelentes condições edafoclimáticas, os incentivos fiscais, além do padrão concorrencial do segmento de papel e celulose, condicionaram-se mutuamente para que o Extremo Sul da Bahia se tornasse uma área privilegiada para a expansão e o desenvolvimento da atividade florestal e da agroindústria de celulose (PEDREIRA, 2004, p. 1010).

Assim, no contexto das estratégias de expansão empresarial – a dinâmica concorrencial do setor de papel e celulose é fortemente influenciada pelos custos de produção, sobretudo, nos itens madeira e disponibilidade de terras para novos plantios, fazendo com que o setor se desloque espacialmente em função de condicionantes locais – instalam-se na região grandes empreendimentos do segmento florestal e de papel e celulose, a exemplo da Bahia Sul Celulose, no município de Mucuri, e da Veracel Celulose, em Eunápolis, além da CAF Florestal, disponibilizando de vastas áreas plantadas de eucalipto, cultivados em terras próprias, em sua maioria, e em projetos de fomentos com produtores rurais. Deve-se ressaltar a importante ação do Estado, no que se refere à disponibilização de recursos financeiros,

principalmente através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

De acordo com a Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS) *apud* EMBRAPA (2007), em 2007, o Setor Florestal Brasileiro contava, com aproximadamente, 530 milhões de hectares de Florestas Nativas, 43,5 milhões de hectares em Unidades de Conservação Federal e 4,8 milhões de hectares de Florestas Plantadas, inclusive com pinus, eucalipto e acácia-negra. A exploração das áreas de florestas nativas somadas à exploração das florestas plantadas tem gerado 2 milhões de empregos, contribuindo com mais de US\$20 bilhões para o PIB e exportando mais de R\$4 bilhões, ou seja, correspondendo a 8% do agronegócio, evidenciando a importância econômica dessa atividade. E contribui com US\$3 bilhões em impostos, ao ano, arrecadados de 60.000 empresas.

Analisando o Quadro 4 pode-se verificar que a distribuição geográfica do cultivo de eucalipto no Brasil, em 2000, se concentrava fortemente nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Bahia, apresentando 51,8%; 19,4%; e 7,2% em área plantada, respectivamente. Outro dado relevante nesta hierarquização é que esta atividade predomina nas regiões Sul e Sudeste do País, sendo a Bahia o único Estado do Nordeste com representatividade.

Quadro 4 - Área Plantada com Eucaliptos no Brasil e principais Estados produtores, 2000

Estados Produtores	Área Plantada (ha)	Participação (%)
Minas Gerais	1.535.290	51,8
São Paulo	574.150	19,4
Bahia	213.400	7,2
Espírito Santo	152.330	5,1
Rio Grande do Sul	115.900	3,9
Mato Grosso do Sul	80.000	2,7
Paraná	67.000	2,3
Pará	45.700	1,5
Santa Catarina	41.550	1,4
Amapá	12.500	0,4
Outros	128.060	4,3
Brasil	2.965.880	100,0

Fonte: SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA (SBS), 2000

Em termos de ganho monetário, os estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais apresentaram as maiores rendas com atividades de extração vegetal e silvicultura, correspondendo respectivamente à 17,80%, 17% e 15,96% do total. A Bahia ocupa neste *ranking* a sexta posição (Quadro 5), sendo ainda superada pelo Pará e Santa Catarina. Deve-

se observar que a silvicultura tem uma participação de 82,83% da renda gerada em atividades florestais.

**Quadro 5 - Distribuição geográfica da produção de madeira em tora, 2003
(em US\$ milhões)**

Unidade da Federação	Extração Vegetal	Silvicultura	Total	Participação (%)
Paraná	1.330.657	20.088.607	21.419.264	17,80
São Paulo	5.360	20.454.043	20.459.403	17,00
Minas Gerais	88.941	19.115.857	19.204.798	15,96
Santa Catarina	166.845	15.719.477	15.886.322	13,19
Pará	10.844.175	1.960.617	12.804.792	10,64
Bahia	1.549.009	6.721.933	8.270.942	6,87
Rio Grande do Sul	113.268	6.475.154	6.588.422	5,47
Espírito Santo	10.648	5.346.970	5.357.618	4,45
Outras	6.554.425	3.814.825	10.369.250	8,62
Brasil	20.663.328	99.697.483	120.360.811	100,00

Fonte: SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA, 2003

No que se refere à área plantada de florestas, incluindo aqui o eucalipto, o pinus e a acácia, verifica-se, por meio da Quadro 6, que esta concentra-se na região Sudeste do País com 43,9%, seguida do Sul e Nordeste, com 27,9% e 15,1%, respectivamente no ano de 2006. Quanto à espacialização por unidades da Federação, das atividades de reflorestamento, observa-se que mantém-se o *ranking* de 2000, sendo os Estados de Minas Gerais, São Paulo e Bahia os mais importantes, com 23,1%, 15,6% e 12,9%, respectivamente.

Quadro 6 - Área plantada de florestas para fins de produção, por região, Estados e Brasil, 2006

Região	Estado	Área plantada (ha)	Total (ha)
Sul	Rio Grande do Sul	90.000	175.000
	Santa Catarina	45.000	
	Paraná	40.000	
Sudeste	Minas Gerais	145.000	275.000
	São Paulo	98.000	
	Espírito Santo	30.000	
	Rio de Janeiro	2.000	
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	33.000	48.000
	Mato Grosso	10.000	
	Goiás	5.000	
Nordeste	Bahia	81.000	94.500
	Maranhão	11.000	
	Piauí	2.000	
	Pernambuco	500	
Norte	Pará	13.000	34.500
	Amapá	10.000	
	Tocantins	4.500	
	Roraima	4.000	
	Rondônia	1.500	
	Amazonas	1.000	
	Acre	500	
Total			627.000

Fonte: SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA, 2006

Analisando o Quadro 7, verificamos a distribuição do uso imobiliário das empresas de papel e celulose no Brasil. Verifica-se que a maior parte das terras são áreas de preservação permanente, correspondendo a 55,95% do total no Brasil. E as áreas reflorestadas respondem por 35,22% do total. Este dado destaca a ação da legislação ambiental, no sentido de preservar áreas de florestas nativas.

Quadro 7 - Área imobiliária total possuída pelas empresas, incluindo coligadas e arrendadas por Estado, 2007 – Em mil hectares

Estado	Reflorestada	Para Plantio	Preservação Permanente	Infra-estrutura/inaproveitáveis	Total
Bahia	11.874,40	437,40	752.237,20	1.518,80	766.067,80
Espírito Santo	125.396,10	7.816,80	69.076,40	11.969,70	214.259,00
Maranhão	614,00	11.081,00	8.250,00	1.126,00	21.071,00
Minas Gerais	183.289,50	19.648,00	148.170,20	23.898,40	375.006,10
Mato Grosso do Sul	113.195,00	12.627,00	53.302,00	10.148,00	189.272,00
Pará	48.354,70	54.315,80	850.810,20	13.369,40	966.850,10
Paraná	244.714,00	26.283,00	191.907,10	43.535,80	506.439,90
Rio de Janeiro	1.652,70	-	1.239,10	213,7	3.105,50
Rio Grande do Sul	112.821,60	15.192,80	106.360,50	15.057,00	249.431,90
Santa Catarina	111.294,50	2.877,10	85.541,10	17.343,20	217.055,90
São Paulo	404.584,90	23.106,10	201.903,00	40.346,40	669.940,40
Brasil	1.714.942,70	192.065,00	2.724.582,80	237.684,50	4.869.275,00

Fonte: BRACELPA, 2007

Estes dados apontam para a relevância em termos econômicos das atividades de reflorestamento para fins industriais. Deve-se, por outro lado, considerar que tais investimentos, são altamente intensivos em capital, implicando numa estratégia de ocupação intensiva do espaço, atingindo os grupos sociais presentes no Território uma vez que tiveram seu espaço e *status* redefinidos, em função da importância e da posição que vieram a ocupar na sociedade. De acordo com a CAR *apud* Gonçalves (1994), este avanço da silvicultura, notadamente sob a forma de monocultura tem contribuído para a desestruturação de formas socio-econômicas, culturais, de produção e de organização e uso da natureza.

A introdução da cultura do eucalipto vem sendo apontada, como responsável por sérios riscos para os recursos hídricos, o solo, a fauna e a flora locais, contribuindo também para a inviabilidade da agricultura familiar no Território, ocupando todas as terras agricultáveis, inclusive aquelas que seriam destinadas a reforma agrária, terras indígenas e no entorno de Unidades de Conservação com importantes reservas de Mata Atlântica. (SILVA; SANTOS, 2004, p.1).

No entanto, correntes acadêmicas e científicas têm se mostrado contrárias, afirmando que o eucalipto não é responsável por danos aos recursos naturais, se o seu desenvolvimento se der de acordo com as leis ambientais vigentes, e com a adoção de técnicas modernas de cultivo, utilizando-se inclusive dos avanços genéticos. Segundo Valverde (2006), as atividades de reflorestamento têm o importante papel de recuperar áreas degradadas e proteger áreas de Unidades de Conservação. Este autor defende ainda que a monocultura deverá retroceder na medida em que as empresas de papel e celulose ampliem seus programas de fomento, contando com a colaboração de produtores rurais. E defende também a importância econômica desta atividade para a economia local, desde que seja realizada de forma sustentável.

3.2 AS INDÚSTRIAS DE PAPEL E CELULOSE

A primeira fábrica de papel foi instalada no Brasil no ano de 1852, sendo que até 1950, o País contava com apenas algumas pequenas unidades produtoras, sendo, portanto, necessária a importação de quase toda a celulose necessária. O número de empresas foi crescendo em função de aumento no mercado consumidor e na demanda, em que, os primeiros e relevantes investimentos surgiram com o Plano de Metas, implementado durante o Governo Kubitschek (1956-1960), seguindo o modelo de substituição das importações (LOPES, 2008). A partir de então, o governo passou a apoiar sistematicamente o desenvolvimento desta indústria através de medidas tarifárias e de financiamento, principalmente através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, (BNDES, 2008).

O crescimento da produção de papel implicou na elevação da demanda por celulose, criando assim, condições favoráveis para o desenvolvimento das fábricas de pasta celulósica. No entanto, o setor enfrentou, inicialmente, um obstáculo tecnológico, pois a fabricação do papel utilizava basicamente celulose de coníferas, árvores das quais se extrai celulose de fibra longa. Este tipo de vegetação não era adaptável ao clima e solo brasileiro, fazendo com que o Brasil, ficasse dependente da importação da matéria.

De acordo com Lopes (2008), somente a partir das pesquisas iniciadas em 1954 pela Indústria de Papel Leon Feffer S.A., atual Cia Suzano de Papel e Celulose, e com apoio da Universidade da Flórida, foi desenvolvido o processo de fabricação de papel a partir da

celulose de eucalipto. O eucalipto, árvore do ramo das folhosas, que fornece celulose de fibra curta, mostrou-se então economicamente viável para a implementação de grandes plantações, para atender as necessidades de matéria-prima do setor no Brasil.

No entanto, ainda eram necessárias medidas que tornassem o setor competitivo, principalmente através da produção em economias de escala. Nos anos de 1970 o setor enfrenta uma grave crise, devido ao aumento do preço das matérias-primas no mercado internacional e os choques de preço do petróleo, durante a crise de 1973. O aumento do déficit em conta corrente exigiu do Governo uma intensificação na política de substituição das importações e um maior volume de exportações. O primeiro grande ciclo de investimentos no setor tem início com o lançamento do II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento -, e do I PNPC - Plano Nacional de Papel e Celulose -, durante o governo Geisel (1974-1979). Desta forma:

O objetivo de fortalecer o empresariado nacional, aliado à uma estratégia de integração competitiva, fizeram o governo realizar uma injeção relevante de recursos no setor para os projetos considerados prioritários. A política industrial incentivava, através do financiamento público e de vantagens fiscais, à expansão da capacidade produtiva, à formação de maciços florestais, à melhoria da eficiência e à melhoria da produtividade nas unidades fabris, visando o auto-abastecimento e a inserção do país no cenário internacional (LOPES, 2008, p.2).

Um fator crucial ao desenvolvimento do setor foi a ação do BNDES, que não se restringiu a ser agente financiador. Foi também planejador e indutor de investimentos, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, e sua atuação pode ser entendida como um dos alicerces para a expansão da indústria de celulose e papel no País. Desde o princípio e em consonância às determinações da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), o BNDES vem incentivando o setor a atingir maiores patamares de economias de escala. Em 1968, o BNDES fixa níveis mínimos de escala de produção para projetos que desejassem apoio financeiro, e seguindo às recomendações do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), em 1972, de novos níveis mínimos de escala de produção, obteve-se como resultado um expressivo aumento da produção brasileira e no início das exportações (BNDES, 2008) .

Como produtos destas políticas formaram-se as grandes empresas que existem até hoje no mercado, como: a Aracruz, a Klabin, a Suzano, Votorantim, Ripasa, dentre outras. Deve-se ressaltar que a Aracruz, associada ao capital da empresa Sueca Stora Enzo formou a atual Veracel Celulose. Em 1974, outro marco do desenvolvimento do setor no Brasil foi o projeto da Aracruz Celulose, com volume de investimentos superior a US\$ 400 milhões e capacidade

de produção acima de 1.000 toneladas/dia. O projeto foi classificado de êxito duvidoso pelo IFC (International Finance Corporation) por considerar que o País não dispunha de experiência, nem tecnologia para realizar um empreendimento desta magnitude e que o retorno não seria compensatório. O governo financiou o projeto sozinho e a Aracruz Celulose é atualmente a maior unidade fabril de celulose do mundo e também um dos principais fornecedores internacionais de celulose, colocando o Brasil entre os produtores de celulose de maior potencial do mundo.

Os anos 1980 foram de consolidação da posição brasileira no mercado internacional com o lançamento do II PNPC, incentivando mais uma vez o aumento da capacidade, da competitividade, a melhoria dos padrões de qualidade, a uniformidade dos produtos, a proteção ambiental, a melhoria do processo produtivo e dos controles de processo, através da introdução de novos equipamentos. A retração econômica na primeira metade da década contraiu o mercado interno, fazendo com que as empresas destinassem uma parte maior da produção para as exportações. Projetos que foram desenvolvidos nesta década levaram à construção da Bahia Sul Celulose, da Inpacel e da Companhia Florestal Monte Dourado (Projeto Jari).

A primeira metade dos anos 1990 foi bastante difícil para as empresas nacionais, devido à crise econômica provocada pelos Planos Collor I e II, pela queda geral dos preços do papel e da celulose no mercado internacional e pela internacionalização e globalização do setor, com a diminuição das barreiras tarifárias. Além de ser essa fase de ruptura da política de substituição das importações. A segunda metade foi marcada pela lenta recuperação das empresas do setor, aliada à retomada da atividade industrial e expansão do reflorestamento.

O setor produtivo de papel e celulose envolve desde a fabricação de pastas celulósicas, com base em diversos tipos de matérias-primas fibrosas, principalmente a madeira, até a fabricação de uma grande diversidade de tipos de papéis. Ele está dividido em segmentos, de acordo com a sua finalidade, quais sejam: papel para embalagem, para imprimir e escrever, imprensa, cartão e cartolina, e para fins sanitários e especiais.

De acordo com O Mercado... (2001), sendo a principal fonte de matéria-prima fibrosa, a madeira, a cadeia produtiva se estende desde as bases florestais até produtos convertidos – envelopes, caixas de papelão, papéis gráficos, sacos multifilados, entre outros – e gráficos. No

início da década de 1990, em torno de 20% da produção total de papel e celulose era direcionada para exportação. Em 2000, a produção de papel atingiu 7,2 milhões de toneladas e a de celulose 7,6 milhões, representando a 12ª e a 7ª posição na produção mundial, respectivamente. O superávit da balança comercial em 2000 foi de US\$1,8 bilhão, enquanto o faturamento total do setor alcançou em torno de R\$13,7 bilhões.

Observando o Quadro 8, verifica-se a posição do Brasil, entre os maiores produtores mundiais de celulose e papel, ocupando a 6ª e a 11ª posição respectivamente, no ano de 2007. No caso da produção de celulose, 79,7% é do tipo fibra curta, ou seja, obtida a partir do eucalipto e a produção nacional somente é superada por nações com tradição nas atividades de reflorestamento e de produção de celulose e papel, com os EUA, Canadá, Finlândia e Suécia.

Em termos relativos, observa-se que a produção de celulose brasileira é responsável por 6,24% da produção mundial, enquanto que a produção de papel é de 2,3% do total. De acordo com a Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA, 2008), o Brasil deve conquistar, ao final de 2008, a quarta posição entre os maiores produtores mundiais de celulose, atingindo 12,85 milhões de toneladas, superando a Finlândia (12,5 milhões de toneladas) e a Suécia (12,4 milhões de toneladas).

Quadro 8 - Maiores produtores mundiais de celulose e papel - 2007

Celulose		Papel	
País	Produção (mil toneladas)	País	Produção (mil toneladas)
1. EUA	53.215	1. EUA	84.073
2. Canadá	23.677	2. China	65.000
3. China	18.160	3. Japão	31.106
4. Finlândia	13.066	4. Alemanha	22.655
5. Suécia	12.240	5. Canadá	18.170
6. Brasil	11.998	6. Finlândia	14.151
7. Japão	10.884	7. Suécia	12.066
8. Rússia	7.370	8. Coreia do Sul	10.703
9. Indonésia	5.672	9. Itália	10.009
10. China	3.550	10. França	10.006
11. Índia	3.250	11. Brasil	8.862
Mundial	192.177	Mundial	381.551

Fonte: BRACELPA, 2007

O consumo per capita de papel no Brasil é um dos mais baixos dentre os principais países produtores de papel. De acordo com dados do Quadro 9, no ano de 2006, enquanto no Brasil o consumo era de aproximadamente 40,1 kg por habitante, em países como EUA ultrapassa 200 kg. Ocupando a 12ª posição entre os maiores consumidores per capita de papel, o Brasil

encontra-se abaixo da média mundial, que é de 56 kg/hab/ano. Isso porque o consumo está vinculado a dois fatores exógenos muito importantes: renda e escolaridade. Quanto maior a renda e o nível de escolaridade, maior será o consumo de livros, cadernos, papéis de imprimir e escrever, e papéis para fins sanitários. Já na indústria, quanto maior a produção, maior será o fluxo de mercadorias e, portanto, o consumo de embalagens.

Quadro 9 - Consumo per capita países selecionados - 2006

Países	Consumo de papel (kg/hab. ano)
EUA	300,6
Japão	246,8
Alemanha	232,7
Canadá	225,3
Reino Unido	206,5
Itália	198,5
França	177,8
Chile	68,3
México	57,4
Argentina	50,5
China	45,1
Brasil	41,2
Rússia	36,3
Média Mundial	56,3

Fonte: BRACELPA, 2006

Atualmente o País tem 21 grandes empresas produtoras de pasta de celulose, no qual o Brasil é mais competitivo e cuja produção é uma das maiores do mundo. Observando o Quadro 10, dentre estas, a Suzano Papel e Celulose e a Veracel Celulose, presentes no Extremo Sul da Bahia, ocupam a 2ª e 7ª posição no *ranking* nacional. Ambas foram responsáveis, em 2007, por 12,64% e 4,40% da produção nacional de celulose, respectivamente.

Quadro 10 - Maiores empresas produtoras de pasta de celulose

Empresas	Produção em T		Participação %	
	2006	2007	2006	2007
1. Aracruz Celulose SA	3.101.300	3.097.000	27,74	25,81
2. Suzano Papel e Celulose	1.378.533	1.516.837	12,33	12,64
3. Votorantim Celulose e Papel SA	1.432.903	1.447.004	12,32	12,06
4. Klabin SA	1.194.858	1.268.545	10,69	10,57
5. Celulose Nipo-Brasileira SA Cenibra	935.802	1.164.400	8,37	9,71
6. International Paper do Brasil Ltda	348.729	782.225	3,12	6,52
7. Veracel Celulose SA (Stora Enso)	489.144	528.206	4,38	4,40
8. Jari Celulose SA	358.215	355.700	3,20	2,96
9. Ripasa SA Celulose e Papel	508.184	308.321	4,55	2,57
10. Rigesa Celulose, Papel e Embs Ltda	221.482	219.374	1,98	1,83
11. Lwarcel Celulose e Papel Ltda	200.099	215.956	1,79	1,80
12. Norske Skog Pisa Ltda	176.508	181.550	1,58	1,51
13. Melhoramentos Papéis Ltda	128.138	142.050	1,15	1,18
14. Iguazu Celulose, Papel SA	100.923	109.355	0,90	0,91
15. Orsa Celulose, Papel e Embs SA	90.634	101.179	0,81	0,84
16. Celulose Irani SA	82.214	92.459	0,74	0,77
17. Stora Enso Arapoti Ind de Papel Ltda	81.750	78.703	0,73	0,66
18. Nobrecel SA - Celulose e Papel	63.722	65.305	0,57	0,54
19. Primo Tedesco SA	58.165	58.562	0,52	0,49
20. Cocelpa - Cia de Cel e Papel do Paraná	45.026	46.631	0,40	0,39
21. Trombini Industrial SA	44.118	44.095	0,39	0,37
Demais	139.526	174.207	1,74	1,47
Brasil	11.179.973	11.997.664	100,00	100,00

Fonte: BRACELPA, 2007

Quanto à comercialização da celulose, verifica-se por meio da Figura 2 que 55% da produção é exportada e 36% é utilizado pelas empresas produtoras de papel que operam no País. Fica então, bastante claro o peso do setor para a balança comercial do Brasil, e o que leva este segmento a ser tão intensivo em capital e tecnologia, no sentido de se fazer competitivo no mercado externo.

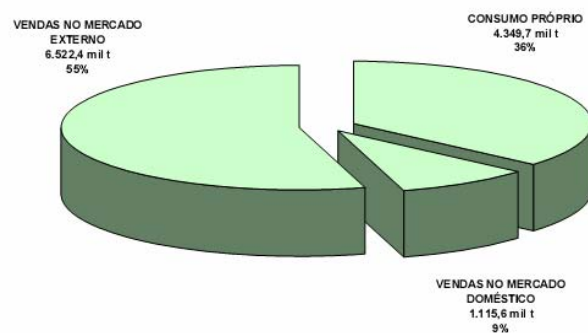


Figura 2 - Destino da Produção brasileira de pasta de celulose
Fonte: BRACELPA, 2007

Como a produção de celulose e a de papel estão integradas, os investimentos nesse setor também se direcionam para a integração da cadeia produtiva, tornando as empresas auto-suficientes em matérias-primas. Segundo O Mercado... (2001), isso torna o setor intensivo em capital com longo prazo de maturação. Há necessidade de investimentos para escalas mínimas de 100 mil toneladas. Além disso, demanda-se investimentos contínuos por parte dos grandes produtores para a manutenção da capacidade produtiva e reposição da depreciação do ativo.

Outros investimentos são direcionados para a atividade de reflorestamento, principal fonte de matéria-prima, e para o desenvolvimento tecnológico. Em 2001, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento da indústria brasileira representam apenas 1% do faturamento. A principal vantagem comparativa do Brasil para aumentar suas exportações foi o desenvolvimento da celulose de fibra curta à base de eucalipto e a sua aceitação no mercado internacional. Esse tipo de celulose significou uma redução de custo e do tempo de corte da madeira, que representa em torno de 25% do custo da celulose.

Contudo, como outros países também vêm desenvolvendo novas técnicas, como a redução nos custos de produtos químicos e de pessoal, a participação das exportações brasileiras no comércio internacional diminuiu. Atualmente, por exemplo, a Indonésia consegue produzir celulose com um baixo custo similar à brasileira. Os fabricantes brasileiros apontam basicamente três fatores que os impedem de crescer e aumentar a sua competitividade internacional: custo do capital, custos portuários e carga tributária (O MERCADO..., 2001).

De acordo com a Figura 3, pode-se verificar que no ano de 2006, o setor de papel e celulose destina a maior parte de seus recursos ao pagamento de impostos, encargos sociais e outras despesas de pessoal, sendo que juntos respondem por possuir a maior parte de seus custos, 74%. No entanto, deve-se salientar que neste quantitativo estão incluídos a divisão na participação dos resultados.

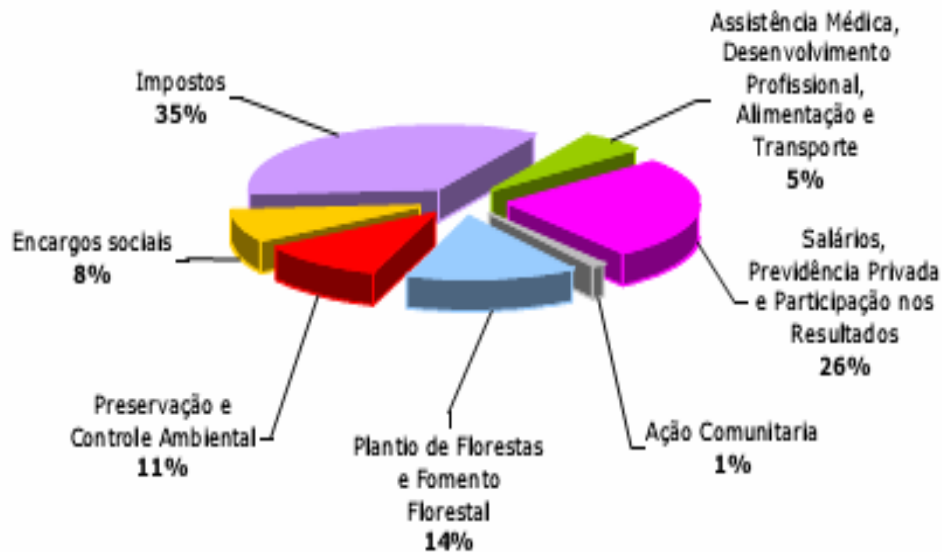


Figura 3 - Destinação dos recursos gerados em 2006 pelo setor de celulose e papel
 Fonte: BRACELPA, 2006

A questão ambiental é uma preocupação do setor, em razão de utilizar produtos químicos que poluem e jogam dejetos em rios durante o processo de produção. Isso faz com que o setor passe por uma rígida legislação ambiental, o que é uma barreira não tarifária imposta pelos países desenvolvidos para aqueles que não utilizam produtos recicláveis e não atendem às demais normas ambientais. De acordo com O Mercado... (2001), as principais estratégias setoriais são: concentração (fusões e aquisições, concentração produtiva, reestruturação produtiva e fechamento de unidades); verticalização (integração da cadeia produtiva e consolidação patrimonial); reflorestamentos; desenvolvimento de fibras; escala de produção e capacitação tecnológica. Por meio de tais ações, as empresas brasileiras pretendem contornar os problemas originários do “custo Brasil” e se capacitarem para continuar concorrendo no mercado mundial.

De forma resumida, as indústrias de celulose apresentam as seguintes características: são de grande porte; possuem localização geográfica relativamente descentralizada; são em pequeno número de unidades de produção; operam sob economia de escala; são de capital intensivo (grande investimento nas fábricas, em geral centenas de milhões de dólares); são verticalizadas (as empresas têm capacidade econômica e financeira de estabelecer seus próprios plantios); requerem milhares de metros cúbicos de matéria-prima por dia (toretas de 8 a 30 cm, sem grandes restrições); possuem um alto grau de profissionalização; são abertas (voltadas para o mercado externo); possuem ações negociadas em bolsa de valores.

3.2.1 Bahia Sul Celulose

No final da década de 1980, investimentos da ordem de US\$1,49 bilhões foram realizados pela Companhia Vale do Rio Doce, 29% do capital total, pela Companhia Suzano de Papel e Celulose (35%), pelo Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (3%), pelo BNDES (26%) e os 7% restantes em mãos de outros investidores que adquiriram ações no mercado, dando origem a Bahia Sul Celulose (Figura 4), localizada no Km 945,4 da BR-101, no município de Mucuri, no território do Extremo Sul da Bahia, próxima à divisa com o Estado do Espírito Santo.



Figura 4 – Vista Aérea da Bahia Sul Celulose
Fonte: BAHIA SUL CELULOSE, 2006

A Unidade produtiva da Bahia Sul S.A começou a ser construída em 1989, passando a produzir em 1992. No ano posterior, a máquina de produzir papel – a maior do Hemisfério Sul – começa a entrar em operação. Naquele período, a capacidade instalada de produção de celulose chegava a 500 mil toneladas por ano, sendo que 290 mil seriam comercializadas como celulose e 210 mil seriam transformadas em 250 mil toneladas de papel por ano e aproximadamente 80% da celulose e 40% do papel seriam voltados para a exportação.

Desde a sua criação, que o controle acionário da empresa, como visto inicialmente, esteve dividido entre a Companhia Suzano de Papel e Celulose e a Companhia Vale do Rio Doce. Todavia, em 2001, a Companhia Suzano adquiriu todo o capital da empresa, passando a ser uma das maiores produtoras de papel e celulose de eucalipto da América Latina. Em 2004, em fase de conclusão do processo de reestruturação organizacional do grupo, houve a incorporação da fábrica Suzano, localizada em São Paulo, pela Bahia Sul, resultando na mudança da razão social para Suzano Papel e Celulose. A unidade operacional no Extremo Sul da Bahia passou a ser denominada Unidade Mucuri. A Suzano obteve novos incentivos fiscais para as operações de Mucuri, decorrentes da Lei 11.195/2005, que tem por objetivo reduzir parcela da carga tributária sobre investimentos realizados nas regiões Norte e Nordeste do País.

Esta empresa tem plantações no Extremo Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo, ocupando, em 2006, uma área total de 168.794 hectares de plantio, destinados a florestas, preservação ambiental e infra-estrutura. De acordo com dados de 2006 da empresa, suas áreas de plantio e colheita abrangem sete municípios: Mucuri, Nova Viçosa, Teixeira de Freitas, Alcobaça, Caravelas, no Extremo Sul, além de Pedro Canário e São Mateus, no Espírito Santo.

A empresa produz celulose *kraft* branqueada de eucalipto e papéis para imprimir e escrever, produtos que têm expressiva participação nas exportações brasileiras deste setor. Vale destacar que a entrada da Bahia Sul Celulose acarretou efeitos significativamente relevantes para o desenvolvimento e crescimento do segmento na Bahia, haja vista que houve aumento na arrecadação de ICMS, ampliação de produtos exportados, melhorando assim a balança comercial, a interiorização de um novo segmento industrial, além das melhorias dos índices de produção no Estado.

Foi realizado um investimento de US\$1,3 bilhão em 2005, na ampliação de sua unidade em Mucuri, aplicado entre 2005 e 2008, na parte industrial e na área florestal. Foi instalada uma nova linha de produção, sendo seu objetivo inicial duplicar o volume anual de papel e celulose produzido pela fábrica, saltando de 650 mil toneladas para 1,65 milhão de toneladas. Em 2007, a segunda linha de produção da Unidade Mucuri já caminhava para a estabilização. O destino da produção é o mercado externo, especialmente, Europa, Estados Unidos e Ásia. Do total dos recursos, de acordo com Araújo (2006), 35% são da própria empresa e o restante através de financiamentos, entre os quais do BNDES.

De acordo com o Relatório de Sustentabilidade da Suzano Papel e Celulose (2007), a produção total da empresa foi da ordem de 1,98 milhão de toneladas, e as vendas atingiram 1,92 milhão de toneladas, em 2007, crescendo 15% e 14%, respectivamente, em relação a 2006, e superando as expectativas da empresa. O volume de produção de celulose foi da ordem de 799 mil toneladas e a de papel 1,13 milhão de toneladas, crescendo 30% e 5%, respectivamente.

Em 2007, a Unidade Mucuri já encontrava-se auto-suficiente em energia elétrica para a produção, a partir da queima do licor negro e da biomassa. O Grupo Suzano, além da Unidade de Mucuri, maior unidade integrada de produção de papel e celulose, possui mais quatro no interior de São Paulo: Suzano, Rio Verde, Embu e 50% do capital da RIPASA, no município de Americana.

Embora, o saldo produtivo da empresa ainda não esteja fechado para o ano de 2008, o Relatório de Sustentabilidade do Grupo estima que a Unidade Mucuri passe a ter a capacidade de produzir 2,5 milhões de toneladas por ano, após a operacionalização da segunda linha de produção.

Com a ampliação da unidade de Mucuri, a empresa entra no grupo das dez maiores produtoras mundiais de celulose de mercado e a segunda no mundo na produção de celulose de mercado de fibra curta, tornando concreto o projeto de se tornar um grande *player* global. Porém, a empresa ainda não pára nesta segunda linha, devendo em dez anos expandir para uma terceira linha de produção.

3.2.2 A Veracel Celulose

A Veracel Celulose está localizada, no município de Eunápolis, no Extremo Sul da Bahia, num território que abrange além de Eunápolis, os municípios de Belmonte, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, e os municípios de Canavieiras e Mascote fora do território do Extremo Sul, conforme demonstrado na Figura 5. Atualmente suas atividades avançaram para os municípios de Itamaraju Salto da Divisa, Santa Luzia e Santa Maria do Salto.

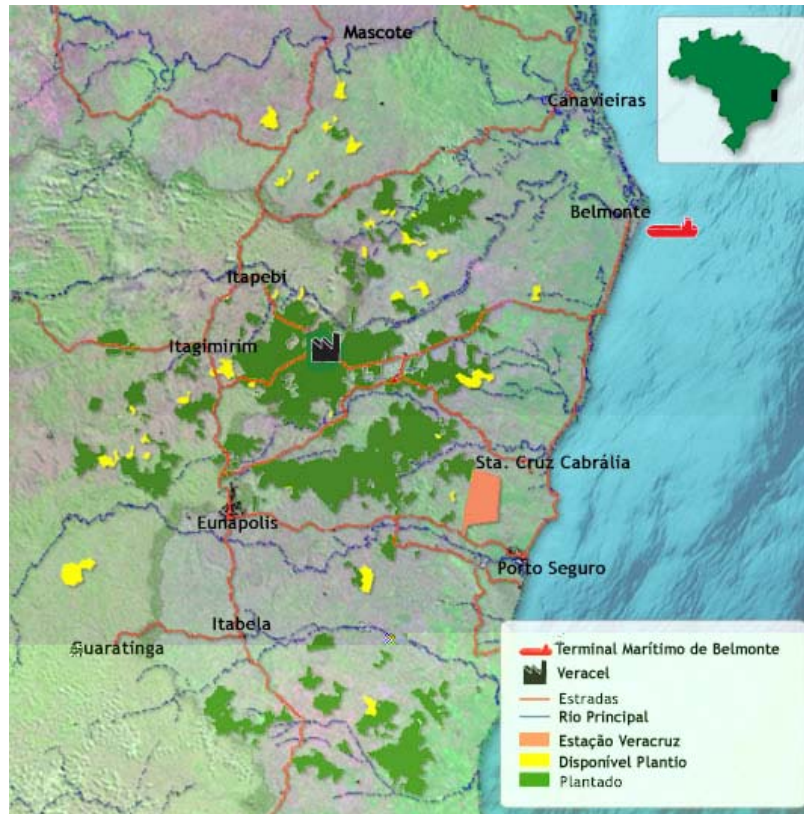


Figura 5 – Localização da Veracel Celulose
 Fonte: VERACEL CELULOSE, 2006

A empresa foi criada em 1991, quando então se chamava Veracruz Florestal, vinculada ao grupo Odebrecht, que vinha realizando o reflorestamento com o eucalipto. Em dezembro do mesmo ano, a empresa adquiriu, segundo dados da CAR (1994), 41.088 hectares da Floresta Vale do Rio Doce, ocupados com áreas de reflorestamento, infra-estrutura e preservação ambiental, tendo início, no ano seguinte, o plantio de eucalipto feito pela Veracruz. Em outubro de 1995, após várias audiências públicas, onde a polêmica em torno do projeto dividiu o movimento ambientalista da Bahia, a empresa teve seu pedido de licença de localização aprovado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEPRAM.

Em 1997, a Odebrecht se associa com a sueca Stora. Em 1998, sua razão social é mudada para Veracel Celulose S/A. Em 1999 a Stora se funde com a finlandesa Enso, tornando assim a maior fabricante de papel de celulose do mundo. Inaugurada em setembro de 2005, as ações da empresa têm participação da brasileira Aracruz Celulose, por efeito de uma *joint venture* formada com a multinacional sueco-finlandesa Stora Enso. Tal empreendimento representa o maior investimento privado, hoje, no país: uma cifra de US\$1,25 bilhão, incluindo as instalações fabris e as áreas de plantio (aquisição de terras e operações florestais). Os recursos

originam-se dos controladores, Aracruz Celulose e Stora Enso, e parte financiado pelo BNDES.

Conforme os dados divulgados em seu relatório de sustentabilidade, no ano de 2006, as terras que a empresa ocupa estavam divididas entre dez municípios baianos, onde desenvolve suas atividades em 205.364 hectares de terras da empresa. Destas, 76,6 mil hectares são destinadas ao plantio de eucalipto. Para reserva de matas nativas foram delimitados 100 mil hectares, incluindo uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), com 9,2 mil hectares. Em 2006 foram adquiridas pela Veracel mais 19 mil hectares de terras no território. A empresa conta ainda com 14,6 mil hectares que vêm da parceria com produtores particulares e tem perspectivas para que, no ano de 2009, essa parceria produza 20% da madeira de que a Veracel necessita. Esta expansão deste projeto tem o apoio financeiro do BNDES.

De acordo com dados do Relatório de Sustentabilidade da Veracel, Quadro 11, a empresa possuía em 2007, 209.297 hectares de terras, apresentando um crescimento de 1,92%, em relação a 2006. Das terras em propriedade da empresa, 41,4% é de área plantada; 4,4% de área disponível ao cultivo de eucalipto; 46,8% de área de proteção e 4,5% de área destinada à infraestrutura do empreendimento.

Quadro 11 - Área de Plantio de Eucalipto da Veracel

Área de Plantio de Eucalipto (ha)	
Própria	86.731
Área Disponível	9.116
Total	95.847
Áreas não destinadas ao Plantio de Eucalipto (ha)	
Estação Veracel	6.069
Infra-Estrutura	9.398
Áreas Protegidas	97.983
Total	209.297

Fonte: VERACEL CELULOSE, 2007

A Veracel desenvolve no Território e em alguns municípios de seu entorno, uma ação de parceria e fomento com os agricultores locais, denominada Programa Produtor Florestal (PPF). Em 2003, antes da inauguração da fábrica (2005), já se desenvolvia esta parceria, que já utilizava 5.897,49 hectares de área fomentada (VERACEL, 2008). Em agosto de 2008 esta parceria ocupava 17.846,76 hectares, apresentando assim, uma taxa de crescimento de 198,1% aproximadamente. Neste período o número de contratos cresceu de 29 para 115 propriedades rurais que fazem parte deste Programa.

A Veracel possuía em 2006 uma capacidade nominal para produzir de 900 mil toneladas de celulose branqueada de eucalipto e é considerada uma das indústrias mais avançadas do mundo. A maior parte da produção é destinada ao mercado internacional, especialmente, Europa, Ásia e Estados Unidos. A fábrica foi idealizada para operar com tecnologia de ponta para o cultivo de eucaliptos e para a fabricação de celulose com um sistema integrado de produção, unindo plantação, fábrica e logística, possuindo inclusive um porto de escoamento no município de Belmonte. Com isso, ela consegue racionalizar a produção, reduzindo custos, e funcionando junto às áreas corporativas. Parte do plantio está situada no próprio município de Eunápolis, onde se localiza a fábrica.

Em 2007, com uma única unidade de produção, a empresa foi responsável por aproximadamente 9% da produção nacional e 1% da produção mundial, com uma produtividade de 50m³ por hectare/ano, superior à média brasileira de 35 m³. Analisando o Quadro 12, verifica-se que, em 2006, a empresa respondeu por 8,8% da produção nacional e, em 2007, por 8,91%, crescendo a uma taxa de 7,6% durante este período.

Quadro 12 - Produção de celulose em toneladas: Veracel e Brasil

Ano	Veracel	Brasil
2006	976.367	11.100.000
2007	1.051.075	11.800.000

Fonte: VERACEL, 2007

Segundo o Relatório de Sustentabilidade da Empresa, em 2007, a Veracel atingiu um novo recorde operacional em tecnologia e produção. Produziu 1.051 milhões de toneladas de celulose, comercializando 1.069 milhões de toneladas, implicando que a empresa vendeu além de sua produção do último ano, o estoque do período anterior. A capacidade nominal que é de 900 mil toneladas anuais de celulose foi superada em 17,1%, contra 8,5% de 2006.

3.3 O AVANÇO DO EUCALIPTO SOBRE OS RECURSOS NATURAIS NO EXTREMO SUL DA BAHIA

A árvore, quando está sendo cortada, observa com tristeza que o cabo do machado é de madeira.
(Provérbio árabe)

Até a primeira metade do século XX, os impactos ambientais da escala da economia não pareciam constituir ameaça à humanidade em termos globais. Até então, a disponibilidade de recursos naturais não poderia afetar a expansão da economia mundial. A poluição através de emissões e despejo de resíduos e dejetos no meio ambiente eram considerados apenas transtornos isolados, que o desenvolvimento tecnológico acabaria por resolver. Portanto, não era considerada a hipótese de que o meio ambiente pudesse impactar negativamente sobre o funcionamento da economia. Pelo contrário, a natureza estaria sempre disponível para oferecer à humanidade o que fosse necessário (MUELLER, 2007). Por esta razão, até recentemente, as análises política, social e econômica ignoraram a questão do meio ambiente, sendo esta, considerada uma externalidade sem maiores efeitos.

Diversos fatores mudaram essa visão, levando ao surgimento científico da análise ambiental através, por exemplo, de um viés sócio-econômico, considerando-a como uma externalidade, capaz de gerar impactos. Isso começou a acontecer de forma sistemática a partir do final da década de 1960, quando se tornou mais perceptível que a escala da economia de alguns países ou regiões estava originando efeitos negativos preocupantes sobre o meio ambiente.

O significativo e recente crescimento da economia mundial vem sendo acompanhado por alguns impactos, que podem variar de acidentes localizados eventos mais graves. Tais fatos têm levado a uma preocupação global com a redução e até desaparecimento de alguns recursos e a inviabilidade da vida social e econômica causada pela degradação do meio ambiente.

Surgem então, neste contexto, medidas sistemáticas, no sentido de diminuir os efeitos da degradação ambiental, além de ações de recuperação e de responsabilização dos agentes que agem de forma indiscriminada sobre a natureza. Em muitos países, principalmente, os mais desenvolvidos, cada vez mais são intensas as posturas, no sentido de coibir práticas

empresarias consideradas ambientalmente incorretas. Isto inclui o embargo ao consumo de produtos, cuja fabricação provoque tais efeitos, além de pressões políticas e econômicas aos países que apresentem elevados índices de poluição e de destruição de seus recursos naturais.

De acordo com Brasil (2008a), o Brasil é um dos países com maior biodiversidade do planeta: quase um terço das florestas tropicais remanescentes do mundo, reconhecidas como um dos mais importantes repositórios da diversidade biológica global. Entretanto, por diversos fatores, essas áreas vêm sendo rapidamente convertidas para outros fins. E tal preocupação não é apenas interna, mas também existem pressões internacionais. O País se industrializou e possui padrões de consumo que suscita a necessidade deste tipo de discussão.

Pode-se afirmar que no Brasil, embora o processo de degradação ambiental, remonte ao período colonial, medidas e ações jurídicas, no sentido de reduzir os impactos e recuperar áreas desgastadas seja um processo bastante recente. Ou seja, a política ambiental brasileira, propriamente dita, se desenvolveu de forma tardia quando comparada às demais políticas setoriais brasileiras, e basicamente em resposta às exigências do movimento internacional ambientalista.

Até a década de 1970 não havia exatamente uma política ambiental, mas sim, medidas que acabaram dando origem a ela. Os temas predominantes eram o fomento à exploração dos recursos naturais, o desbravamento do território, o saneamento rural, a educação sanitária e os embates entre os interesses econômicos internos e externos. A legislação que dava base a essa política era formada pelos seguintes Códigos: de águas (1934), florestal (1965) e de caça e pesca (1967). Não havia, no entanto, uma ação coordenada de governo ou uma entidade gestora da questão.

Em 1973 foi criada no Brasil a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), órgão coordenado pelo Ministério do Interior e responsável pelos assuntos relativos ao avanço da legislação e aos que demandavam negociação em nível nacional, tais como: a produção de detergentes biodegradáveis, a poluição por veículos, a demarcação de áreas críticas de poluição e a criação das chamadas Unidades Nacionais de Conservação (UCs). De fato, as medidas governamentais se concentravam em responder às denúncias de poluição industrial e rural. O modelo da política ambiental brasileira elaborada a partir da Conferência de

Estocolmo tinha assim como pilares: o controle da poluição e a criação de unidades de conservação.

Em Agosto de 1981, a Lei federal 6.938/81 criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente, integrado por um órgão colegiado, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Essa Lei estabeleceu os objetivos, princípios, diretrizes, instrumentos, atribuições e instituições da política ambiental nacional. Segundo ela, o objetivo principal da política nacional de meio ambiente era:

... a preservação ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições para o desenvolvimento sócio-econômico, os interesses da segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana. Dentre os instrumentos por ela enumerados, encontramos: a avaliação de impactos ambientais, o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, procedimentos esses ratificados e assegurados na Constituição Federal de 1988.
(SOUZA, 2008, p. 4).

Durante o Governo José Sarney (1985-89) deu-se uma redefinição da política ambiental brasileira, através da reestruturação dos órgãos públicos encarregados desta questão. Através do programa *Nossa Natureza*, foram unificados o Sudepe (pesca), o Sudhevea (borracha), o IBDF (Desenvolvimento florestal) e a Sema (meio ambiente) em torno de um único órgão federal: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA).

O atual Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi criado em novembro de 1992, e tem como missão promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente. Objetiva também incentivar o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas. Portanto, é responsável pelas medidas adotadas no Brasil, no sentido de controlar, preservar e recuperar o meio ambiente são muito recentes.

No caso específico das atividades de reflorestamento, as principais ações foram a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e do sancionamento da Lei 4.771/65 de 1965 que instituem o Código Florestal brasileiro. Embora a esta época, as políticas de desenvolvimento econômico, através da substituição de importações, estimulassem atividades

de reflorestamento e as indústrias de papel e celulose. No Quadro 13 pode-se observar um resumo das leis ambientais.

Quadro 13 - Resumo Legislação Ambiental – Constituição Federal, Artigo 225

Leis/ Decretos/ Resoluções	Determinações
Lei 4.771/1965	Institui o Código Florestal.
Decreto 750/1993	Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências.
Medida Provisória 2.166-67/2001	Altera os arts. 1o, 4o, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, e dá outras providências.
Resolução Conama 10/1993	Estabelece os parâmetros básicos para análise dos estágios de sucessão de Mata Atlântica.
Decreto 750/1993	Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências.
Medida Provisória 2.166-67/2001	Altera os arts. 1o, 4o, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, e dá outras providências.
Resolução Conama 5/1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais na Bahia.
Resolução Conama 12/1994	Aprova o glossário de termos técnicos elaborado pela Câmara Técnica Temporária para Assuntos de Mata Atlântica.
Resolução Conama 3/1996	Esclarece que vegetação remanescente de Mata Atlântica abrange a totalidade de vegetação primária e secundária em estágio inicial, médio e avançado de regeneração, com vistas à aplicação do Decreto nº 750, de 10/2/93.
Resolução Conama 9/1996	Estabelece corredor de vegetação área de trânsito a fauna.
Resolução Conama 240/1998	Determina suspensão das atividades madeireiras na Mata Atlântica do Estado da Bahia.
Resolução Conama 248/1999	Determina o Manejo florestal sustentável, Licenciamento Ambiental e Controle e Monitoramento dos empreendimentos de base florestal, na Mata Atlântica no Sul da Bahia.
Resolução Conama 278/2001	Dispõe contra corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção da flora da Mata Atlântica.
Resolução Conama 302/2002	Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente (APPs) de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.
Resolução Conama 303/2002	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente (APPs).
Lei 6.938/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.
Lei 9.605/1998 - Lei dos Crimes Ambientais	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
Lei 10.650/2003	Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama).
Decreto 99.274/1990	Regulamenta a Lei 6.902/1981, e a Lei 6.938/1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.
Decreto 3.179/1999	Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
Resolução Conama 01/1986	Dispõe sobre critérios e diretrizes para o Relatório de Impacto Ambiental (Rima).
Resolução Conama 237/1987	Regulamenta os aspectos de licenciamento de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente.

Fonte: BRASIL, 2008a

No Extremo Sul da Bahia encontra-se um dos mais importantes mosaicos de unidades de conservação, denominado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) como Corredor Central da Mata Atlântica, compreendendo quatro parques nacionais, a saber: Parque Nacional do Descobrimento, Monte Pascoal, Pau-Brasil e Abrolhos. Juntos, esses parques mantêm cerca de 50.000 hectares de florestas e 90.000 hectares de áreas marinhas. As pequenas bacias hidrográficas que essas unidades de conservação terrestres protegem são extremamente importantes não só para a biodiversidade da Mata Atlântica, mas também para os recifes de coral e outros ecossistemas marinhos da Reserva Extrativista do Corumbau e do Parque Nacional Marinho de Abrolhos.

Essa região constitui-se o maior e mais rico conjunto de recifes de coral do Atlântico Sul, com altíssimo grau de endemismo da fauna marinha (BRASIL *apud* WERNER, 2008a). Evidencia-se desta forma a importância do debate ambiental neste território. A Mata Atlântica¹, ultimamente, tem recebido especial atenção devido à sua grande biodiversidade e ao seu avançado grau de degradação.

Desta forma, a questão do eucalipto vem suscitando fortes debates acerca dos impactos ambientais causados. Para muitos estudiosos, das mais variadas áreas do conhecimento, leigos, representantes políticos e de outras instituições da sociedade, o avanço do eucalipto tem causado ao Território, impactos negativos ao meio ambiente, como o avanço das plantações sobre áreas de proteção e diminuição de recursos como água e empobrecimento do solo. Para outros estudiosos e pesquisadores, pelo contrário, o eucalipto não foi ou é responsável pela devastação da Mata Atlântica, sendo este processo mais antigo, e que outras perdas ambientais podem ser minimizadas através de práticas modernas de cultivo. Esta segunda corrente aponta ainda para uma injusta classificação do reflorestamento de eucalipto e das indústrias de papel e celulose, pois estes teriam grande importância sócio-econômica, ao gerar emprego e renda, e podendo inclusive contribuir com a preservação de áreas de conservação.

¹ De acordo com o Decreto Federal 750/93, que rege a utilização dos recursos naturais e o desmatamento no Brasil, considera-se Mata Atlântica as formações florestais e ecossistemas associados, inseridos no domínio Mata Atlântica, com as respectivas delimitações estabelecidas pelo Mapa de Vegetação do Brasil, IBGE 1988: Floresta Ombrófila Densa Atlântica, Floresta Ombrófila Mista, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Decidual, manguezais, restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste. O tipo vegetacional dominante no Extremo Sul baiano é a Floresta Ombrófila Densa, ocorrendo também vegetação litorânea, como restinga e mangue.

De acordo com estudiosos contrários ao avanço do eucalipto, a sua introdução no território do Extremo Sul da Bahia causou um grande impacto independentemente, da óptica analisada, daí a importância de verificar as particularidades do setor floresta-indústria de papel e celulose.

No Extremo Sul da Bahia a introdução da cultura do eucalipto vem trazendo sérios riscos para os recursos hídricos, o solo, a fauna e a flora locais, contribuindo também para a inviabilidade da agricultura familiar na região, ocupando todas as terras agricultáveis, inclusive em áreas que seriam destinadas a reforma agrária, terras indígenas e no entorno de Unidades de Conservação com importantes reservas de Mata Atlântica. Concomitantemente as fábricas de celulose promovem um uso abusivo de água potável, além de lançar resíduos nos rios da região. (SILVA; SANTOS, 2004, p. 1).

Dentre os inúmeros impactos negativos atribuídos ao eucalipto, um dos mais significativos é o empobrecimento do solo, apontado por alguns como passível de desertificação. De acordo com Silva e Santos (2004), algumas regiões do País são suscetíveis a esse processo. Tais áreas estão localizadas na região Nordeste do Brasil e no Norte de Minas Gerais que, pelas próprias características geográficas do território, tal susceptibilidade pode recrudescer, e mesmo ampliar seu nível de degradação por inadequação dos sistemas produtivos e de manejo do solo.

O Extremo Sul baiano possui relevo plano e ondulado, clima quente e úmido, com 1 a 2 meses secos. A temperatura média anual situa-se entre 22 a 24°C, e as temperaturas absolutas, máxima e mínima, chegam a 38 e 8°C, respectivamente. O solo varia entre latossolo amarelo distrófico e vermelho-amarelo distrófico e a pluviosidade anual, entre 1.500 e 1.750mm. Por estar entre as áreas úmidas costeiras tal território seria pouco suscetível à desertificação.

No entanto, tal susceptibilidade vem sendo modificada pelo antropismo nas ações de madeireiros e carvoeiros sobre a cobertura vegetal seguidas pela criação extensiva de gado (SILVA; SANTOS, 2004). Deve-se ressaltar que embora estes autores defendam que o cultivo do eucalipto em larga escala cause impactos ambientais negativos, não desconsideram a ação de outras atividades econômicas neste processo.

No Extremo Sul, como nas demais áreas úmidas costeiras do Nordeste, são encontrados solos pouco profundos e de baixa fertilidade. Percebe-se assim, que o esgotamento do húmus e a desertificação são possibilidades bastante plausíveis e que já se verificam em áreas do Espírito Santo onde a monocultura do eucalipto já é desenvolvida há mais tempo.

Outro impacto direto sobre o solo se dá pelo uso intensivo de agrotóxicos, fato preocupante no entorno de Unidades de Conservação ou próximas a unidades de pequenos produtores familiares, pois, com as chuvas, tais produtos podem contaminar o solo e as águas; inviabilizando, por exemplo, experiências em agricultura familiar orgânica (SILVA; SANTOS, 2004).

Outra característica do Nordeste, além da susceptibilidade à desertificação, é a insuficiência dos recursos hídricos em grande parte da sua área. A bacia hidrográfica do Extremo Sul da Bahia novamente representa uma exceção à regra por sediar partes de rios perenes que representam recursos hídricos importantes. Estes dependem da contribuição de inúmeros córregos e riachos e das águas das chuvas que se infiltram pelo solo.

Porém, o plantio do eucalipto ocorre com o uso dos recursos hídricos para a irrigação e lavagem do maquinário de plantio e colheita que se aproxima da mecanização plena. A contaminação do solo pelo uso intensivo de agrotóxicos se transfere para córregos, riachos e rios, passando pelos mangues costeiros e desaguando em bocas e barras da costa do Extremo Sul. Todas estas áreas, incluindo os arrecifes costeiros são consideradas áreas essenciais para a preservação da sustentabilidade ecológica local.

A fabricação de celulose produz resíduos que lançados nos rios contribuem para a contaminação do lençol freático. O processo produtivo do papel e celulose consome grandes quantidades de água e também despeja nos rios e afluentes dejetos químicos da fabricação. A mais recente fábrica inaugurada no Nordeste, localizada no município de Eunápolis, a Veracel Celulose S/A, utiliza a água do rio Jequitinhonha. Os efluentes do processamento da celulose são despejados neste rio.

A substituição de fragmentos de Mata Atlântica por monocultivo tem sido outro fator relevante do avanço do cultivo do eucalipto. Na década de setenta havia uma série de fragmentos florestais que foram sendo paulatinamente substituídos pela pecuária, implantação de cultivos agrícolas e posteriormente pela silvicultura. Evidenciando, que o uso da terra neste trecho do Extremo Sul se deu pela retirada da vegetação original.

A matriz na paisagem desde o início da década de 1980 são as áreas de pastagens, agrupadas com as áreas de cultivo agrícola e solo exposto. Comparando-se os mapas do Extremo Sul na

Figura 6, observa-se uma significativa redução das áreas de Mata Atlântica. De acordo com Almeida (1998), este processo se deu principalmente pela expansão das áreas de pastagens e pela ação das atividades madeireiras, com destaque para as décadas de 1960 e 1970.

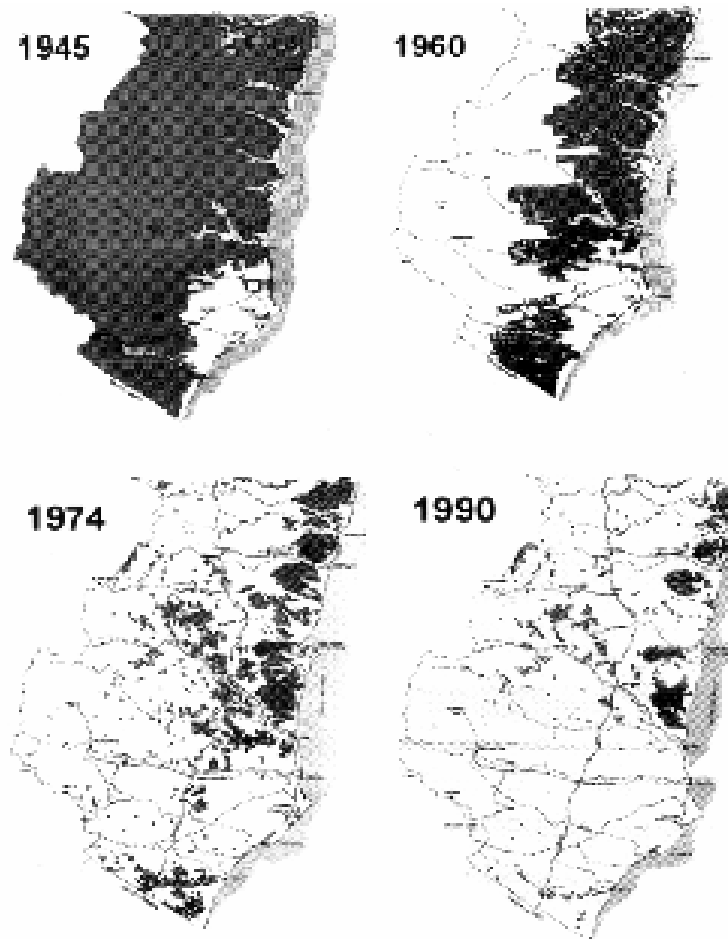


Figura 6 - Processo de fragmentação da Mata Atlântica do Extremo Sul da Bahia
Fonte: ALMEIDA, 1998

No início da década de 1990 a atividade pecuária torna se pouco atrativa como empreendimento econômico, situação em grande parte gerada pela exaustão do solo que só conseguia manter pastagens do tipo mal manejadas (Figura 7). Ressalta-se, contudo, que as pastagens ainda hoje mantêm a sua predominância na estrutura de uso da terra. A partir de então, intensifica-se o cultivo de grandes áreas de eucalipto.



Figura 7 - Paisagem degradada por pasto – Guaratinga-Ba
Fonte: Pesquisa de campo, Guaratinga, 2008

Com relação a silvicultura, a ocupação maior das áreas de eucalipto se deu sobre as áreas anteriormente ocupadas por pastagens e formações florestais. Os municípios litorâneos de Mucuri, Nova Viçosa, Caravelas e Alcobaça, juntamente com Ibirapôa detêm as maiores áreas destinadas a silvicultura, quando considerada toda a extensão territorial do município. No ano de 1973, as áreas de formações florestais representavam cerca de 32,34 % do território total mapeado, onze anos depois as áreas de formações florestais representavam 17,11 % da área mapeada e finalmente, no ano de 2004, este tipo vegetacional estava confinado a 10,26 % do espaço territorial. Por outro lado, foi observada a escalada das áreas destinadas ao plantio de eucalipto, enquanto em 1973 não foi registrado nenhum foco desta cultura, no ano de 1984, a área destinada ao plantio de eucalipto, representava 1,09 % do território, porém 20 anos depois a área destinada a silvicultura já ocupava cerca de 10,42 % da área (LIMA; MINERVINO NETTO, 2006).

Alguns autores como Silva e Santos (2004) afirmam que a ampliação da área plantada com eucalipto modificaria as condições para todas as formas de vida do território. O impacto se inicia pela mirmecofauna com a proliferação das pragas típicas do eucalipto, especialmente saúvas cortadeiras e desfolhadeiras do eucalipto. Apesar do eufemismo da noção de “fomento florestal”, para estes estudiosos, o plantio do eucalipto destina-se ao corte, e após a realização deste, as pragas deverão se espalhar para outros cultivos e para as florestas naturais. A degradação no solo, nos recursos hídricos e na flora deverão inviabilizar a vida de vertebrados e invertebrados nos rios e mangues, como das comunidades pesqueiras e de marisqueiros, abundantes neste território.

E por fim, são apontados outros tipos de impactos negativos, como o corte mecanizado do eucalipto, que coloca em risco a vida de pássaros que fazem seus ninhos nos galhos das árvores, assim como pequenos animais que possam estar entre os seus troncos. Deve-se enfatizar que todas as plantações de eucalipto só são autorizadas após verificação de atendimento às normas ambientais, pelos órgãos competentes. Porém, de acordo com o Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (CEPEDES), a fiscalização das áreas que produzem eucalipto no Extremo Sul é difícil, tanto para o IBAMA, quanto para as secretarias de meio ambiente dos municípios do Território. Assim se coloca em risco uma rica fauna local, onde pode-se encontrar muitas espécies de aves como o papagaio chauã, jandaias e pica-paus vermelhos e mamíferos como a onça pintada, antas, pacas, macaco-prego, raposas e veados.

Para o CEPEDES (2007), a introdução do eucalipto e da indústria de papel e celulose no território encontraram todas as condições necessárias ao seu desenvolvimento. E embora devessem contribuir para o crescimento sócio-econômico regional, têm contrariamente gerado impactos negativos para a sociedade e para os recursos naturais locais. Esta entidade vem denunciando o plantio de eucalipto em diversas propriedades que não possuem reserva legal averbada como exige a legislação - a reserva faz parte das condicionantes no licenciamento de implantação do projeto.

Ainda segundo o CEPEDES:

Terras agricultáveis e de boa qualidade, mão-de-obra barata, apoio e financiamento do governo. Este foi o cenário que atraiu empresas de papel e celulose para o extremo sul da Bahia e dar início ao plantio de eucalipto na região durante os anos 90. Segundo dados do Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (Cepedes), hoje a região possui cerca de 600 mil hectares de eucalipto plantado, num modelo de exploração que traz sérios problemas ambientais e sociais. "Todas as empresas de celulose receberam financiamento do governo através do BNDES. Mais precisamente dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que deveria ser usado para gerar emprego e renda para o povo brasileiro", explica Ivonete Gonçalves, da equipe executiva do Cepedes. (CEPEDES, 2007)

Analisando a questão do eucalipto e das fábricas de papel e celulose, sob uma ótica mais otimista, alguns autores como Valverde (2007), afirmam que ainda não é possível uma clara mensuração dos possíveis desequilíbrios causados pela atividade do eucalipto. Embora, visualmente, sejam inegáveis os impactos causados, devido às significativas mudanças na paisagem, não se podem levar em consideração os reais efeitos apontados, por exemplo, por

geógrafos, cuja análise é muito simples (Figura 8). Portanto, um estudo embasado numa analogia simplória entre ambientes de florestas nativas e plantadas, não trará muita contribuição para uma compreensão mais ampla, biológica, por exemplo, dos seus efeitos sobre um determinado espaço. Por outro lado, tem-se uma contribuição mais efetiva quando elabora uma análise dialética sobre os impactos desta atividade no espaço e no tempo em que ela acontece.



Figura 8 - Plantação de Eucalipto – Veracel Celulose, Eunápolis – Ba
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008

Questiona-se bastante o fato de ser o eucalipto, uma espécie exógena à flora do País. Valverde (2006) lembra, no entanto, que tal como o eucalipto, praticamente, toda a base alimentar brasileira é constituída de espécies exóticas, não fazendo sentido, portanto sustentar esta crítica. No tocante a parte hídrica, este autor defende que embora o eucalipto seja apontado como uma espécie consumidora de grandes quantidades de água, tal consumo é compatível com o de outras espécies. Neste caso, o problema se dá quando o manejo das plantações é feito de forma imprópria, plantando-se onde a lei proíbe, expondo-se o solo indevidamente e empregando-se técnicas rudimentares como as queimadas, que já foram abolidas das práticas florestais há mais de duas décadas.

No tocante à redução da fertilidade e acidez do solo, Valverde (2006), esclarece que das plantações apenas se explora a madeira, composto orgânico formado por moléculas de carbono, oxigênio e hidrogênio, retiradas do ar pelo processo da fotossíntese. Se a exploração ocorrer após a rotação ecológica, que consiste em realizar o corte somente após o retorno das condições originais da floresta e se as cascas do tronco e serapilheira forem deixadas no campo, dificilmente ocorrerá um empobrecimento do solo. Ao contrário, melhoram-se as condições de fertilidade devido à reciclagem dos nutrientes absorvidos pelas raízes e liberados

pela exsudação e decomposição da matéria orgânica que cai sobre a terra (VALVERDE, 2006).

As empresas (Veracel Celulose e Suzano Papel e Celulose) apontam que, com o reflorestamento, a fauna tem retornado às propriedades rurais. Uma das razões é que as empresas possuem grandes extensões de florestas nativas e plantadas, programas de educação ambiental visando, entre outras coisas, a proteção dos animais, e à medida que os reflorestamentos vão se deslocando para as áreas dos produtores rurais independentes, e estes vão se conscientizando, o resultado não será diferente, ou seja, o reaparecimento e aumento da fauna. Valverde (2006) confirma estas alegações das empresas e afirma que certamente isto não ocorreria em áreas agrícolas, em razão do intenso movimento anual de pessoas e máquinas, uso não controlado de defensivos químicos e, em alguns casos, queimadas.

Outra contribuição importante do eucalipto, apontada por Valverde (2006) é a proteção das Unidades de Conservação – UCs, instrumentos a partir do qual o Governo e demais agentes da sociedade, apoiado em uma legislação específica, investe na preservação de ecossistemas ou de parte deles, no sentido de resguardar a biodiversidade e de proteger elementos da fauna e da flora à elas associadas. Não restam dúvidas sobre a importância e a necessidade em se criar e manter as UCs no Brasil. Têm-se intensificado paralelamente as ações de preservação e recuperação das áreas de Reserva Legal (RL) e de Preservação Permanente (PP), regidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), no sentido de resguardar os seus remanescentes.

A legislação do SNUC em vigor faz referência em seu artigo 2º, item XVIII, às áreas de amortecimento ou zona tampão, que representam o entorno de uma UC. A zona de amortecimento foi criada com o objetivo principal de minimizar os impactos de fora para dentro da UC. Com isso, algumas atividades tornam-se completamente incompatíveis com os seus objetivos e devem ser evitadas ou pelo menos alguns procedimentos devem ser adotados visando à redução dos possíveis impactos. Entretanto, algumas premissas não podem ser desconsideradas como o direito à propriedade, as questões sócio-culturais, a geração de emprego e renda, a manutenção do homem no campo, o conhecimento científico acerca dos impactos, bem como dos métodos de avaliação destes, dentre várias outras.

Nenhum País, na história da humanidade, conseguiu prosperar sem a utilização dos seus recursos naturais. Isso não significa que é preciso destruí-los para alcançar esta prosperidade, partindo do princípio que a exploração racional é possível e sustentável. De acordo com a legislação vigente, nenhuma atividade agrícola é proibida na região de entorno de uma UC. Isto não significa que não deva existir nenhum controle das técnicas de preparo de solo, das técnicas de plantio, da aplicação de produtos químicos e demais insumos, do descarte de embalagens de agrotóxicos, de ações para produção e conservação de água e do uso de técnicas de manejo do solo como o emprego do fogo (VALVERDE, 2006, p. 6).

As Zonas de Amortecimento das UCs são, quase sempre, áreas particulares, cujos ocupantes desenvolvem atividades econômicas. O que se pode destacar nestas zonas é que o requisito fundamental, tanto da sua delimitação como da sua gestão, diz respeito à participação comunitária, notadamente quanto às atividades não impactantes e desejáveis que devem ser desenvolvidas. Dentre estas atividades estão as florestas plantadas, que são consideradas atividades ambientalmente adequadas por várias instituições internacionais, fato que ensejou inclusive um capítulo próprio na Agenda 21 (VALVERDE *apud* CASTANHO; SCHWENCK, 2006).

O plantio comercial de espécies arbóreas, seja exótica ou não, para fins industriais ou simplesmente para recomposição da paisagem, tem uma importante função na proteção do meio ambiente, permitindo seu restabelecimento e recuperação. O plantio florestal, comparativamente à grande parte de outras culturas agrícolas, é de ciclo longo, o que permite que o ambiente fique certo período de tempo sem interferência, como em estado de pousio nas culturas agrícolas (VALVERDE *apud* ALMEIDA, 2006).

Os plantios florestais, que normalmente substituem áreas antropizadas e pastagens degradadas, têm uma importante função na proteção de áreas circunvizinhas, principalmente as relacionadas com as correntes de vento, atuando como quebra-vento e favorecendo diversos processos ecológicos como a dispersão de sementes e de propágulos para a regeneração de áreas naturais. Outra função de importância relevante é a redução das correntes de vento para dentro da UC no caso da ocorrência de incêndios florestais.



Figura 9 - Plantação de eucalipto próxima à área de Mata Atlântica – Eunápolis
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008

As florestas plantadas, principalmente as de rápido crescimento, atuam como amortecimento das chamas em caso de incêndios florestais. Essa afirmação é facilmente constatada quando se compara um plantio florestal com uma área de pastagem. Mantendo-se todas as outras características da área constantes, a dispersão do fogo será muito mais rápida em uma área de pastagem do que em um plantio florestal (VALVERDE, 2006).

Portanto, a questão do avanço da monocultura do eucalipto sobre o meio ambiente no Brasil, e especificamente no território do Extremo Sul da Bahia apresenta discursos antagônicos quanto aos seus impactos. Tais visões não podem ser desconsideradas. O que se deve buscar é um entendimento imparcial deste processo, não apenas com embasamento científico, mas também observando de perto o sentimento da sociedade que vivencia todo este processo.

Num mundo capitalista as relações de negócios se realizam através dos interesses das partes envolvidas, levando a criação de novos arranjos espaciais. Valverde apud Singer (2006) explica que “o desenvolvimento é crescimento mais mudança, e esta, inevitavelmente, tem uma dimensão geográfica”, e isto é que transforma mundialmente as regiões, principalmente, no que se refere a economia, pois, um território que no passado produzia gado, hoje pode estar produzindo eucalipto. Um pensamento corroborado pela análise de Valverde apud Santos (2006), de que “A paisagem não é dada para todo o sempre, é objeto de mudança. É um resultado de adições e subtrações sucessivas. É uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas”.

Por isso, deve-se ter cuidado com posturas ecológicas fundamentalistas que pregam um comportamento ortodoxo do uso do meio ambiente. Não é encerrando as pesquisas sobre a atividade do eucalipto sob uma ideologia impregnada de ecologismo radical que irá garantir o

desenvolvimento do Extremo Sul tampouco, afirmar que o aumento dos impostos arrecadados provenientes do eucalipto se traduz em desenvolvimento, não ajuda a compreender o significado de sua amplitude geográfica. Qualquer uma das propostas tratadas isoladamente será contraproducente para se entender a dinâmica do território.

De certo que as empresas do eucalipto não conseguiram preencher as necessidades na área da empregabilidade dos municípios que estão ao seu redor. Por outro lado, não significa que os efeitos dos empreendimentos sejam nulos em todos os níveis. A instalação de tais empreendimentos em regiões pobres acaba por representar uma elevação do nível médio de renda da população local, já que surge um volume razoável de empregos formais modificando as relações vigentes (PEDREIRA, 2004, p.1017).

É incontestável a afirmação de que a monocultura do eucalipto transforma a paisagem. No entanto, isto é inerente a qualquer outro tipo de monocultura ou grandes projetos, fazendo com que a celeuma criada em torno do eucalipto ainda carece de muitas pesquisas por parte das suas correntes antagônicas.

Segundo Valverde *apud* Monteiro (2006), “todos os nossos atrasos nas questões sociais, políticas e ambientais devem ser fundidos em uma só perspectivas, pois que cada uma delas, isoladamente, é uma dimensão das outras”. Isto significa pensar que a construção de uma sociedade ecologicamente correta não está desconectada da educação, da economia, da cultura, da história, dos avanços tecnológicos e da evolução da capacidade de pensar do ser humano. Acomodar ou apenas apontar críticas o que está feito de maneira equivocada ou que aconteceu num dado momento da história na construção de um espaço corre-se o risco de estagnação científica e pouca contribuição para um planejamento espacial futuro.

Em resumo, pode-se entender a dialética desta atividade econômica da seguinte forma: para acabar ou reduzir as florestas homogêneas, que tornam paisagens monótonas e afeta a produção de alimentos, será, então, preciso fornecer uma outra via para a produção dos derivados da celulose em larga escala e sem o risco da monocultura. Isto é, se a monocultura for a principal questão. Na outra extremidade da questão entende-se que ao optar pela continuidade dessas florestas será fundamental rever alguns pontos que estabelecem a dicotomia entre desenvolvimento econômico e a degradação ambiental.

Não se pode negar a importância econômica das atividades florestais e da indústria de papel e celulose. E apesar de muitas das falácias em torno da ação degradante do eucalipto, e da superação de algumas delas, a sociedade ainda aponta muitos problemas. Durante a pesquisa de campo realizada para a elaboração deste estudo, no município de Eunápolis, informantes qualificados locais, como representantes de sindicatos de trabalhadores e de produtores rurais denunciam que a Veracel Celulose tem ampliado suas áreas de plantação de eucalipto, avançando sobre áreas de preservação.

De acordo com a CEPEDDES, estas denúncias estão sendo levadas à justiça pelo Ministério Público local, em que esta empresa inclusive, já perdeu algumas causas. Por outro lado, a empresa e alguns produtores rurais entrevistados, integrantes do Programa de Fomento ao cultivo do eucalipto, se defendem, afirmando que só podem desenvolver suas atividades se estas estiverem necessariamente cumprindo às determinações das leis ambientais.

Desta forma, esta questão ainda não se encerra e muitos debates ainda serão necessários para um devido ajuste deste setor com as demais esferas da sociedade. Mas deve-se buscar uma forma de produção que possa alcançar o mais elevado grau de sustentabilidade ambiental e sócio-econômica.

4 MONOCULTURA DO EUCALIPTO: UMA ANÁLISE DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DO CRÉDITO RURAL

Latifúndios gigantescos que se espalham por esses campos vazios. A fome, a dor, o desemprego, a morte se agigantam nesse gigante Brasil. Pontes, viadutos, pontos de ônibus viram lares tão sombrios. Uma chama proletária sonha com a reforma agrária.
(Autor desconhecido)

Neste capítulo busca-se compreender as recentes modificações na estrutura fundiária do Extremo Sul da Bahia, especificamente, durante o período de intensificação da monocultura do eucalipto para fins industriais. Com este intuito são utilizados de forma comparativa, dados dos censos agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e alguns resultados preliminares do censo de 2006/07. Este estudo enfoca a ocupação do espaço rural através das formas de acesso à terra. Objetiva-se também caracterizar o crédito rural, a partir das principais fontes de recursos, metodologias e abrangência, destacando sua importância para o contexto deste Território, historicamente caracterizado pela relevância da agricultura familiar, destacando-se assim, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e o Programa Produtor Florestal (PPF), desenvolvido pela empresa Veracel Celulose S/A.

Deve-se enfatizar que embora a agricultura e a pecuária utilizem muitas técnicas, assim como muitos instrumentos e máquinas, o principal meio de produção é a terra. Sendo assim, não é possível realizar um estudo adequado da economia agrária local, sem discutir a estrutura fundiária, isto é, a propriedade privada sobre a terra.

Muitas discussões vêm sendo realizadas acerca do impacto do eucalipto sobre a configuração fundiária no Extremo Sul baiano, espaço apontado como palco de conflitos sociais rurais, pelo crescimento do êxodo rural e pela concentração de terras. O fato é que o fornecimento de matéria-prima às indústrias de papel e celulose demanda grandes áreas, e esta atividade pode estar competindo com a agricultura tradicional.

4.1 A QUESTÃO AGRÁRIA

*O meio rural brasileiro precisa se tornar,
definitivamente, um espaço de paz, produção e justiça
social.
(II Plano Nacional de Reforma Agrária, INCRA, 2003)*

A estrutura fundiária do Brasil é fruto da organização territorial empreendida a partir da colonização. Durante este período, a coroa portuguesa concedeu extensas doações de terra chamadas sesmarias, sendo este o único meio de obtenção, e título de propriedade, no qual o beneficiário poderia usufruir a terra, de forma produtiva, mas sem possuí-la efetivamente. Na história das instituições territoriais portuguesas, as sesmarias constituíram a base da estrutura das propriedades de terras, sendo estas ramificadas para o recém descoberto Brasil (LIMA, 2002).

Muitos estudiosos, como Guimarães (1981) atribuem a origem do regime jurídico das sesmarias com o das terras comunais da idade média, desfrutada pelos seus cidadãos. A lei das Sesmarias foi promulgada em 28 de maio de 1375, inserida em um contexto de crise econômica que se manifestava há já algumas décadas por toda a Europa e agravada pela peste negra.

O marco das sesmarias no Brasil é a carta –patente concedida a Martim Afonso de Souza em 1530, formada por três cartas régias que o autorizavam: a tomar posse das terras que descobrisse; a organizar a administração civil e militar; lhe dava direitos de Capitão-Mor; e lhe dava permissão de concessão de sesmarias. A partir de 1532, o Rei D. João III comunica a Martim Afonso de Souza que o litoral do Brasil seria dividido em capitânicas com cinquenta léguas de costa, de Pernambuco ao Rio da Prata. Nas doações de capitânicas, as sesmarias aparecem como cláusulas das respectivas cartas de doação, permitindo a concessão de terras pelos donatários.

Inicialmente as terras do Brasil pertenciam à Ordem de Cristo, sendo que os ocupantes (de terras tributáveis) deveriam pagar dízimos à Ordem. A apropriação de terras no Brasil pela Ordem de Cristo e pelos Donatários impossibilitava sua distribuição aos demais povoadores, tornando assim, inevitável a adoção das sesmarias, que se supunha ser a única forma de

povoamento de tão vasta terra. Os donatários não podiam conceder terras aos moradores, apenas conceder-lhes sesmarias.

A partir de 1548, a ordem era que não fossem concedidas terras maiores do que o beneficiado pudesse trabalhar. Difunde-se o espírito dos latifúndios (sesmarias brasileiras), tendo como propósito a instalação de engenhos de açúcar e estabelecimentos semelhantes. E o pretendente deveria ser detentor de muitas posses para adquirir vastas extensões de terras e investir na produção e na defesa contra os primitivos habitantes locais. Estes seriam os futuros senhores de engenho e fazendeiros, formadores da aristocracia colonial. Desta forma, fidalgos e homens de posses recebiam grandes lotes de terra em sesmaria e as distribuíam aos povoadores sob o mesmo regime. O restante da população da colônia se estabelece no território segundo as conveniências individuais dos possuidores de terra e do Reino. A partir de 1695 inicia-se a determinação de “foros de sesmeiros” segundo a “grandeza e bondade da terra” (LIMA, 2002). Isto implicaria em uma radical transformação da situação jurídica de terras do Brasil colonial.

Em 1795, a concessão de sesmarias pertencia aos governadores e capitães-gerais, mas em algumas regiões esta concessão era feita pela câmara, através das confirmações régias. Somente em 1753, a confirmação das concessões dependia de medição e demarcação judicial das terras. Não poderiam obter concessões: os que já obtiveram concessões e estrangeiros antes do decreto de 1809. A dimensão das sesmarias a partir de então, não poderia ser superior a três léguas, podendo ser menores em algumas capitâneas, embora existam registros de sesmarias maiores.

Os trabalhadores rurais e colonos excluídos economicamente desse regime recorriam às extensões de terra entre os limites das grandes propriedades, ação conhecida como posse. E observa-se a migração para terras mais interiores onde os fazendeiros não achavam viáveis exigir-lhes sesmarias. O fracasso das capitâneas levou o Governo português a cogitar a hipótese de substituição do sistema, sendo que, a Resolução de 1822 vem por termo ao regime das sesmarias no Brasil, que não mais se adequava à realidade da evolução social do país. (LIMA, 2002).

Portanto, durante todo o período colonial, o regime adotado objetivava o uso agrário das terras para produzir produtos tropicais apreciados na Europa, sendo introduzidas as

plantations que eram grandes propriedades rurais que utilizavam mão-de-obra escrava na qual cultivava uma única cultura com destino à exportação. A distribuição de terras no período colonial produziu terras devolutas, que corresponde às terras que a coroa cedeu às pessoas, no entanto, não foram cultivadas e dessa forma foram devolvidas.

A apropriação de terras devolutas para o cultivo tornou-se prática comum entre os colonizadores, atingindo maiores proporções no decorrer dos anos, sendo considerada então legítima aquisição do domínio de terras. Se deu primeiramente de forma paralela, passando a substituir o regime de sesmarias. Com a abolição das sesmarias, a posse expande-se pelo território brasileiro à proporção em que se dilata a expansão geográfica. É a ocupação substituindo as concessões de poder público. Constitui-se então, no triunfo dos colonos pobres sobre os Senhores de Engenho, e o triunfo dos latifundiários sobre o Reino. A sesmaria era o latifúndio inacessível ao lavrador humilde. A posse, pelo menos na fase mais rudimentar é a possibilidade de criação de pequenas propriedades para a saciedade das necessidades não realizadas pela administração pública, e confirmada pela ocupação;

De 1822 a 1850, ocorreu no Brasil a posse livre das terras devolutas, uma vez que não havia leis que regulamentasse o direito do uso da terra. Nesse momento não existia valor de troca, ou seja, compra e venda, somente era utilizada para o cultivo. A liberdade para obter as terras devolutas não favoreceu o surgimento de pequenas e médias propriedades rurais, pois os escravos recém libertados não tinham acesso ao uso da terra e nem mesmo os imigrantes. Com a expansão da produção cafeeira, no ano de 1850, e também com a lei de Eusébio de Queiroz, a prática de tráfico negreiro, o governo brasileiro incentivou a entrada de imigrantes europeus para substituir a mão-de-obra escrava.

O governo criou, em 1850, a lei de terras, com intuito de oferecer mão-de-obra aos fazendeiros produtores de café, a lei eliminou as possibilidades de aquisição de terras por parte dos imigrantes estrangeiros, isso os levava a trabalhar com baixos salários. Com a Lei de 1850 e a Resolução de 1854, embasadas no Código Romano, sobre ocupação, termo que implica o apossamento da terra pelo ocupante, justifica-se a ocupação do domínio, mas somente se acompanhada da cultura ou lavra do terreno. Apesar deste aparente avanço social que beneficiava os lavradores sem recursos, o grande latifúndio já favorecido pelas sesmarias, consolida sua posição através do apossamento ou apoderamento de terras.

De acordo com Lima (2002), a Lei de 1850 não surtiu o efeito desejado, e nesse aspecto, o Império mostrou-se ineficiente frente às necessidades do país. Baseada no sistema territorial norte-americano, a Lei de Terras de 1850 incorporou algumas sugestões, sendo três as principais providências que poderiam resultar: a importação de trabalhadores, fixando o respectivo tempo de serviço; a alienação das terras devolutas vendidas a preços elevados que impedissem a compra de terras por imigrantes; e a aplicação do total das alienações de terras a um fundo de imigração, destinado ao custeio da importação do maior número de trabalhadores. Ou seja, foram criadas medidas que regulamentassem a entrada de trabalhadores imigrantes no país, em substituição ao trabalho escravo, e tentando impedir estes colonos de serem proprietários. Isso implica em medidas de manutenção dos grandes latifúndios, como o café. Por esta Lei também ficou determinada a incorporação do domínio público em um terreno particular, mas sem causar a privação da propriedade privada.

A lei de terras garantiu que as terras devolutas se tornassem propriedade do Estado, podendo ser negociadas apenas através de leilões, mas somente os grandes latifundiários tinham condições de adquirir tais terras, além daqueles que tinham dinheiro para investir. Todo recurso derivado desses leilões serviria para custear a vinda de novos imigrantes europeus e asiáticos para trabalhar no Brasil. Muitos imigrantes vinham para o Brasil com promessas de adquirir terras, mas isso não acontecia, ao chegar ao país eram levados às fazendas para trabalhar, essas eram os únicos lugares que ofereciam emprego. Deve-se ressaltar que a partir do fortalecimento do café, enfraquece-se o latifúndio do Nordeste e é fortalecida a estrutura fundiária baseada na grande propriedade no Sudeste.

Nem a metrópole portuguesa, nem o império jamais poderiam partilhar e distribuir as nossas terras devolutas, em caráter de pessoas privadas. Terra devoluta, nos primeiros tempos, era todo o nosso território, e ainda as alienações realizadas, durante séculos a fio, não lograram senão desfalcá-lo de parcelas relativamente pequenas, sem diminuir-lhe, aliás, as proporções colossais para a sua gestão – poderes especialíssimos, desde que, tal como sobre as bases da soberania territorial se elevaria o edifício do governo e administração, sobre a base das propriedades particulares deveria erguer a estrutura econômica e social de uma população nova. Era um país a ser construído, e não uma propriedade a ser cultivada ou edificada. (LIMA, 2002, p. 109).

A partir desse momento a terra deixou de ser utilizada somente para o cultivo e passou a ser moeda de troca (compra e venda) podendo ser um patrimônio particular, em suma, transformou-se em símbolo de poder e acentuou as desigualdades fundiárias no Brasil. Inicia-

se então, a prática de escravidão por dívida que naquela época atingia os imigrantes estrangeiros, e atualmente as pessoas de baixa renda.

Sobre o atual estado da legislação de terras devolutas no Brasil, têm-se o Decreto 19.924 de 27 de abril de 1931, que foi criado a partir da Constituição de 1891, atribuindo ao Estado terras devolutas originadas do fracionamento territorial causado pela nova divisão política-administrativa, sendo que esta fortaleceu o poder privado, cabendo ao Governo a mera função de fiscalização.

A partir dos anos de 1970, inicia-se no País uma expansão das "fronteiras agrícolas", como no caso da Amazônia, com a ocupação de terras devolutas, a derrubada de florestas naturais e o estabelecimento da lavoura e da pecuária. Em boa parte, essa ocupação da terra é apenas formal, com a empresa conseguindo o título de propriedade da área e deixando-a ociosa a espera de valorização. Mas essa expansão das áreas ocupadas pela agropecuária acabou contribuindo para agravar ainda mais o problema da estrutura fundiária do Brasil, já que o tamanho médio das propriedades que ocupam a maior parte das novas terras é enorme, constituindo, de fato, autênticos latifúndios.

Esse agravamento na concentração da propriedade fundiária no Brasil prejudica a produção de alimentos. Isso porque as grandes propriedades em geral, voltam-se mais para os gêneros agrícolas de exportação. De acordo com Secretaria da Agricultura familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2005, cerca de 70% dos gêneros alimentícios destinados ao abastecimento do País procedem da produção de pequenos lavradores, que trabalham em base familiar. Portanto, a concentração ainda maior da estrutura fundiária explica a queda da produção de alguns gêneros alimentícios básicos e o crescimento de produtos agrícolas de exportação (ARAÚJO, 2006).

O Estado da Bahia, ao longo de todo o processo de colonização e ocupação, caracteriza-se pela concentração fundiária, originada pela forma de distribuição de terras em regime de sesmarias. A colonização baiana e a ocupação progressiva do território sempre se constituiu em um empreendimento mercantil, baseado na grande propriedade, tendo a exploração econômica como importante na determinação da estrutura fundiária. Outros aspectos são os fatores naturais (clima, recursos hídricos, relevo, solo, fauna e flora), históricos e

socioculturais. Este processo foi intenso no litoral, sendo a estrutura fundiária das regiões interioranas formada pelas ocupações.

O mesmo se deu no Território do Extremo Sul da Bahia, embora o processo de formação de latifúndios monocultores voltados à exportação não fosse preponderante. Como já discutido anteriormente sabe-se que este Território, por muitos exercia uma função complementar à estrutura agro-exportadora do Recôncavo baiano, sobressaindo-se as atividades agrícolas de subsistência.

Até os anos 1970, praticamente, era muito comum a agricultura familiar baseada em glebas de terra abandonadas: terras devolutas ou do Estado no Extremo Sul baiano, em que o pequeno agricultor plantava para a subsistência. No entanto, de acordo com Machado (2001), a partir de 1980, o Território vem apresentando uma das maiores freqüências de conflitos de terra, envolvendo fazendeiros, posseiros como antigos agricultores familiares e indígenas, sendo que parte das terras devolutas era ocupada por posseiros, pequenos agricultores familiares.

Nesse caso, fazendeiros passaram a grilar a terra, com documentos falsos, sem títulos de propriedade idôneos, estabelecendo um conflito com quem já estava, tradicionalmente, na posse do imóvel. Além disso, as áreas desocupadas passaram a ser ocupadas com mais intensidade e o Estado passou a reconhecer a propriedade aos novos possuidores, através de um reconhecimento formal do domínio sobre o bem. A região passa a ser ocupada por madeireiros (trabalhadores, gerentes e proprietários) e caminhoneiros com a abertura da BR 101 (MACHADO, 2001, P. 6).

Portanto, de maneira geral, o processo de modernização da agricultura e da pecuária no Brasil tem contribuído para o agravamento da questão agrária. Os diversos entraves de ordem social no meio rural cresceram, refletindo-se no aumento das desigualdades e da pobreza no campo e, conseqüentemente, gerando também impactos negativos sobre os grandes centros urbanos. A intensificação dos problemas sociais, o aumento dos conflitos e a ação dos movimentos rurais têm colocado no centro dos debates a questão agrária e o relevante papel da agricultura familiar nos âmbitos sócio-econômicos e ambientais. As atividades agrícolas baseadas em relações patronais têm atuado como um fator de expulsão da mão-de-obra no campo, contrariamente aos sistemas familiares, responsáveis pela geração de empregos no meio rural brasileiro (INCRA, 2000).

4.1.1 Reconfiguração da Estrutura Fundiária Sob a Ótica da Ocupação do Espaço Rural no Extremo Sul da Bahia

A forma como as propriedades rurais de uma área ou País estão organizadas é compreendida como estrutura fundiária, ou seja, o número de propriedades, tamanho e distribuição social da terra. A estrutura fundiária brasileira consiste em um dos seus maiores problemas agrários atuais, pois, caracteriza-se pela existência de um lado um pequeno número de grandes proprietários rurais - os latifundiários, e de outro lado, pela presença de pequenos proprietários possuidores de reduzidas unidades rurais, muitas vezes com recursos financeiros e técnicos insuficientes ao desenvolvimento de uma agricultura sustentável e competitiva. Deve-se lembrar também das inúmeras propriedades com vastas áreas ociosas, que não são utilizadas pela agropecuária, muitas vezes a espera de valorização no mercado de terras, enquanto no outro extremo, milhares de famílias aguardam serem beneficiadas pelo Estado, com a Reforma Agrária.

No Extremo Sul da Bahia a reconfiguração da estrutura fundiária é mais recente, e deve-se a alguns eventos, que ainda estão ocorrendo, com a formação das pastagens e o avanço do capital madeireiro, a partir das décadas de 1970 e 1980, que intensificam a privatização do espaço rural definindo a estrutura fundiária concentradora.

Nessas bases, surge uma pecuária extensiva, que se moderniza, intensificando, nos anos 1980 e 1990, os respectivos sistemas de cultivo de gado bovino. É um processo marcado pela expropriação de terras e afluxo de imigrantes, com a formação de um exército industrial de reserva. É essa fase de devastação ambiental que vai ser suficiente para a geração das condições ambientais e sociais à implantação do capital industrial dos anos 1990, através do complexo papel, papelão e celulose. Era necessário ter a mata destruída para a expansão dos maciços florestais em eucalipto, haver a acumulação madeireira (MACHADO, 2001).

Os grandes projetos industriais de produção de papel e celulose, implantados no Extremo Sul, associados à contínua expansão de áreas reflorestadas com eucalipto têm sido responsáveis por transformações nas relações socioeconômicas regionais. Estas novas atividades têm alterado a base socioprodutiva e redefinido o espaço rural, assim como as especificidades dos grupos sociais pertencentes a este território. Esta análise, portanto, objetiva identificar as modificações ocorridas no espaço agrário, principalmente, no que se refere à estruturação de

propriedade e à utilização das terras, integrados ao processo de evolução populacional e da mão-de-obra empregada nas atividades agrícolas.

Com o objetivo de analisar a problemática da concentração fundiária no Território, utiliza-se o Índice de Gini, que varia de 0 a 1, indicando máxima desconcentração e concentração absoluta, respectivamente. Observa-se uma tendência à intensificação do grau de concentração de terras, revelado pelo aumento contínuo e substancial deste índice, passando de 0,575, média a forte, no ano de 1970, para 0,744, forte a muito forte no ano de 1995/96, conforme a Tabela 9.

Tabela 9 - Índice de Gini, Território de identidade do Extremo Sul da Bahia, 1970 –1995/96

Municípios	Período				
	1970	1975	1980	1985	1995/96
Alcobaça	0,590	0,649	0,693	0,777	0,888
Belmonte	0,803	0,709	0,765	0,762	0,757
Caravelas	0,625	0,624	0,738	0,765	0,730
Eunápolis	-	-	-	-	0,680
Guaratinga	0,556	0,597	0,684	0,666	0,737
Ibirapuã	0,738	0,688	0,729	0,701	0,720
Itabela	-	-	-	-	0,633
Itagimirim	0,590	0,611	0,663	0,622	0,627
Itamaraju	0,572	0,717	0,704	0,712	0,694
Itanhém	0,559	0,558	0,709	0,677	0,654
Itapebi	0,662	0,632	0,693	0,667	0,738
Jucuruçu	-	-	-	-	0,383
Lajedão	0,622	0,660	0,729	0,770	0,821
Medeiros Neto	0,639	0,626	0,777	0,704	0,614
Mucuri	0,668	0,679	0,730	0,773	0,805
Nova Viçosa	0,623	0,679	0,774	0,876	0,860
Porto Seguro	0,531	0,595	0,696	0,770	0,727
Prado	0,701	0,727	0,794	0,796	0,911
Santa Cruz Cabrália	0,560	0,644	0,774	0,695	0,726
Teixeira de Freitas	-	-	-	-	0,649
Vereda	-	-	-	-	0,674
Extremo Sul	0,575	0,603	0,696	0,717	0,744

Fonte: IBGE, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96

*Alguns Municípios foram criados após a realização dos censos, ou alguns índices estão indisponíveis

Em parte, esta crescente concentração pode estar associada ao avanço do reflorestamento de eucalipto, voltado à produção de papel e celulose, realizado em grandes propriedades. Os municípios cujo processo de concentração mostra-se mais intenso são Alcobaça, Prado, Porto Seguro e Nova Viçosa, sendo que nestes intensifica-se o plantio de eucalipto para fins industriais durante o último censo.

Na Figura 10 verifica-se a espacialização do Índice de Gini para o Estado da Bahia, sendo possível identificar os municípios do Extremo Sul e sua concentração, onde se tem uma presença maior de cidades com concentração de média a forte, e sendo que a maioria destes municípios caracteriza-se por concentrações de forte a muito forte.

De acordo com o IBGE 1995/ 96 (Tabela 7, capítulo 02), os municípios que apresentaram maiores produtividades de madeira em tora para papel e celulose foram: Nova Viçosa, Caravelas e Alcobaça, respectivamente, e estes estão dentre aqueles que apresentam elevados índices de concentração de terras.

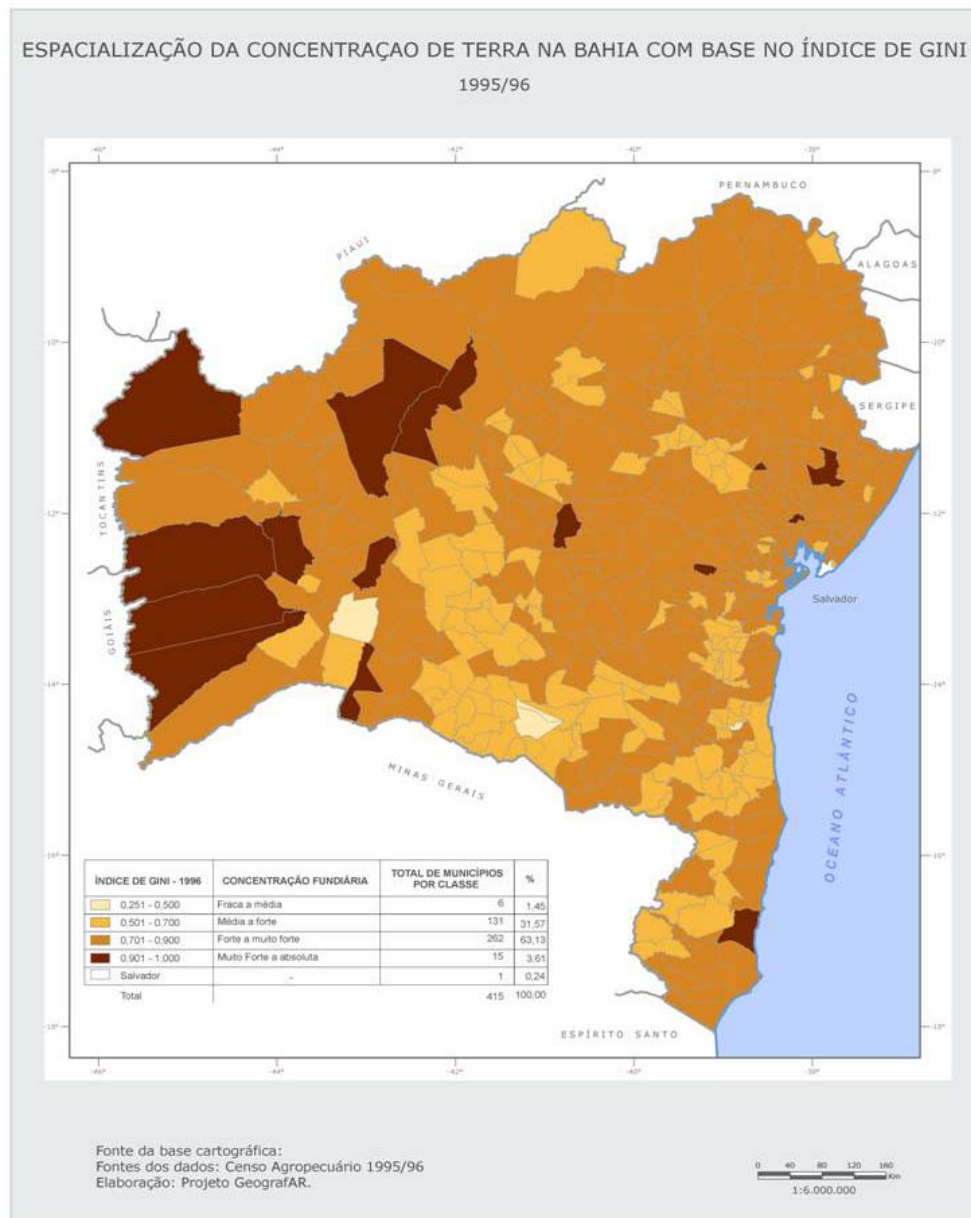


Figura 10 - Mapa Concentração Fundiária no Território de identidade do Extremo Sul da Bahia
Fonte: UFBA, 2006

A evolução da ocupação da área e de números de estabelecimentos, de acordo com seus estratos² pode ser visualizada na Tabela 10. Observa-se que, de 1970 a 1995/96, decresceu o número total de estabelecimentos passando de 13.856 para 6.717, ou seja, uma taxa de crescimento negativa de 52%. O mesmo se deu em termos de área ocupada total passando de 1.525.547 hectares para 925.296 hectares, com uma taxa de crescimento negativa de 39%. Tal decréscimo se deu mais fortemente nas propriedades de menor área, aquelas de até 100 hectares, sendo que nestas houve uma redução de 5.076 estabelecimentos, correspondendo a uma área de 254.551 hectares. Enquanto que, nas grandes propriedades, 5.000 a 10.000 hectares e mais, praticamente não houve alteração de número de estabelecimentos e sim aumento de área ocupada.

Tabela 10 - Número e área de estabelecimentos, segundo estratos, em hectares, Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia, 1970 - 1995/1996.

Grupos de Área		menos de 50	50-100	100-500	500-1000	1.000-5.000	5.000-10.000	10.000 e mais	s/declaração	Total
1970	Estab.	6.746	3.443	1.242	274	141	8	2	-	13.856
	Área	155.753	226.911	583.916	173.995	243.189	54.808	86.975	-	1.525.547
1975	Estab.	5.979	2.756	3.033	305	179	11	3	-	12.266
	Área	134.175	180.636	570.435	199.202	303.239	80.915	38.645	-	1.507.247
1980	Estab.	7.103	2.012	2.327	272	215	10	4	77	12.020
	Área	122.008	135.586	464.118	182.855	385.933	66.879	54.668	-	1.412.047
1985	Estab.	7.982	1.986	2.400	385	257	13	7	1	13.030
	Área	140.367	132.674	494.643	257.240	464.306	85.974	100.814	-	1.675.982
1995/96	Estab.	4.232	881	1.239	209	143	9	4	-	6.717
	Área	66.595	61.518	268.839	143.366	241.464	55.103	88.410	-	925.296

Fonte: IBGE, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96

No que diz respeito aos indicadores de uso da terra, observam-se outras tendências quanto às principais mudanças no padrão fundiário e produtivo do Território, conforme demonstrada na Tabela 11. Merece destaque a significativa e crescente devastação das áreas de florestas naturais, representadas no Extremo Sul pela Mata Atlântica, devido às atividades de exploração madeireira, pecuária extensiva, agricultura e finalmente à implantação de grandes maciços florestais de eucalipto. Enquanto em 1970, a área ocupada com esta vegetação registrava 30,12%, em 1995-96, esta participação cai para praticamente metade, 15,25%.

² Definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - Censo Agropecuário).

Especificamente, verifica-se uma diminuição nas áreas de florestas naturais, sendo que em 1970 apresentava um total de 459.470 hectares e em 1995/96 passou para 141.078 hectares, evidenciando uma redução de 30,6%. Em contrapartida, houve crescimento das áreas com matas e florestas plantadas, passando de 1.679 para 62.704 hectares, no mesmo período, representando um aumento de 523,68%. Com relação à silvicultura, a tendência de crescimento é evidenciada pelo aumento da participação das matas e florestas plantadas, passando de 0,11%, em 1970, para 6,8%, em 1990, sendo esta, confirmada pelo avanço de maciços florestais intensificados com grande relevância para os municípios de Mucuri e Belmonte, cuja participação é superior a 20%.

No que se refere à utilização de terras para a agricultura e pecuária, verifica-se um crescimento de 9,53% das áreas destinadas às lavouras permanentes e diminuição 25,54% e 37,85% das áreas com lavouras temporárias e pastagens naturais, respectivamente, enquanto que as áreas com pastagens plantadas cresceram a taxas de 3,48%. Quanto às terras produtivas em descanso e a terras inaproveitáveis observa-se uma significativa redução das mesmas, apresentando taxas negativas de 76,34% e 77,63% respectivamente, ressaltando que neste Território avança-se a utilização.

Tabela 11 - Utilização das terras, em hectares, Território de identidade do Extremo Sul da Bahia, 1970-1995

Utilização das Terras	1970		1975		1980		1985		1995/96	
	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%
Lavouras permanentes	54.605	3,58	56.146	3,73	80.110	5,67	111.468	6,65	59.809	6,46
Lavouras temporárias	47.465	3,11	66.053	4,38	60.285	4,27	76.078	4,54	35.339	3,82
Pastagens naturais	258.217	16,93	380.620	25,25	297.131	21,04	348.920	20,82	160.487	17,34
Pastagens plantadas	377.262	24,73	448.007	29,72	381.332	27,01	512.742	30,59	390.380	42,19
Matas e florestas naturais	459.470	30,12	347.999	23,09	300.866	21,31	321.833	19,20	141.078	15,25
Matas e florestas plantadas	1.679	0,11	8.542	0,57	30.748	2,18	53.275	3,18	62.704	6,78
Terras em descanso e produtivas não utilizadas	185.790	12,18	118.123	7,84	172.700	12,23	181.212	10,81	43.950	4,75
Terras inaproveitáveis	141.059	9,25	81.757	5,42	88.875	6,29	70.454	4,20	31.549	3,41
Total	1.525.547	100,00	1.507.247	100,00	1.412.047	100,00	1.675.982	100,00	925.296	100,00

Fonte: IBGE, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96

Avaliando-se os resultados preliminares do Censo Agropecuário de 2006/07, Tabela 12, verifica-se uma maior concentração de terras utilizadas com pastagens (72,85%) e com áreas de matas e florestas (12,8%). Deve-se lembrar que estes dados não apresentam informações desagregadas, portanto, pastagens referem-se às naturais e plantadas e matas e florestas também. Este censo ainda não disponibilizou as informações sobre terras produtivas em descanso e áreas inaproveitáveis. No entanto pode-se perceber uma expansão na agricultura entre os períodos de 1995 e 2006, em que as lavouras permanentes crescem a taxa de 150,51%, e as lavouras temporárias a 102,25%.

Tabela 12 - Variação da área ocupada segundo usos, em hectares, Território de identidade do Extremo Sul da Bahia, 1970-1995/96

Usos	Períodos					
	1970/80		1975/85		1985/95	
	Área	%	Área	%	Área	%
Lavouras	38.325	35,55	65.347	53,47	(92.398)	(49,30)
Pastagens	42.984	6,76	33.035	3,99	(310.795)	(36,10)
Matas e florestas naturais	(158.604)	(34,52)	(26.166)	(7,52)	(180.755)	(56,16)
Matas e florestas plantadas	29.069	1.731,33	44.733	523,68	9.429	17,70
Terras em descanso e produtivas não utilizadas	(13.090)	(7,05)	63.089	53,41	(137.262)	(75,75)
Terras inaproveitáveis	(52.184)	(36,99)	(11.303)	(13,83)	(38.905)	(55,22)
Total	(113.500)	(7,44)	168.735	11,19	(750.686)	(44,79)

Fonte: IBGE, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96

No entanto, a partir de meados de 1980, a silvicultura associada aos grandes empreendimentos de papel e celulose apresentou aumento na participação da ocupação em 17,7%, assumindo efetivamente, a partir de então, o dinamismo da ocupação produtiva, e avançando sobre os espaços antes ocupados pela agricultura tradicionalmente desenvolvida no Território.

A implantação de eucalipto, ao ocupar áreas passíveis de serem utilizadas pela agricultura familiar, a exemplo das terras improdutivas, cobertas com matas e florestas naturais, e, mesmo, aquelas ocupadas com pastagens naturais, termina bloqueando as possibilidades de reprodução dos agricultores familiares (PEDREIRA, 2004, p. 1013).

A redução da pecuária bovina em relação às atividades florestais também tem impactado sobre a base agrícola familiar, uma vez que, a forma tradicional de administração das propriedades pecuaristas, contrariamente a atividade florestal, ao abrigar ou mesmo conviver com relações de meação/parceria, mesmo de forma precária, ainda mantinham a sobrevivência de grande parte dos trabalhadores rurais. Sendo assim, a expansão da atividade

florestal, associada à modernização da pecuária, ao dificultar as relações de *meia*, resulta na diminuição da reprodução de um considerável segmento de agricultores familiares.

Esta tendência pode ser melhor entendida, com base na evolução da condição de posse de terras (Tabela 13), onde os parceiros, arrendatários e ocupantes apresentaram um declínio no número de estabelecimentos e da área ocupada. De fato, tais categorias, que participavam, em conjunto, com 9,2% no número de estabelecimentos e 4,5% em área ocupada, em 1970, passaram, para 5,4% e 2,6%, respectivamente, em 1995/96. No entanto, a estrutura fundiária de posse das terras sofreu poucas modificações, fortemente concentrada entre os proprietários.

O percentual no quantitativo de estabelecimentos rurais em poder dos proprietários cai de 97,3% em 1975, para 93% em 1980 e 89,5% em 1985. No entanto a área de propriedades rurais mantém-se em torno de 97%, em poder dos proprietários, evidenciando uma maior concentração das terras neste período, paralelamente ao avanço da silvicultura. Pode-se também inferir que no período 1980-1985 houve um relevante aumento no percentual de ocupações das terras (5,2% para 9% de estabelecimentos ocupados), podendo explicar o acirramento dos movimentos sociais rurais.

Tabela 13 - Distribuição percentual dos estabelecimentos e áreas segundo condição do produtor, Território de identidade do Extremo Sul, 1970-1995/96

Períodos	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Total	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
1970	90,8	95,5	0,2	0,1	2,1	0,8	6,9	3,6	100,0	100,0
1975	97,3	97,5	0,1	0,0	0,1	0,2	2,5	2,3	100,0	100,0
1980	93,0	97,0	0,7	0,5	1,1	1,0	5,2	1,5	100,0	100,0
1985	89,5	97,1	1,1	0,4	0,4	0,7	9,0	1,8	100,0	100,0
1995	94,6	97,4	0,8	1,1	0,3	0,2	4,3	1,3	100,0	100,0

Fonte: IBGE, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96

Diante destas alterações nas relações de posse e uso da terra, modificações ocorreram na evolução e estrutura de ocupação da mão-de-obra rural. Um dado importante é a expressiva queda de mais da metade do número de pessoas ocupadas, no período de 1985/1995, no momento em se intensifica as atividades vinculadas ao complexo florestal no Território.

Diante deste fato, é importante questionar para onde a população, especificamente, os pequenos agricultores cuja reprodução foi inviabilizada pela expansão do eucalipto podem ter se deslocado. Baseado nos dados demográficos, sobre população rural e urbana dos dois últimos censos, fica evidente o significativo crescimento populacional acompanhado por um elevado índice de urbanização regional e esvaziamento do campo, com um expressivo percentual da população rural se dirigido para as áreas urbanas em busca de oportunidades de trabalho.

Portanto, o avanço do eucalipto em áreas passíveis de utilização da agricultura familiar, tem dificultado a reprodução social das famílias, concomitantemente, ao processo expulsão do “homem-rural”, – no momento da implantação dos empreendimentos industriais de papel e celulose, trabalhadores do campo sentem-se atraídos em busca de novas oportunidades de trabalho. No entanto, este trabalhador não consegue se inserir nas novas atividades, uma vez que são intensivas em capital e mão-de-obra qualificada. Este, aliás, é um dos fatores que tem contribuído no avanço de movimentos sociais rurais no Território. Afinal estes trabalhadores e/ou produtores excluídos da lógica capitalista passam a contribuir com graves problemas sociais como a elevação do desemprego, da favelização urbana e dos índices de violência.

Baseado nas análises realizadas, para o período 1970-1995/96, infere-se que estas tendências têm se intensificado nos últimos anos, dada à expansão do plantio de maciços florestais, voltados ao suprimento das fábricas de papel e celulose, impulsionados com a implantação destas empresas no setor. Todo este processo tem trazido como consequência uma generalizada inquietação popular através de organizações ambientais e movimentos de trabalhadores rurais sem-terra.

Do ponto de vista da estrutura fundiária, vale destacar que as transformações na base produtiva regional decorrentes do processo de ocupação econômica do Território que resultou num acelerado crescimento demográfico, trouxeram modificações na estrutura fundiária, na qual verifica-se a substituição das pequenas e médias propriedades, pertencentes, anteriormente, a pequenos agricultores, por grandes estabelecimentos rurais que exploram a pecuária e a atividade florestal. Até os anos 70, era comum a agricultura familiar baseada em glebas de terras abandonadas, chamadas de terras do Estado, onde o agricultor plantava para a subsistência. Porém, com o avanço do capital madeireiro, que atraía mão-de-obra imigrante, intensifica-se a privatização do espaço rural.

4.2 CRÉDITO RURAL: CARACTERIZAÇÃO E RELEVÂNCIA PARA PEQUENA AGRICULTURA

As políticas de crédito rural no Brasil são muito recentes, sendo que as primeiras experiências datam da década de 1930. Até então os produtos agrícolas assistidos eram aqueles ligados à produção de café e à pecuária leiteira no eixo Minas Gerais - São Paulo. Porém, no período compreendido entre 1940 e 1960, as principais medidas nesse sentido acabaram transferindo recursos do setor agrícola para os outros setores da economia, caracterizando a lógica do desenvolvimento econômico brasileiro, de substituição de importações, beneficiando a indústria e buscando uma maior urbanização. Devido à falta de programas efetivos de investimento na agricultura, o País enfrentou um período de crise de produtos agrícolas e inquietação urbana, culminando com a crise de abastecimento de alimentos em 1959 (GIMENES *apud* SPOLADOR; BARROS; MEYER, 2008).

A partir da década de 1960, o Ministério da Fazenda e o Banco Central do Brasil criaram uma série de medidas, objetivando estimular a produção agrícola brasileira, fortalecendo a situação financeira dos produtores rurais e incentivando a adoção de técnicas modernas no setor rural. Com este intuito foi promulgada, em 1965, a Lei 4.829, a qual estabelecia que 10% dos depósitos a vista dos bancos comerciais deveriam ser utilizados para empréstimos agrícolas. A Resolução 260, deste mesmo ano, aumentou este percentual para 15%, garantindo que as taxas de juros cobradas nos empréstimos rurais não ultrapassassem 75% da taxas cobradas nos empréstimos comerciais. Os principais resultados desta nova política foi o aumento do montante de recursos para financiar o crédito rural e um maior interesse das demais instituições financeiras em conceder os empréstimos (GIMENES *apud* SPOLADOR, 2008 Deve-se destacar o papel do Banco do Brasil, nesse período, responsável por 90% dos empréstimos concedidos, contribuindo também com um maior acesso aos pequenos produtores ao crédito rural). Segundo Sayad:

Os legisladores, desta forma, pretendiam, através do Programa de Crédito Rural, incentivar a produção agrícola, proteger os pequenos produtores rurais, e promover “a modernização da agricultura”. O Programa de crédito visava também oferecer uma parcela maior de recursos financeiros à agricultura, já que os bancos comerciais privados não vinham atendendo ao setor satisfatoriamente. (SAYAD, 1984, p. 4)

A política agrícola adotada em 1965 repercutiu em um rápido crescimento da participação do crédito rural no total dos financiamentos destinados a investimentos na economia. Em 1964 essa participação que era de 29%, evoluiu para 53,3% em 1966, chegando a 71% em 1968. No entanto, com a crise internacional do petróleo de 1973 e o aumento inflacionário no Brasil, a política agrícola deixa de ser prioritária, sendo o principal objetivo da política econômica, o enfrentamento destes desequilíbrios. De acordo com Sayad (1984), a partir deste contexto, levanta-se uma série de críticas à política agrícola brasileira: o aumento do subsídio à medida que o processo inflacionário intensifica-se a partir de 1974 produzindo taxas de juros reais negativas; a baixa participação dos produtores que obtinham crédito formal; e a concentração do crédito nas mãos dos grandes proprietários de terra.

Portanto, o crédito rural neste período surtia poucos efeitos significativos sobre o crescimento da produção agrícola, sobre as tecnologias empregadas pelos produtores rurais e também sobre a elevação dos níveis de produtividade. Como as taxas de juros dos empréstimos agrícolas eram inferiores àquelas cobradas no mercado financeiro, em anos de inflação alta os custos do programa superavam seus benefícios. Outro efeito negativo ocorria em relação à distribuição do financiamento aos produtores rurais. Quando as taxas de juros eram mantidas constantes, mesmo em períodos de elevação dos preços, os grandes proprietários de terra ficavam com a maior parte dos subsídios.

Em 1980 o crédito rural representava 20% da soma da base monetária com a dívida pública. Com o resultado da política monetária essa participação caiu para 12% em 1981, demonstrando que a redução nas taxas de crescimento da oferta dos meios de pagamento não poderia prescindir dos cortes efetuados no volume de recursos destinados ao crédito rural. Por outro lado, a demanda por crédito rural crescia rapidamente devido às condições favoráveis nos mercados interno e externo para os produtos agrícolas, o que aumentou a dependência do crédito rural das aplicações compulsórias dos bancos, já que os depósitos a vista minguaram em função da corrosão do poder aquisitivo da moeda pela inflação, e da alocação de recursos de forma complementar por parte das autoridades monetárias. (GIMENES, 2008, p. 4).

Entendendo que uma das causas do processo inflacionário seriam os subsídios dados ao crédito rural e as emissões monetárias utilizadas para financiar complementarmente os produtores, o governo resolve alterar a política agrícola e decreta o fim da conta movimento do Banco do Brasil. A crise fiscal da economia brasileira na década de 1980 reduziu o financiamento da agricultura. Os fatores que provocaram as alterações na política agrícola nos anos 80 foram: a redução da participação das autoridades monetárias; o uso mais intensivo de recursos próprios dos produtores rurais; as taxas de juros cobradas nos empréstimos

destinados ao setor rural próximas às cobradas no mercado financeiro; a reforma nas contas públicas; unificação orçamentária; fim da conta movimento do Banco do Brasil e a criação da Secretaria do Tesouro Nacional.

Na década de 1990, a economia brasileira é marcada pela sua inserção no mercado internacional, com a redução das tarifas de importação e a desvalorização da moeda no governo Collor e a drástica valorização do câmbio até 1999. Destacam-se também, nesta década, o processo de estabilização dos preços e a gradual saída do governo no financiamento da agricultura. Essa nova forma de atuação do governo é decorrência da política fiscal, do esforço de modernização do Estado e do controle dos gastos públicos (GIMENES, *apud* MELO; SHOUCHANA; PEROBELLI; GASQUES, 2008).

A partir de 1994 ocorre uma significativa elevação da dívida dos produtores rurais em virtude da desconexão entre a correção dos preços mínimos e a correção dos financiamentos contraídos nas instituições financeiras. A partir do plano Collor I a correção dos preços mínimos pelo IPC foi de 41,28% enquanto a dívida, corrigida pelo mesmo indicador, foi corrigida em 84,23%. Os grandes proprietários de terra, com dívidas superiores a R\$ 200 mil, foram enquadrados no PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos. Nesse programa o produtor adquire títulos do governo no valor correspondente a 10,37% do valor da dívida junto às instituições financeiras, sendo o prazo de resgate em 20 anos. Quando o valor da dívida excede R\$ 500 mil, os encargos financeiros são calculados a uma taxa de 8% ao ano mais a variação do IGP– M.

Destaca-se a criação em 1996 do PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, destinado aos pequenos agricultores, sendo limitado a R\$ 5 mil para custeio, R\$ 15 mil para comercialização e R\$ 75 mil para investimento. O Governo destina recursos do FAT – Fundo do Amparo ao Trabalhador para financiar este programa, e do FAE – Fundo Extra Mercado, que são reservas financeiras de empresas estatais (GIMENES *apud* ARAÚJO, 2008).

De acordo com Spolador (2001) fica evidenciado a drástica redução dos recursos advindos do Tesouro Nacional (26,72% em 1990 e 0,02% em 1999), e o crescimento da participação das fontes como Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) com 11,29% em 1999, Poupança Rural,

12,18% em 1999, e BNDES/FINAME com 3,38% em 1997 e 6,26 % em 2000, no financiamento rural.

Conclui-se que o volume de crédito para financiar a atividade agrícola, especialmente aquele oriundo do Tesouro Nacional tem sido muito escasso, e o sistema criado a partir do Sistema Nacional de Crédito Rural de 1965 está praticamente esgotado. Daí ressalta-se a importância da busca por novas formas de financiamento para a atividade agrícola, destacando-se o papel das cooperativas agropecuárias, tanto no sistema informal como no formal de crédito.

Atualmente, de acordo com o Banco Central do Brasil (2008), o crédito Rural objetiva: estimular os investimentos rurais feitos pelos produtores ou por suas associações (cooperativas, condomínios, parcerias,); favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários; fortalecer o setor rural; incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento de produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada utilização dos recursos naturais.

As atividades que podem ser financiadas pelo crédito rural são: o custeio das despesas normais de cada ciclo produtivo; investimento em bens ou serviços cujo aproveitamento se estenda por vários ciclos produtivos e a comercialização da produção. O custeio rural classifica-se como custeio agrícola, custeio pecuário e custeio para beneficiamento ou industrialização. Segundo o Banco Central (2008), no que se refere à contratação de assistência técnica, esta decisão cabe ao produtor, de acordo com a necessidade para elaboração de projeto e orientação, salvo quando considerados indispensáveis pelo financiador ou quando exigidos em operações com recursos oficiais.

A ação de políticas e programas voltados ao financiamento rural no Brasil, embora tenha evoluído no sentido de integrar de forma mais abrangente os pequenos e médios produtores, ainda é deficiente frente à demanda existente. A própria estrutura de concessão e as exigências das instituições bancárias comerciais dificultam a inserção das camadas mais pobres do meio rural ao acesso ao crédito. Além das exigências têm-se também as taxas de juros, situadas entre 8,75% e 10,75%, como um importante entrave.

Diante deste contexto, e no caso específico do Extremo Sul da Bahia percebe-se a importância do Crédito Rural, principalmente para os pequenos produtores que neste espaço disputam recursos e assistência técnica com grandes capitais do setor de reflorestamento e de papel e celulose. Assim, muitos produtores optam por substituir a produção agrícola tradicional pelo eucalipto, pois além de potencialmente mais lucrativo, há a alternativa de obtenção de crédito junto às empresas, através dos Programas de Fomento Florestal.

Os Programas de Fomento Florestal são iniciativas por parte das empresas a fim de expandir suas áreas plantadas de eucalipto junto a proprietários rurais no Território. Assim, o discurso desenvolvimentista das empresas afirma que o programa é uma alternativa de uso das terras e de geração de renda para esses proprietários ao mesmo tempo em que o fomento reduz a necessidade de aquisição de novas terras para o plantio do eucalipto, uma vez que viabiliza a produção de madeira para a indústria também por parte de terceiros.

Deste modo, deve-se destacar que os agricultores adotam o programa de fomento porque carecem de crédito e assistência técnica, sendo estas demandas cobertas pelas ações das empresas. Isto pode evidenciar a ausência de uma política agrícola efetiva, voltada, sobretudo aos pequenos produtores. Embora, ainda com algumas deficiências, o Estado venha desenvolvendo ações no sentido de promover os pequenos e médios agricultores, no sentido de torná-los eficientes e competitivos no mercado. Exemplo do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

4.2.1 Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

A questão da agricultura familiar vem se destacando nos debates sobre a sua importância para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico justo e ambientalmente sustentável. O inciso II, do art. 4º, do Estatuto da Terra (Lei 4.504/64) define como:

"Propriedade Familiar" o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros. (BRASIL, 2008c)

A relevância da Agricultura Familiar traz algumas discussões, principalmente, que no que diz respeito à oferta de alimentos, e à permanência do homem no campo, através da ampliação da

oferta de trabalho. Estas questões ampliadas para o âmbito das políticas públicas contribuíram para a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995.

O PRONAF é um programa do Governo Federal que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento rural sustentável e garantir segurança alimentar, fortalecendo a agricultura familiar, por meio de financiamentos das agricultoras e dos agricultores, bem como as suas associações e cooperativas. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2008), o PRONAF objetiva, o fortalecimento e a valorização do agricultor familiar, visando integrá-lo à cadeia de agronegócios e proporcionar-lhe aumento de renda e agregação de valor ao produto e à propriedade, com sua profissionalização e com modernização dos sistemas produtivos. De acordo com a metodologia do MDA/PRONAF, a agricultura familiar é definida como uma forma de produção agrícola, na qual os próprios agricultores e suas famílias assumem a maior parte do trabalho produtivo. É um sistema produtivo bastante diversificado, ou seja, baseado na policultura, e gerador de trabalho e renda.

Apesar de a agricultura capitalista ser caracterizada como propulsora da economia agrícola, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, não se pode considerar a agricultura familiar como simplesmente responsável pela pequena produção. Apesar das conceituações teóricas acerca da agricultura de base familiar, neste estudo, considera-se que a diferença fundamental entre estas formas de produção consiste no modo de utilização da força de trabalho. A agricultura dita capitalista utiliza-se de mão-de-obra assalariada, objetivando o lucro pela apropriação da mais-valia do trabalho, e a agricultura familiar emprega a mão-de-obra da família, tendo o trabalho assalariado um caráter complementar (CORREA; SILVA, 2004).

No entanto, existem algumas contradições políticas e administrativas quanto à definição de um conceito único de agricultura familiar. Exemplo dessa diferença conceitual é a definição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que de acordo com sua metodologia, é considerada Agricultura Familiar, estabelecimentos dirigidos pelo próprio produtor e proprietário, desde que o trabalho familiar deve superar a mão-de-obra contratada (INCRA, 2000).

A agricultura familiar, em grande medida desenvolve atividades diversificadas, com um maior aproveitamento dos recursos disponíveis na propriedade, contribuindo com a expansão de fontes de renda e com a preservação ambiental. De acordo com CERQUEIRA (2002) mesmo em termos econômicos, a maior produtividade da forma capitalista ou patronal vem perdendo espaço. De acordo com o Censo de 2000, a Bahia possui a maior população rural do País, sendo que 89,1% do total de unidades rurais do Estado são classificadas como familiares, ocupando 37,9% da área total e sendo responsável por 39,8% do Valor Bruto da Produção (INCRA, 2000). Portanto, deve-se ressaltar que, parcela significativa dos municípios baianos tem como principal fonte de ocupação e de renda, a agricultura familiar.

O Censo Agropecuário de 1995/96 identificou a existência de 4.859.865 estabelecimentos agropecuários no Brasil, com uma redução de 941.944 estabelecimentos relativamente ao levantamento de 1985. As propriedades com menos de 100 hectares, consideradas familiares, reduziram-se de um total de 5.225.162 em 1985 para um total de 4.318.861 em 1995, ou seja, ocorreu uma diminuição de 906.301 propriedades familiares (17%). Trata-se de fato de veras relevante que num país preocupado com o assentamento de novos possíveis agricultores, tenha perdido, numa década, um contingente tão expressivo de produtores rurais de fato.

Para o MDA, o financiamento rural do PRONAF tem gerado impactos tanto sociais quanto econômicos, criando condições para que os agricultores familiares ganhem em escala dentro da sua unidade de produção, mantendo pessoas ocupadas, gerando empregos e favorecendo a permanência das famílias no meio rural. Além disso, contribui com a diminuição da tensão no campo e pressões por emprego na cidade. A obtenção do crédito rural dá aos agricultores familiares condições de expandir e melhorar seus produtos, implementar outras atividades agrícolas e não agrícolas geradoras de renda, adquirir máquinas, equipamentos, sementes e insumos.

O PRONAF, dentro dos objetivos propostos, desempenha as funções de auxílio dos trabalhadores rurais, assentados, extrativistas, quilombolas e indígenas do País a desenvolverem e expandirem seus empreendimentos, agindo também como um instrumento facilitador da inclusão bancária destes grupos. Além do apoio creditício, tem como propósito atuar na infra-estrutura e na capacitação dos agricultores familiares. De acordo com BRASIL (2007), parcela significativa dos atuais beneficiários do Programa, sequer havia entrado em uma agência bancária, e hoje possuem contas regulares, poupanças e títulos de capitalização.

A Agricultura Familiar, enquanto sujeito do desenvolvimento, é ainda um processo em consolidação. O seu fortalecimento e valorização dependem de um conjunto de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que necessitam serem implementados de uma forma articulada por uma diversidade de atores e instrumentos. Sem dúvida, o papel do Estado e das políticas públicas cumprem um papel fundamental. Quanto mais estas políticas conseguirem se transformar em respostas à estratégia geral de desenvolvimento com sustentabilidade e, ao mesmo tempo, às demandas concretas e imediatas da realidade conjuntural, mais adequadamente cumprirão o seu papel. (BRASIL, 2007)

Em 2007, a agricultura familiar foi responsável 49% do milho, 84% da mandioca, 52% do leite, 67% do feijão, 59% dos suínos e 33% do café produzidos no Brasil, reforçando, desta forma, a importância da pequena produção rural, não só em termos sociais, mas também econômicos (BRASIL, 2007).

Para fins do crédito do PRONAF as famílias são enquadradas nos Grupos “A”, “A/C”, “B”, “C”, “D” e “E”. Essa classificação leva em conta a renda bruta anual gerada pela família, o percentual dessa renda que veio da atividade rural, o tamanho e gestão da propriedade e a quantidade de empregados na unidade familiar. Para cada grupo do PRONAF existe um conjunto de linhas de crédito, com condições de acesso e valores diferenciados, buscando uma maior proximidade da capacidade de endividamento da família com as alternativas de financiamento de sua produção³.

Podem obter financiamento as agricultoras e os agricultores familiares que atendam as seguintes condições: produzam na terra, na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária e Programa Nacional de Crédito Fundiário; residam na propriedade ou em local próximo e tenham no trabalho familiar a base da produção; possuam no máximo 4 módulos fiscais, ou 6, no caso de atividade pecuária); tenham parte da renda gerada na propriedade familiar, sendo pelo menos 30% para o grupo “B”, 60% para o grupo “C”, 70% para o grupo “D” e 80% para o grupo “E”; Tenham renda bruta anual compatível com a exigida para cada grupo do PRONAF. Os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os extrativistas, os silvicultores, os aqüicultores e comunidades quilombolas ou povos indígenas que atendam aos requisitos do Programa também podem obter financiamento.

³ Ver, Anexo A com os grupos e as linhas de crédito PRONAF.

Para o PRONAF são considerados como agricultores familiares aptos ao benefício do programa, aqueles que utilizem mão-de-obra familiar, e tenham até dois empregados permanentes, isto é, independentes de serem eles proprietários, assentados, posseiros, arrendatários, parceiros ou meeiros, devem possuir áreas entre quatro e seis módulos fiscais⁴, e no mínimo 80% (oitenta por cento) da renda bruta familiar anual deve ser proveniente da atividade agropecuária e não-agropecuária exercida no estabelecimento. O agricultor familiar também deve residir na propriedade ou em localidades próximas.

De acordo com a normas estabelecidas juridicamente e implementadas pelo BACEN e pelo CMN, na concessão do crédito do PRONAF, as instituições financeiras podem exigir algumas garantias dos produtores, podendo estas ser negociadas entre o financiado e o financiador. Estas pode ser feitas através de aval ou fiança, ou envolvendo bens reais, como propriedades, máquinas, equipamentos, animais e a própria produção. O penhor da safra, a hipoteca e a alienação fiduciária de um bem são exemplos de garantias reais. Nas operações dos Grupos “A”, “A/C” e “B” a única garantia que o Banco pode exigir é pessoal e somente do produtor que solicita o crédito, ou seja, basta a assinatura do tomador do crédito se comprometendo em pagar o crédito. Para uma menor exigência de garantias o produtor deve ter um cadastro sem restrições e apresentar um plano ou projeto produtivo a ser financiado.

Quando é solicitada outra garantia além da assinatura do agricultor, de acordos com as normas do Crédito Rural devem ser solicitadas algumas outras obrigações. Para Custeio: penhor de safra; aval; adesão ao Seguro da Agricultura Familiar – SEAF (Proagro Mais). Para os financiamentos de investimento do PRONAF, as garantias que a norma do crédito rural recomenda aos bancos são preferencialmente: penhor cedular, alienação fiduciária do bem financiado.

Os bancos podem solicitar outras garantias, além das que a norma do crédito rural define como “preferenciais”, mas não exclusivas, para o PRONAF. São: o aval solidário, o fundo de aval ou fundo garantidor e a hipoteca. São também analisados o histórico do agricultor e de sua família; sua capacidade de pagamento; o limite de endividamento; a capacidade gerencial,

⁴ Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; e conceito de propriedade familiar, da Lei nº 8.629/93.

técnica e mão-de-obra da família; risco de morte do tomador do financiamento; a existência de doenças; e o excesso de dívidas.

A assistência técnica é facultativa no crédito PRONAF, raramente exigida nas operações de custeio mas freqüente em operações de investimento. Os agentes financeiros, bancos e cooperativas, poderão, sempre que julgarem necessário, requerer a prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), como condição para o financiamento do projeto. Os serviços de ATER no crédito PRONAF devem compreender o estudo técnico, representado pelo plano simples, projeto ou projeto integrado e a orientação técnica a nível de imóvel ou agroindústria. Devem ainda contemplar, no mínimo, o tempo necessário à fase de implantação do projeto, limitado ao máximo de 4 anos e no caso das agroindústrias, devem contemplar aspectos gerenciais, tecnológicos, contábeis e de planejamento.

Os contratos do Crédito Rural do PRONAF financiam projetos individuais ou coletivos, devem gerar renda e os recursos empregados no seu pagamento retornam para novos empréstimos. Este mecanismo de incentivo à produção não é o “pagamento de uma dívida social”, é uma política dirigida, focada, que incentiva as famílias agricultoras e estimula o sentido de responsabilidade. As famílias agricultoras que contratam financiamentos do PRONAF têm uma das menores taxas de inadimplência entre todos os sistemas de crédito brasileiros, em torno de 2,5% (BRASIL, 2008c).

Ainda de acordo com o MDA, os recursos do PRONAF vem sendo distribuído em todo o território nacional, tendo em 2008, cerca de dois milhões de famílias inseridas. As taxas de juros cobradas são menores em relação ao mercado financeiro, sendo o alcance às famílias de baixa renda, em torno de 60% em operações realizadas. São focalizados subsídios aos mais descapitalizados e acesso as fontes do Sistema Nacional de Crédito Rural, além do Orçamento Geral da União (OGU); compartilhamento dos custos e do risco com o sistema financeiro e a União; dinâmica consolidada de construção dos Planos de Safra em parceria e diálogo com os movimentos sociais rurais.

A partir de julho de 2008 foram implementadas algumas modificações na concessão do crédito do PRONAF. A solicitação MDA junto ao Conselho Monetário Nacional (CMN) foi resultado das demandas de movimentos sociais dos agricultores familiares, de extensionistas rurais e dos agentes financeiros em tornar as mais regras mais simples. A medida traz entre as

mudanças a extinção dos grupos C, D e E do PRONAF, constituindo uma única categoria intitulada Agricultura Familiar. As taxas de juros foram reduzidas, sendo que para os financiamentos de custeio, as taxas ficam entre 1,5% e 5,5% ao ano (variavam entre 3% e 5,5% para esses grupos extintos). Já as operações de investimento os juros ficam entre 1% e 5% anuais, sendo antes entre 2% e 5,5% ao ano.

Os grupos A (crédito para a reforma agrária) e B (microcrédito rural) não foram alterados, permanecendo. As linhas especiais (como PRONAF Floresta e PRONAF Jovem, entre outras) continuam a existir, mantendo os enfoques sociais e ambientais do Programa e as mesmas taxas de juros e limites de financiamento das linhas normais, sendo que estas foram reduzidas para: PRONAF Agroecologia, PRONAF Mulher, PRONAF Floresta e PRONAF Agroindústria, que passaram a ter taxas entre 1% e 2% ao ano, enquanto variavam entre 2% e 5,5% anuais. O Quadro 14 apresenta de forma resumida, os juros do PRONAF para custeio e investimento, após a última modificação de 2008.

Quadro 14 - Contratos de Custeio e Investimento – PRONAF, 2008

Para contratos de Custeio		Para contratos de Investimento	
Financiamento	Taxa de juros/ano	Financiamento	Taxa de juros/ano
Até R\$ 5 mil	1,5%	Até R\$ 7 mil	1,0%
De R\$ 5 mil a R\$ 10 mil	3,0%	De R\$ 7 mil a R\$ 18 mil	2,0%
De R\$ 10 mil a R\$ 20 mil	4,5%	De R\$ 18 mil a R\$ 28 mil	4,0%
De R\$ 20 mil a 30 mil	5,5%	De R\$ 28 mil a R\$ 36 mil	5,5%

Fonte: BRASIL, 2008c

Analisando a abrangência do PRONAF, no que se refere à evolução no Brasil, no número de contratos e montante de créditos concedidos, conforme o Quadro 15 verifica-se em termos absolutos, que, entre 2000 e 2007, houve um aumento de 749.451 do número de contratos, com uma taxa de crescimento de 77,28%. Quanto ao montante de créditos concedidos observa-se uma elevação superior a de R\$7 bilhões, crescendo a uma taxa de 324,74%. Quanto à evolução no número de contratos e montante de créditos concedidos por modalidade, obtêm-se um percentual de 66,47% do número de créditos concedidos para custeio e, 33,5% para investimento, em 2007. O crédito custeio cresceu a uma taxa de 48,1% e o crédito de investimento 181,46%, entre 2000 e 2007.

Quadro 15 - Número de Contratos e Montante do Crédito Rural do PRONAF por modalidade e ano Fiscal - Brasil: 2000/2007

Ano	Modalidade	Contratos	Montante (R\$ 1,00)
2000	Custeio	757.536	1.392.128.098,16
	Investimento	212.191	796.506.905,16
2001	Custeio	723.754	1.444.733.759,65
	Investimento	186.712	708.617.499,13
2002	Custeio	677.730	1.419.748.414,51
	Investimento	275.517	985.102.355,47
2003	Custeio	860.730	2.364.895.617,35
	Investimento	277.382	1.442.003.628,12
2004	Custeio	1.049.840	3.567.451.968,60
	Investimento	561.623	2.194.024.027,51
2005	Custeio	983.377	3.601.591.284,30
	Investimento	687.806	2.802.598.845,02
2006	Custeio	1.024.673	4.574.476.983,96
	Investimento	833.370	3.526.979.300,30
	Outros Custeios	5	87.415,63
2007	Custeio	1.121.937	6.428.019.104,35
	Investimento	597.241	2.868.010.961,61
Total:		10.831.424	40.116.976.169

Fonte: BRASIL, 2008c

Para o estado da Bahia, em termos absolutos o número de contratos do PRONAF aumentou em 56.203 entre 2000 e 2007, crescendo a uma taxa de 97,82%, conforme a Quadro 15. Quanto ao montante de créditos concedidos, durante este período houve um aumento de mais de R\$281 milhões, apresentando uma taxa de crescimento de 223,61%. Ou seja, o Estado obteve uma evolução do Programa superior ao percentual nacional, embora tenha apresentado uma diminuição do total de créditos concedidos no ano de 2007.

Quadro 16 - Número de Contratos e Montante do Crédito Rural do PRONAF por Ano Fiscal Bahia e Extremo Sul : 2000-2007

Ano	Bahia		Extremo Sul	
	Número de Contratos	Montante (R\$ 1,00)	Número de Contratos	Montante (R\$ 1,00)
2000	57.455	125.811.560,78	1.082	8.019.085,76
2001	71.908	105.265.904,50	514	3.744.803,04
2002	87.487	119.987.701,26	627	3.341.254,93
2003	84.211	172.365.901,16	1.544	6.434.713,72
2004	137.350	313.103.572,43	3.810	12.864.323,43
2005	142.731	365.018.982,31	4.588	16.992.147,86
2006	152.018	465.029.859,10	6.663	22.824.605,48
2007	113.658	407.143.908,38	5.832	21.230.152,39
Total	846.818	2.073.727.389,92	24.660	95.451.086,61

Fonte: BRASIL, 2008c

No Território do Extremo Sul da Bahia, entre 2000 e 2007, o número de contratos firmados do PRONAF cresceu, em termos absolutos com 4.750 empréstimos, a uma taxa de 439%.

Este dado evidencia que embora a concessão de créditos neste Território seja bastante tímida, ainda assim evoluiu significativamente. Do total de créditos concedidos no Estado, o Território responde por 5,13% em 2007. O montante de financiamento, em 2007, cresceu a uma taxa de 165%, representando 5,2% do Estado.

O papel desempenhado pelo PRONAF no Extremo Sul baiano é bastante relevante, podendo-se inferir que a participação da agricultura familiar deve ter se fortalecida com o apoio do crédito governamental. Porém, observa-se uma redução da participação dos agricultores familiares não incorporados às atividades silvícolas e de produção de celulose, nos espaços onde antes eles atuavam. Portanto, este Território caracteriza-se pela contradição de apresentar em um mesmo espaço propriedades rurais na forma patronal com cultivos mecanizados e integrados a grandes projetos agroindustriais, ao passo que as pequenas propriedades vêm diminuindo quanto à ocupação do espaço. As unidades familiares não integradas a este processo de “modernização conservadora” necessitam de uma efetiva ação de políticas públicas, para reinserirem-se no mercado produtivo.

Segundo Guanziroli (2007), o PRONAF causou um impacto considerável na agricultura brasileira nos últimos anos. Por esse motivo, e por se tratar também de um programa oneroso, em termos financeiros para a sociedade, ele deve ser permanentemente revisto, avaliado e aperfeiçoado de forma a que não perca sua característica original de proteger de forma eficiente um segmento da população rural que tem uma importante participação na vida nacional. Um dos principais impactos foi o de permitir que os agricultores familiares investissem em sua atividade e ampliassem as áreas plantadas. No entanto, este autor critica o programa quanto à capacidade de pagamento de crédito por parte dos beneficiados, que não parece ter sido assegurada convenientemente pelas autoridades, já que precisaram conceder contínuas renegociações e resseguros.

Para Correa; Silva (2001), no universo considerado como sendo o de agricultores familiares, o grupo mais economicamente integrado tem recebido os benefícios desta integração, fazendo parte do processo de modernização conservadora, conseguindo adicionalmente a inclusão bancária. Até mesmo os agricultores menos integrados foram agraciados com os recursos ofertados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), como também do processo de modernização.

A consolidação de diversos instrumentos de políticas voltadas ao desenvolvimento agrícola deve levar em consideração a realidade concreta da dinâmica, em que estão inseridas, a cada momento, as diferentes cadeias produtivas, afetadas por outros fatores externos deste dinamismo, e que muitas vezes são responsáveis por rápidas transformações. Deve-se ressaltar, portanto, que entre os agricultores familiares há uma considerável diversidade do ponto de vista econômico e social, exigindo que o Estado formule e execute suas políticas em função dessa diversidade, para que se alcancem novos patamares de crescimento com distribuição de renda e inclusão social.

Embora, o PRONAF busque atingir ao maior número possível de agricultores familiares, este alcance ainda está longe do ideal. Dentre as causas, uma das mais relevantes é a obediência devida ao sistema de crédito financeiro, cujas exigências, dificultam a inserção dos produtores mais pobres. Mesmo com a ação subsidiada do programa e com a definição de diferentes grupos e categorias de famílias, para muitos produtores ainda existem barreiras, principalmente quanto à capacidade de pagamento. E, é neste contexto, que ações privadas como o Programa Produtor Florestal, desenvolvido pela empresa Veracel Celulose no Território do Extremo Sul da Bahia, vêm ganhando espaço, como uma alternativa de financiamento, assistência técnica renda e emprego.

4.2.2 Programa Produtor Florestal – PPF da Veracel Celulose

O processo de modernização da agricultura foi principalmente viabilizado por políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de uma agricultura moderna e competitiva. As políticas governamentais tradicionalmente voltam-se à grande e média propriedade ao privilegiar os produtos exportáveis, incentivando o uso de máquinas, equipamentos e agroquímicos. As pequenas propriedades que mais se inserem neste contexto são as que têm sua produção integrada à agroindústria. Este é o caso do Extremo Sul baiano que recebeu incentivos governamentais para a produção de eucalipto voltada às indústrias de papel e celulose.

A disseminação de maciços florestais no Território, além dos incentivos governamentais, se deu por iniciativa das empresas de eucalipto (Bahia Sul e Veracel Celulose), através do Programa de Fomento Florestal a fim de expandir suas áreas plantadas de eucalipto junto a pequenos e médios proprietários rurais no Território. Desta forma, as empresas têm argumentado ser esta, uma alternativa ao uso da terra e de geração de renda para os pequenos

agricultores. Ao mesmo tempo, o fomento reduz a necessidade de aquisição de novas terras para o plantio do eucalipto, viabilizando a produção de madeira para a indústria também por parte de terceiros.

O Programa Produtor Florestal da Veracel Celulose foi criado em 2003, no Território do Extremo Sul da Bahia e em alguns municípios próximos. É uma iniciativa para o cultivo de eucalipto por meio de fomento, a integração de produtores locais e o fornecimento de parte da madeira utilizada pela fábrica. De acordo com a Veracel (2007), este programa visa também a diversificação de renda do produtor.

Para a operacionalização do programa, a Veracel fornece mudas, financiamento da produção e tecnologia, com o comprometimento de adquirir toda produção, pagando para isso, o preço de mercado na época do corte. Em contrapartida, o produtor vende madeira à empresa de forma exclusiva. O programa encerrou 2007 com 100 contratos, de 76 fomentados, representando um investimento de quase R\$9 milhões e com mais de 16 mil hectares de plantações de eucalipto, em dez municípios do Estado da Bahia (Quadro 17). O objetivo é suprir uma demanda de 20% da madeira da fábrica, a partir de 2009.

Ao se comparar o número de contratos realizados nos anos de 2003 e 2007, observa-se uma queda em 18 contratos. No entanto, esses contratos são cumulativos, uma vez que o período de corte da madeira é de 7 anos, ou seja, esses contratos ainda estão vigentes, podendo ser renovados. Verifica-se também que os dados de 2008 apresentados só foram contabilizados até o mês de agosto e já se aproximava do número de contratos de 2007.

Quadro 17 - Números de Contratos do Programa Produtor Florestal – Veracel Celulose S/A, Extremo Sul da Bahia e proximidades. 2003-2008

Ano	Contratos	Área de Plantio (ha)
2003	29	5.897,49
2004	25	4.063,65
2005	5	1.326,48
2006	29	3.521,29
2007	11	1.699,39
2008*	16	1.338,46
Total	115	17.846,76

Fonte: VERACEL CELULOSE, 2008.

*Dados até 08/2008.

O Programa Produtor Florestal (PPF), segundo a Veracel Celulose (2007), representa uma alternativa de uso de terras e geração de renda para os Territórios Sul e Extremo Sul da Bahia. Essa fonte de suprimento de madeira permite a criação de oportunidades de trabalho para a mão-de-obra rural das localidades. Além disso, assegura o retorno financeiro aos produtores e gera aumento da arrecadação de impostos municipais. Segundo informações da Veracel (2008), as propriedades para fazerem parte do Programa são licenciadas e possuem, em média, 500 hectares de área, dos quais apenas 160 hectares de plantio de eucalipto, tornando possível o cultivo de outras culturas.

Para a integração ao Programa, os produtores devem seguir as legislações trabalhistas, fiscal, previdenciária e ambiental vigentes. A implantação das áreas de plantio de eucalipto precisa ocorrer mediante licenciamento, de acordo com as exigências dos órgãos responsáveis. O planejamento e o uso da ocupação do solo têm que atender ao cumprimento da legislação ambiental e do código florestal, respeitando as áreas de preservação permanente, de reserva legal e de remanescentes de Mata Atlântica. O plantio deve ser realizado em forma de mosaico, como demais cultivos da Veracel, que segundo a empresa contribui com a preservação e fortalece a interligação de fragmentos de mata, favorecendo a biodiversidade.

De acordo com a legislação ambiental vigente, Reserva Legal (RL) é a área localizada no interior de uma propriedade rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e à reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas (art. 1º, da Lei 4.771/65). Constitui-se em uma área de no mínimo 20% da propriedade ou posse rural, composta por vegetação nativa e que deve ser declarada como reserva obrigatória de acordo com o código florestal de 1965. Mesmo que a propriedade seja vendida não poderá ter a área de reserva utilizada para outros fins.

O principal benefício em se ter uma Reserva Legal para o produtor é a dedução do pagamento de Imposto Territorial Rural (ITR), relativo às áreas de reserva legal ou outras áreas de interesse ecológico. Outra vantagem é a diminuição da possibilidade da propriedade ser considerada improdutiva, assim destinada a Projetos de Reforma Agrária. E por fim, os proprietários com áreas de reserva legal (serviço florestal) acima de 20% podem ter vantagem financeira por meio de arrendamento das áreas, desde que aprovado pela Superintendência de Biodiversidade, Florestas e Unidades de Conservação (SFC) do estado da Bahia.

As Áreas de Proteção Ambiental (APPs) são definidas como áreas que devem ser permanentemente preservadas, só podendo ser suprimidas em casos especiais. Segundo a Medida Provisória 2.166-67/01, a definição de APP é:

Área protegida nos termos dos artigos 2º e 3º desta Lei 4.177/65, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. (BRASIL, 2008a)

O Código Florestal brasileiro de 1965 estabelece que as APPs são aquelas localizadas ao redor de lagos e ao longo de rios, e variam com a largura de cada um. O fato de inexistir cobertura vegetal nas propriedades não implica que os proprietários não instaurem suas áreas de reserva e APPs.

A legislação ambiental brasileira estabelece que são passíveis de licenciamento a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos potencialmente poluidores, bem como atividades capazes de causar degradação ambiental. Na Bahia, o processo de obtenção de licenças, inicia-se no Centro de Recursos Ambientais (CRA), ou nos municípios aptos à liberação de licenças ambientais. Após apresentação dos projetos, estes são classificados de acordo com a sua natureza, porte e tecnologias empregadas.

Portanto, a plantação de eucaliptos deve seguir legislação federal, estadual e municipal. A empresa e alguns estudiosos de caráter desenvolvimentista afirmam que o desenvolvimento das atividades florestais sem o atendimento das leis é impossível devido à forte fiscalização de órgãos como o IBAMA, estando eles sujeitos à fortes penalidades. No entanto, outros estudiosos, a imprensa e representantes da sociedade apontam que as plantações avançam sobre áreas de proteção.

Analisando a Quadro 18, têm-se a distribuição espacial dos cultivos de eucalipto desenvolvidos pelo PPF. Os principais municípios produtores fomentados são Belmonte, Eunápolis e Porto Seguro, respondendo por 21,16%, 17,42% e 14,45% de áreas plantadas, respectivamente.

Quadro 18 - Área Plantada por município Programa Produtor Florestal – Veracel Celulose, Extremo Sul da Bahia e proximidades. 2003-2008

Municípios	Área Plantada (ha)
Belmonte	3.776,92
Eunápolis	3.108,75
Porto Seguro	2.578,10
Itagimirim	2.377,84
Santa Cruz Cabrália	2.101,97
Mascote	1.357,48
Itabela	1.343,98
Guaratinga	720,16
Canavieiras	320,79
Itapebi	160,77
Total	17.846,76

Fonte: VERACEL CELULOSE, 2008

*Dados até 08/2008

Segundo a metodologia do PPF, a empresa fornecedora do fomento (Veracel) tem as seguintes obrigações para com os produtores rurais:

- I. Oferecer assistência técnica em todas as fases do cultivo do eucalipto, auxiliando e orientando quanto à regularização ambiental e cumprimento das condicionantes do licenciamento;
- II. Repassar todas as informações tecnológicas e dirimir dúvidas na sua execução;
- III. Antecipar aos fomentados, futuros vendedores de madeira, recursos financeiros para o pagamento das operações, sendo apropriados e transformados em m³ (metros cúbicos) de madeira, tomando como parâmetro o preço do m³ (metro cúbico) de madeira sem casca, “posto fábrica”, vigente na época da antecipação.
- IV. Fornecer o herbicida necessário para consecução das capinas químicas, na quantidade que, mediante critérios técnicos, vier a ser determinada pelo supervisor da Veracel;
- V. Realizar, às suas expensas e custo exclusivos, “Inventário Florestal Pré-corte”, que deverá ser acompanhado pelos produtores parceiros;
- VI. Efetuar o pagamento da madeira conforme a entrega na fábrica, realizados mensalmente, através de depósitos bancários aos produtores, após a conferência e a confirmação dos volumes entregues;
- VII. Ausentar os vendedores integralmente dos valores referentes aos insumos incentivados desde que entregue à Compradora os 97% da madeira produzida;
- VIII. Garantir produtividade mínima de 252 m³/ha e preço mínimo (igual ao praticado na época de fechamento do contrato).

O Programa Produtor Florestal da Veracel implica para esta empresa a compra da madeira, o financiamento dos recursos necessários à plantação e manutenção, além da compra da madeira produzida e dos serviços de assistência técnica. Os produtores rurais integrantes do Programa além de obedecerem à legislação rural e ambiental, também têm algumas obrigações, assim com as prestadoras de serviços:

- I. Exercer vigilância quanto a seus animais e de terceiros de forma que não adentrem nas áreas plantadas com eucalipto e áreas de preservação ambiental (RL e APP);
- II. Reconhecer que os recursos financeiros antecipados são classificados como compra antecipada da madeira que deverá ser entregue à Veracel;
- III. Entregar à Veracel a quantidade de madeira equivalente, em m³ (metro cúbico), às antecipações financeiras realizadas e ao fornecimento de insumos financiados (herbicidas);
- IV. Entregar à Veracel, no prazo de 15 dias após a assinatura do contrato, cópia do contrato com a empresa prestadora de serviços;
- V. Vender a Veracel 97% (noventa e sete por cento) do volume total da madeira que vier a ser efetivamente colhida da floresta clonal de eucalipto, na sua primeira colheita, cuja madeira, descascada, deverá ser entregue entre o sexto e o oitavo ano pós-plantio;
- VI. Entregar a madeira livre da presença de produtos contaminantes, tais como plásticos, metais, pedras, couros, madeira queimada ou deteriorada, fungos, cascas e outros resíduos orgânicos;
- VII. Recolhimento de todos os tributos que recaiam sobre o imóvel rural objeto do presente contrato;
- VIII. Permitir a vistoria e acatar a supervisão e as recomendações técnicas do supervisor da Veracel;
- IX. Conduzir o imóvel e as áreas de plantio, garantindo sua integridade física contra ocorrência de incêndio, ataques de insetos e invasão de animais, bem como a obedecerem fielmente à legislação ambiental (municipal, estadual e federal), o Código Florestal Brasileiro e as condicionantes específicas ao licenciamento ambiental;
- X. Não interferir de qualquer modo em áreas de florestas nativas primárias ou secundárias, de reserva legal ou de preservação permanente, em cursos d'água, nascentes e áreas com declives superiores a 30%;
- XI. Não perseguir, caçar ou capturar animais silvestres de qualquer espécie, assim como proceder com maus tratos;
- XII. Não utilizar fogo, sem a expressa autorização do órgão ambiental competente;

- XIII. Não utilizar motos serras sem as respectivas licenças de uso e porte, expedida pelo órgão ambiental competente;
- XIV. Não retirar material vegetal de remanescentes da mata atlântica, ou utilizá-lo de qualquer modo e a qualquer pretexto, bem como utilizar como áreas de manobra ou deposição de materiais;
- XV. Não derramar óleos e combustíveis;
- XVI. Não deixar que recaia sobre o contrato qualquer tipo de ônus, judicial ou extrajudicial, resultante de dívida imputável aos mesmos e/ou seu imóvel rural, a exemplo de penhora, hipoteca;
- XVII. Fornecer às Empresas Prestadoras de Serviços (EPSs), todas as informações, plantas e documentos que se fizerem necessários à realização dos serviços ;
- XVIII. Fornecer as EPSs por sua exclusiva conta e ônus, as mudas, as formicidas (isca), os adubos (fosfato, MAP e NPK), o gel e os herbicidas (pré e pós-emergentes), e outros insumos que se fizerem necessários no decorrer da realização dos serviços. Os insumos deverão ser fornecidos nas quantidades, qualidades e prazos indispensáveis;
- XIX. Efetuar as devidas retenções dos impostos incidentes sobre o presente contrato de prestação de serviços, conforme legislação em vigor;
- XX. Preparar com antecedência as estradas de acesso a área de plantio, uma vez que só será inicializado o serviço pela prestadora após confirmação das boas condições de trafegabilidade de máquinas e veículos diversos (leves e pesados) durante toda a vigência dos serviços, mesmo no período das chuvas.
- XXI. Liberar as áreas livres de cercas internas e/ou instalações que comprometam a realização das operações;
- XXII. Providenciar todas as autorizações, permissões, concessões e licenças que se fizerem necessárias para a consecução do projeto, impostas pela legislação ambiental e normas em vigentes;

Após a descrição do Programa pode-se inferir o quanto, este pode ser atrativa aos produtores da região. Potencialmente, também, devido à contratação das empresas prestadoras de serviços, a expansão da oferta de postos de trabalho. Praticamente, os produtores não têm trabalho com a produção, vão receber de acordo com o valor de mercado da madeira à época do corte. De acordo com a Veracel, podem antecipar por ano, cerca de 1% do valor previsto em contrato, de acordo com a área planta e tais antecipações são descontadas a juros abaixo dos cobrados pelo Sistema de Crédito Fundiário, e até mesmo pelo PRONAF. A principal

dificuldade apontada é que a propriedade atenda a legislação ambiental e rural vigente. A meta da Veracel é expandir até o final de 2009 a produção de eucalipto através do Programa Produtor Florestal, ficando este responsável por 20% de toda a produção.

De outro lado, este Programa é uma alternativa da empresa, no sentido de expandir cada vez mais a produção de eucalipto, haja vista, que além das grandes propriedades da Veracel, ainda existe o incremento de produção proveniente dos fomentos. Tal iniciativa sempre traz, incluso, um discurso desenvolvimentista, isto é, uma propaganda das empresas - alegando que o programa gera renda e emprego para o território - a fim de eliminar a péssima imagem que boa parte da sociedade, a exemplo de ONGs ambientalistas, têm da indústria de papel e celulose.

Deste modo, vale destacar que os agricultores adotam o programa de fomento da Veracel e plantam eucalipto porque carecem de fomento e assistência. Portanto, o problema é a ausência de uma política agrícola, o que impossibilita a assistência e um fomento consciente aos produtores. De acordo com Silva; Souza (2001), a consequência disto, é que os trabalhadores do campo não possuem as informações necessárias, ficando desta forma “reféns” destas propostas que chegam até eles.

5 ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA DO EUCALIPTO: O CRÉDITO PRONAF E O PROGRAMA DE FOMENTO DA VERACEL CELULOSE

Independente dos impactos sociais, econômicos e ambientais do eucalipto, o seu cultivo, seja sob a forma de monocultura, ou dividindo espaço com outros produtos agrícolas, vem se expandindo largamente no Território do Extremo Sul da Bahia. As empresas produtoras de papel e celulose, dependentes desta matéria-prima planejam expandir suas atividades, e assim, aumentar as áreas plantadas de silvicultura. Portanto, deve-se reconhecer o relevante papel desempenhado pelo setor, em seus aspectos sociais e para a economia deste espaço. E esta recente atividade tem sido uma alternativa de investimento aos produtores rurais do Extremo Sul baiano, reforçada pela oferta de Programas de Fomento aos interessados na produção de eucalipto.

5.1 METODOLOGIA

Esta etapa da pesquisa baseia-se nos resultados alcançados durante uma pesquisa de campo, realizada no Município de Eunápolis, no Extremo Sul da Bahia. Primeiramente, buscou-se compreender as ponderações de alguns informantes qualificados sobre o avanço do eucalipto e a ação da Veracel Celulose.

Foram também levantados os custos e receitas da produção de madeira de eucalipto para a produção de celulose de uma unidade produtora no Território, classificada como familiar, no sentido de verificar sua viabilidade econômica. A análise de viabilidade econômica de projetos florestais consiste em uma ferramenta básica para determinar se este tipo de investimento é ou não viável do ponto de vista desta análise tomando como comparativo os diferentes tipos de crédito rural disponíveis aos agricultores familiares, ou seja, PRONAF Floresta e o Programa Produtor Florestal (PPF).

A partir desses dados foi elaborada uma análise de sensibilidade nos resultados encontrados, através das principais variáveis econômicas ou considerações técnicas, utilizando-se o Valor Presente Líquido (VPL) e a Taxa Interna de Retorno (TIR), tendo o horizonte temporal de 20 anos para a elaboração do fluxo de caixa.

5.1.1 Descrição da Pesquisa de Campo

Em 2008, foi realizada uma pesquisa de campo no Município de Eunápolis, onde está localizada a unidade de produção da Veracel Celulose, sendo esta, estendida a visitas em propriedades rurais nos municípios de Guaratinga e Itabela, pertencentes ao Território do Extremo Sul baiano. Foram realizadas entrevistas com representantes da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA); do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Eunápolis; do Sindicato dos Produtores Rurais de Eunápolis; e da Veracel Celulose S/A, núcleo do Programa Produtor Florestal (PPF). Além de visitas à Fazenda Lembrance, produtora de café, mamão, e mais recentemente de eucalipto, e à Fazenda Boa Esperança, sendo esta a unidade de produção familiar, objeto do presente estudo de caso.

Durante estas entrevistas pôde-se perceber a visão dos informantes, representantes da empresa e instituições citadas, acerca do avanço do eucalipto e da implantação da indústria de celulose, e suas implicações para a economia, para a sociedade e para o meio ambiente deste espaço.

A chegada da Veracel ao Extremo Sul da Bahia acarretou em uma série de expectativas às comunidades locais, principalmente no que se refere à geração de emprego e renda, tanto no meio rural, quanto no urbano, e melhorias na infra-estrutura local, formando diferentes opiniões a respeito. Buscando apreender este sentimento foram analisados os pareceres de representantes dos produtores agrícolas, dos trabalhadores rurais, de uma instituição pública de desenvolvimento agrícola e da indústria de celulose. Estes informantes foram questionados quanto à estrutura fundiária, as atividades econômicas mais importantes do Território, e sobre os pontos positivos e negativos da cultura do eucalipto e da instalação da Veracel Celulose. Os resultados desta pesquisa estão demonstrados no Quadro 19.

À exceção da direção do Programa Produtor Florestal da Veracel, os informantes selecionados para esta pesquisa percebem a chegada da empresa e a disseminação da silvicultura como responsável pelo processo de concentração fundiária, e por alguns problemas sociais, como expulsão do homem do campo; diminuição do número de pequenas propriedades; perda de renda rural; inchaço dos centros urbanos; favelização; e elevação dos índices de violência.

Quadro 19 - Resultado da Pesquisa de Campo – Entrevistas aos Informantes Qualificados

Temática	Descrição			
	Gerente Local EBDA	Presidente e Assessor do STR	Presidente Sindicato dos Produtores Rurais	Diretor do Programa Produtor Florestal da Veracel Celulose
Estrutura Fundiária	A Veracel adquiriu grandes quantidades de terras, de pequenos e grandes proprietários, favorecendo o processo de concentração fundiária e a elevação nos preços da terra.	Compra de grandes propriedades e em menor medida de pequenas unidades, contribuindo para a concentração fundiária e dificultando a viabilização de projetos de Reforma Agrária.	O eucalipto intensificou o processo de concentração de terras	A plantação de eucalipto demanda grandes extensões de terra, sendo necessário a aquisição das mesmas. O processo de concentração é anterior à chegada da Veracel, causado pela a pecuária e outras monoculturas.
Atividades Agrícolas	Café, bovinocultura de corte, mamão e eucalipto	Fruticultura (enfraquecida), cana-de-açúcar, bovinocultura de corte, café e eucalipto. As atividades potenciais são: a produção de farinha, cultivos de ciclo curto (melancia e abóbora), feijão e bovinocultura de leite.	Café, cadeia completa da bovinocultura, fruticultura (enfraquecida pelo mamão), seringueira, culturas de ciclo curto (melancia e abóbora).	Café; bovinocultura e eucalipto.
Atividades Não-Agrícolas	Comércio (alimentos, vestuário e eletrodomésticos) e indústria de celulose.	O extrativismo da piaçava, a pesca, o comércio e a indústria de celulose.	Comércio	Comércio e indústria.
Pontos Positivos	Emprego urbano; melhorias na infraestrutura do município de Eunápolis e municípios próximos, devido ao aumento da arrecadação de impostos; o eucalipto não causa todos os impactos ambientais apontados.	Os representantes não apontaram pontos positivos, mesmo reconhecendo a elevação do PIB municipal.	Arrecadação de impostos, construção e melhoria das estradas, porém em benefício da Veracel.	Geração de emprego e renda; melhorias na infra-estrutura urbana; integração dos pequenos produtores; recuperação de áreas degradadas; valorização das terras; oferta de fomento rural; dinamização da economia; doação e venda de sobras de madeira para as madeireiras e serrarias; e iniciativas ao desenvolvimento social.
Pontos Negativos	Impactos ambientais negativos: fala-se em plantações de eucaliptos em áreas de reserva legal e em Unidades de Conservação; perda de renda rural; êxodo rural; inchaço das cidades; favelização; e violência urbana.	Êxodo rural; perda de renda rural; violência; favelização; prostituição; perda das propriedades do solo, avanço sobre a Mata Atlântica; o PPF só beneficia as grandes propriedades; fechamento das madeireiras e das carvoarias; oferta de empregos não-qualificados; a agricultura familiar não cumpre com a sua função social, elevação nos preços das terras; enfraquecimento do comércio.	Inchaço das cidades, violência urbana; desrespeito ao meio ambiente; enfraquecimento da agricultura; a mão-de-obra local utilizada é desqualificada; fechamento das serrarias, carvoarias e madeireiras; enfraquecimento do comércio de produtos agropecuários; desemprego rural e urbano; esgotamento das terras; péssimas perspectivas quanto ao PPF; pouca contribuição sócio-econômica; não atendeu às expectativas de empregos.	À atividade silvícola e de produção de celulose não são apontados aspectos negativos, mas sim às críticas sofridas, principalmente às atribuições de não observância das leis ambientais, que segundo a empresa são rigorosamente atendidas, mesmo porque são rigidamente fiscalizados pelos órgãos competentes.

Fonte: Pesquisa de Campo, Eunápolis, 2008

Também são apontados: a inviabilidade de Projetos de Reforma Agrária causada por estas atividades; o enfraquecimento da agricultura tradicional local; perdas de postos de trabalho; devido ao fechamento de madeireiras, serraria e carvoarias; e a implantação de maciços de eucalipto sobre áreas de proteção e conservação da Mata Atlântica.

Por outro lado, a empresa se defende, afirmando que as atividades fomentadas pela sua implementação no Território, têm contribuído para a geração de emprego e renda, para a recuperação de áreas degradadas pela agricultura e pecuária, por benefícios à infra-estrutura urbana e pela inserção do Extremo Sul baiano à lógica da economia de mercado, e com capacidade competitiva. Afirmam ainda que os setores de comércio e serviços foram alavancados.

No que se refere aos pontos positivos são apontados pela pesquisa: o aumento do PIB municipal; elevação na arrecadação de impostos; e da realização de algumas melhorias de infra-estrutura, principalmente melhorias e aberturas de estradas, mesmo feitas em benefício da Empresa. Segundo os informantes, as atividades econômicas agrícolas mais importantes no Território são: o café; a fruticultura, embora enfraquecida pelo eucalipto e pelo mamão; o eucalipto; a bovinocultura de corte; e as culturas de ciclo curto, como a melancia e abóbora. Neste campo existem perspectivas de crescimento do feijão, da farinha (produto beneficiado); da seringueira; e pecuária leiteira. Quanto às atividades não-agrícolas, predominam o comércio, em especial de alimentos, e a indústria de papel e celulose.

Portanto, ficam evidenciadas as insatisfações e frustrações quanto à implantação destas atividades silvícolas e industriais. No entanto, apesar das críticas sofridas, não deixa de ser reconhecida a relevância que estas atividades representam para a economia e para a infra-estrutura do município de localidades próximas integrantes deste processo de produção.

5.1.2 Estudo de Viabilidade Econômica da Produção de Eucalipto – Materiais e Métodos

O estudo de viabilidade econômica e financeira consiste em verificar se um determinado projeto trará retornos que compensem os custos com investimento, assim como o tempo e trabalho despendido. Segundo Buarque (1991), as atividades econômicas realizadas pelas diferentes organizações envolvem riscos, podendo obter êxito ou não. O estudo de viabilidade

é uma análise detalhada orientada no sentido de: identificar e fortalecer as condições necessárias para o êxito de um empreendimento; identificar e tentar neutralizar os fatores que possam dificultar o mesmo.

O principal objetivo é a avaliação financeira dos investimentos mediante o uso de critérios que possam indicar a atratividade potencial do projeto e de seus riscos associados. O estudo de viabilidade envolve uma variável não controlável: o futuro, sendo necessária a tomada de decisões baseada em previsões. Desta forma, a avaliação de um empreendimento visa à tomada de decisão que venha a elevar o valor de mercado do empreendimento, ou seja, criar valor para aqueles que estarão aportando capital. No caso do presente estudo, esta análise servirá para identificar se o cultivo de eucalipto para a produção de celulose é viável, simulando duas formas de acesso ao crédito rural, a saber, o financiamento do Programa Produtor Florestal da Veracel e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

Para uma adequada análise de viabilidade econômica é preciso conhecer: a quantidade produzida; as matérias primas e suas quantidades; o processo de produção; mão-de-obra necessária; máquinas e equipamentos e seus valores (aluguel e depreciação, caso o equipamento seja próprio); consumo de energia; comercialização; preço de venda; transporte e preço de frete; impostos e outras contribuições; assistência técnica; fontes de crédito; e taxas de juros sobre financiamento.

É relevante o levantamento do valor dos investimentos a serem realizados e o cronograma de aplicação desses investimentos, além das fontes dos recursos para o financiamento do projeto (capital próprio e de terceiros). Além da determinação da taxa de retorno exigida pelos donos dos capitais que serão aportados no negócio, cuja formação deve ser o resultado da soma da taxa média do mercado financeiro, disponível com um bom grau de certeza, e da taxa de juros compensatória pelos riscos associados ao negócio em estudo, formando, assim, a chamada taxa mínima de atratividade (TMA). A TMA ou Taxa de Desconto representa, a taxa de juros cobrada pelos proprietários do projeto, neste caso produtores, para financiarem o negócio, parcial ou totalmente.

No caso específico deste estudo, cujo objetivo é o levantamento dos custos e receitas da produção do eucalipto e identificar a viabilidade econômica em sete anos, ciclo final da

floresta, pronta para o corte, serão analisados apenas o Valor Presente Líquido (VPL), a Taxa Interna de Retorno (TIR) e a relação Custo-benefício, associadas aos dados levantados durante a pesquisa. O propósito é comparar estes resultados, utilizando duas fontes de recursos: PRONAF e PPF.

O valor presente líquido (VPL) determina o valor presente de pagamentos futuros descontados a uma taxa de juros apropriada, menos o custo do investimento inicial. Basicamente, é o cálculo de quanto os futuros pagamentos somados a um custo inicial estaria valendo atualmente, podendo ser calculado através da equação (1):

$$VPL = C_0 + \sum_{n=1} \frac{C_n}{(1+i)^n} \quad (1)$$

Sendo:

C_0 é o fluxo de caixa feito no período inicial;

C_n é o fluxo de caixa feito no período n ;

n é o número do período em que foi feito determinado fluxo;

i é a taxa de juros corrente ao período n , ou seja, a Taxa de Desconto.

E a análise financeira, por intermédio dos indicadores de viabilidade, mais precisamente o Valor Presente Líquido (VPL) que indica, a partir da TMA, a potencialidade da produção de eucalipto em gerar retornos financeiros, ou seja, gerar lucro econômico. O VPL positivo recomenda a implementação do empreendimento, indicando que, caso as previsões do fluxo de caixa realmente ocorram, este será capaz de devolver o capital aplicado, remunerado a uma taxa de juros equivalente à TMA e ainda criará excedente ao produtor, possibilitando sua continuidade. Igual a zero: o investimento é indiferente pois o valor presente das entradas de caixa é igual ao valor presente das saídas de caixa. Menor do que zero indica que o investimento não é economicamente atrativo porque o valor presente das entradas de caixa é menor do que o valor presente das saídas de caixa. O melhor VPL, indica o melhor investimento.

São importantes também análise da Taxa Interna de Retorno (TIR) e da relação Custo-Benefício. A TIR, é a taxa necessária para igualar o valor de um investimento (valor presente)

com os seus respectivos retornos futuros ou saldos de caixa. Sendo usada em análise de investimentos significa a taxa de retorno de um projeto. Para encontrar o valor da Taxa Interna de Retorno, deve-se calcular a taxa que satisfaz a equação (2):

$$VPL = 0 = InvestimentoInicial + \sum_{n=1} \frac{C_n}{(1 + TIR)^n} \quad (2)$$

Como uma ferramenta de decisão, a TIR é utilizada para avaliar investimentos alternativos. A alternativa de investimento com a TIR mais elevada é normalmente a preferida; também deve se levar em consideração de que colocar o investimento em um banco é sempre uma alternativa. Assim, se nenhuma das alternativas de investimento atingir a taxa de rendimento bancária ou a TMA, este investimento não deve ser realizado. Assim, se a TIR for inferior à remuneração oferecida para cadernetas de poupança hoje no Brasil (0,5 a.m ou 6% a.a.), o investimento não deve ser realizado, pois é preferível aplicá-lo.

A análise custo-benefício da produção de eucalipto se dá pela relação de um fluxo de caixa de custos e benefícios ou receitas, considerando o horizonte de sete anos. O resultado obtido demonstra que a implementação do plano é economicamente viável, sendo necessário um valor maior ou igual à unidade. Ou seja, a relação de custo-benefício é definida pela equação (3) a seguir:

$$\text{Receita Bruta Total}_{7 \text{ anos}} / \text{Custo Total}_{7 \text{ anos}} > \text{ou} = 1,0 \quad (3)$$

Para o cálculo do VPL, da TIR e do Custo-Benefício foram coletados junto à Veracel Celulose e ao produtor rural fomentado, dados relativos a custos de: adequação de área; implantação do eucalipto (mudas, plantio, uso de insumos e irrigação); manutenção (combate a pragas, uso de fertilizantes); corte e beneficiamento da madeira, transporte ou frete. Além dos custos financeiros relativos às taxas de juros de financiamento. Assim como o preço de mercado da madeira que fornecerá a receita bruta da atividade.

5.1.2.1 Análise de Viabilidade Econômica do eucalipto: Financiamento do Programa Produtor Florestal Veracel

O Programa Produtor Florestal da Veracel baseia-se na prática do plantio de florestas para suprimento da fábrica em parceria com proprietários rurais do Território. As atividades de preparo, implantação, manutenção, corte e transporte são realizadas por empresas prestadoras de serviços, credenciadas pela Veracel Celulose. Todo o processo é assegurado através de contrato formal entre o produtor, a Veracel e as prestadoras de serviços.

O financiamento do programa cobre todos os custos de implantação e manutenção da floresta até o final do ciclo, incluindo o corte e transporte, não existindo juros incidentes sobre os valores financiados, pois estes são convertidos em metros cúbicos de madeira ao preço do dia, no ato de sua liberação. As mudas são fornecidas gratuitamente pela Veracel, e o produtor também recebe assistência técnica, desde o preparo do solo até o período do corte.

O preço da madeira será corrigido pelo valor de madeira de eucalipto no Extremo Sul da Bahia, desde a assinatura do contrato, até a entrega na fábrica da madeira descascada, sendo este valor estipulado em metros cúbicos. A receita líquida do produtor será apurada após a entrega da madeira deduzindo os custos de financiamento, também em metros cúbicos.

A partir do 3^o ano de plantio, o produtor pode optar por receber anualmente, em uma única parcela, o adiantamento financeiro ou compra antecipada da madeira na proporção 3 m³ de madeira por hectare de plantio. Segundo a Veracel (2008), este adiantamento representa um fluxo de caixa anual, configurando uma fonte de renda para o produtor durante o ciclo da floresta até a receita pela venda da madeira após sete anos. O valor antecipado é de 1% previsto no contrato.

O Programa também prevê a viabilização do plantio de eucalipto em áreas mais distantes da fábrica, ou seja, superior a 80 km, através do pagamento de um frete adicional agregado ao preço da madeira. Desta forma, áreas mais distantes podem ter maiores retornos e competitividade.

O Quadro 20 demonstra os resultados finais dos indicadores econômicos do projeto de implantação do eucalipto na propriedade em estudo, classificada como familiar, tendo 40

hectares de extensão, tendo 15,83 hectares de área plantada com eucalipto e financiada pelo Programa Produtor Florestal⁴. Verifica-se que a implantação de áreas de cultivo de eucalipto na propriedade é viável do ponto de vista econômico no horizonte temporal de sete anos (tempo de corte), pois de acordo com os resultados das análises de custo-benefício, VPL e TIR, o empreendimento trará retornos futuros.

Os VPLs calculados às Taxas de Desconto de 10% e 12% apresentam resultados positivos, sendo, portanto recomendada a implementação deste investimento. Indica ainda que se as previsões do fluxo de caixa quanto à receita bruta e custos totais se concretizarem, esta produção será capaz de remunerar todo o capital investido (financiado), trazendo lucro ao produtor. Analisando a Taxa Interna de Retorno (TIR) verifica-se que o valor presente aplicado trará um retorno de 37%. E a análise custo-benefício da produção de eucalipto, obtida pela relação receita bruta/custo, demonstra uma proporção quase quatro vezes maior da receita em relação aos custos ($B/C = 3,72$). Portanto, tais resultados indicam uma excelente oportunidade de negócios, dada a rentabilidade financeira deste empreendimento.

Quadro 20 - Resultado do Estudo de Viabilidade do Eucalipto – Financiamento Programa Produtor Florestal da Veracel Celulose

Indicadores Econômicos	Resultados
Custo Total em 7 Anos – R\$/ha	7.186,16
Receita Bruta Total em 7 Anos – R\$/ha	26.719,56
Receita Líquida Total em 7 Anos – R\$/ha	19.533,40
B/C	3,72
TIR	37%
VPL (12%)	7.230,37
VPL (10%)	8.572,61

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados fornecidos pela VERACEL CELULOSE, 2008

De forma resumida pode-se avaliar a rentabilidade da produção de eucalipto, através da Figura 11, que demonstra os resultados dos indicadores físicos do empreendimento, de acordo com a metodologia do Programa Produtor Florestal. Desta forma, os valores de custos e receitas são convertidos em m³. No ato do recebimento pela entrega da madeira, converte-se esses valores monetariamente.

⁴ A descrição detalhada do fluxo de caixa e dos indicadores físicos e econômicos encontra-se no Anexo B

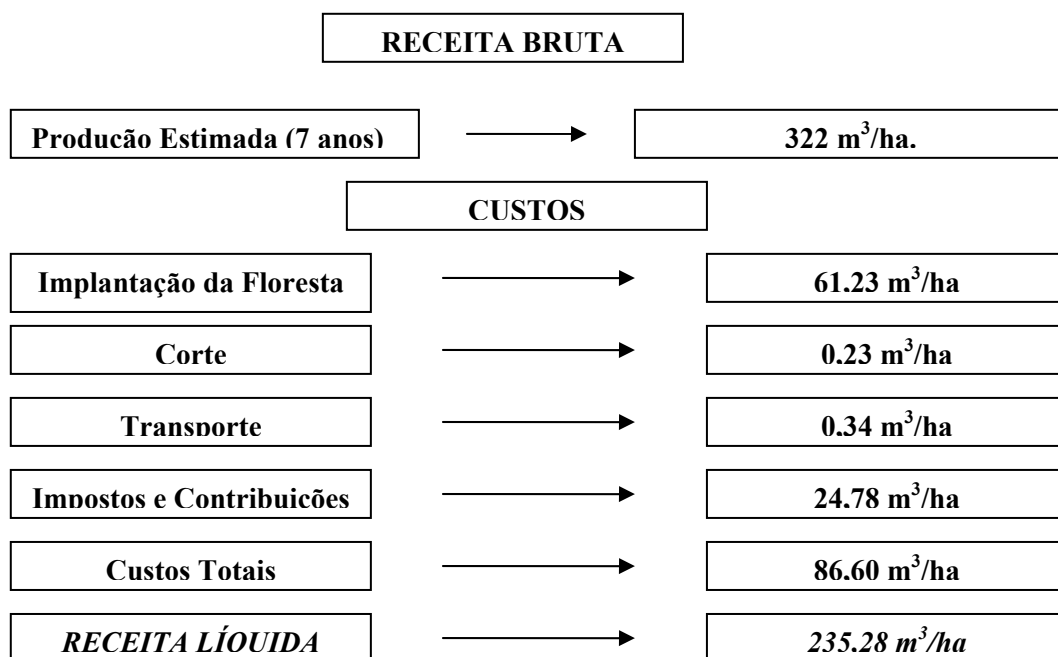


Figura 11 – Resultado dos Indicadores Físicos para formação de Receita Líquida da produção de eucalipto com Financiamento Programa Produtor Florestal

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da VERACEL E DO PRODUTOR, 2008

A principal vantagem do investimento financiado pelo PPF é que neste caso, o produtor possui garantia da compra de 97% da madeira, sendo que todo o empreendimento foi financiado. E sendo a sua receita bruta calculada em metros cúbicos ao preço do dia da entrega, o produtor pode aferir ganhos ainda maiores do que o previsto.

O manejo florestal nas propriedades fomentadas é o mesmo utilizado nos plantios da Veracel, cujo objetivo é a maximização da produtividade, a qualidade da silvicultura e a proteção das florestas contra pragas, doenças e incêndios florestais.

Portanto, o produtor, proprietário do imóvel rural tem pouca participação na implantação, durante o ciclo das florestas, no corte e transporte da madeira. Em contrapartida a propriedade deve estar em condições técnicas e ambientais para a implantação florestal, com a situação fundiária legalizada e juridicamente desimpedida.

5.1.2.2 Análise de Viabilidade Econômica do eucalipto: Financiamento do PRONAF Florestal

O PRONAF Florestal é uma iniciativa dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente (MMA), objetivando estimular os agricultores familiares à prática da silvicultura, do manejo florestal e da implantação de sistemas agroflorestais, concedendo crédito adequado à realidade destas atividades (MDA, 2008), e oferecendo serviços de assistência técnica e extensão florestal aos agricultores. Os beneficiários são agricultores familiares dos grupos B, C e D, tendo como prazo de pagamento, 16 anos, taxas de juros de 2% ao ano e carência de oito anos. As garantias exigidas pelo sistema financeiro são: o cadastro aprovado nos bancos e a apresentação de projeto de viabilidade técnica. A assistência técnica é oferecida pelas secretarias estaduais, instituições públicas de ensino, organizações não-governamentais e assistência técnica e extensão rural (ATER). O Programa dentro de seus objetivos busca a recuperação de áreas de preservação ambiental e estímulo ao reflorestamento com fins comerciais, visando à geração de emprego e o incremento da renda familiar por meio do uso múltiplo da pequena propriedade rural.

O PRONAF Florestal se enquadra na modalidade Investimento, e seus recursos são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Os limites de crédito são: Grupo B, até R\$ 2 mil; Grupo C, até R\$ 8 mil; Grupo D, até R\$ 12 mil. Os agentes financeiros são: o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia.

Os custos utilizados são os mesmos do estudo de viabilidade do projeto financiado pelo PPF. No entanto, neste caso são adicionados os custos com a aquisição das mudas de eucalipto, ao preço de R\$ 0,29 cada, e a taxa de juros pela obtenção do crédito. O PRONAF Florestal não é beneficiado com bônus de adimplência. Para este estudo, visando um melhor comparativo com os resultados do PPF, considera-se que o produtor liquidará a dívida com o banco no sétimo ano da produção, ou seja, na época do corte⁵. A Figura 12 demonstra os resultados dos indicadores físicos deste empreendimento, sendo a receita líquida 23,44 m³ menor que no projeto financiado pelo PPF. Deve-se ressaltar que a menor rentabilidade da implantação de

⁵ No Anexo C estão detalhados o fluxo de caixa dos custos e receitas, e os indicadores econômicos e físicos.

eucaliptos, tendo o PRONAF como financiador se deve também à falta de subsídio ao custo do frete, tornado o preço da madeira, menor. O preço do m³ da madeira produzida para a Veracel é de R\$ 82,95, enquanto que a venda descasada da PPP tem o preço de mercado de R\$ 77,45/m³.

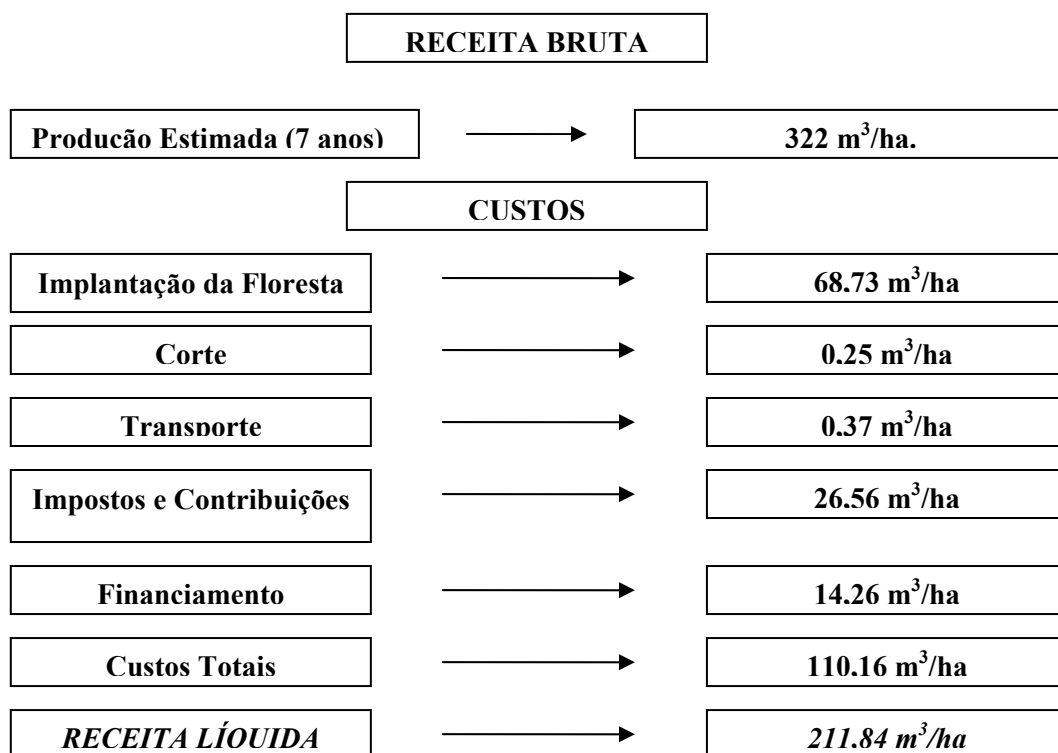


Figura 12 – Resultado dos Indicadores Físicos para formação de Receita Líquida da produção de eucalipto com Financiamento do PRONAF

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da VERACEL E DO PRODUTOR, 2008

Analisando o Quadro 21, com os resultados do estudo de viabilidade do projeto de implantação do eucalipto, financiado pelo PRONAF, observa-se que embora o empreendimento seja economicamente viável seus custos superam os do projeto fomentado pelo PPF, sendo a variável de maior impacto, o custo financeiro (taxa de juros do financiamento).

Quadro 21 - Resultado do Estudo de Viabilidade do Eucalipto – Financiamento PRONAF

Indicadores Econômicos	Resultados
Custo Total em 7 Anos – R\$/ha	8.532,13
Receita Bruta Total em 7 Anos – R\$/ha	24.398,90
Receita Líquida Total em 7 Anos – R\$/ha	16.406,77
B/C	2,92
TIR	31%
VPL (12%)	5.495,56
VPL (10%)	6.676,89

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados fornecidos pela VERACEL CELULOSE, 2008

O custo total do projeto financiado pelo PRONAF supera o do PPF em R\$1.345,97, sendo R\$1.104,40 referente ao pagamento de juros e R\$ 241,57 para a aquisição de mudas para o plantio. A relação benefício custo também é menor (2,92), assim com a TIR e o VPL, evidenciando um menor retorno financeiro deste projeto, que ainda tem como desvantagem adicional, o a incerteza do produtor quanto à venda da sua produção.

5.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Do ponto de vista econômico, o investimento na produção de eucalipto no Extremo Sul da Bahia é mais rentável financeiramente para os produtores integrantes do Programa Produtor Florestal da Veracel Celulose. Dentre as vantagens oferecidas pela empresa que mais se destacam são a não incidência de juros sobre o financiamento total do projeto; o fornecimento das mudas; uma efetiva assistência técnica; subsidio aos custos de frete; compromisso de compra de 97% da produção, e a possibilidade de adiantamento da receita (incidindo em 1% de juros sobre o adiantamento), concedendo, desta forma uma alternativa de renda ao produtor, antes do corte.

Embora o PRONAF ofereça uma rentabilidade menor, ainda assim é viável economicamente, podendo este empreendimento gerar lucros ao produtor. No entanto essa desvantagem em relação ao PPF demonstra a necessidade das políticas públicas de incentivo à agricultura de se adequem às necessidades dos agricultores familiares, principalmente no que se refere à concessão de assistência técnica, e às exigências de garantias feitas aos agricultores. No entanto, não se pode pensar apenas em ganhos econômicos isolados, mas no desenvolvimento sustentável do meio rural e de forma geral. E nesse aspecto o PRONAF se aproxima deste objetivo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Território do Extremo Sul da Bahia é atualmente objeto de muitas discussões devido aos recentes eventos que vêm ocorrendo, suscitando o interesse de ambientalistas, empresários, cientistas sociais, acadêmicos, dentre outros agentes. O desenvolvimento de atividades econômicas intensivas em capital, em um espaço caracterizado pela existência de importantes áreas de biodiversidade da Mata Atlântica, e marcado por movimentos sociais rurais, sem dúvida desperta o debate sobre temas como a preservação ambiental, o desenvolvimento sócio-econômico e a sustentabilidade no meio rural.

A exploração dos recursos naturais sempre esteve presente neste Território, em especial sob a forma de extração madeireira, atividade desenvolvida desde a época da colonização portuguesa. As atividades agrícolas, durante séculos não desempenharam papel relevante para a economia local, que somente obteve representatividade na segunda metade do século XX, após a intensificação das atividades madeireiras, da pecuária extensiva e da inauguração de estradas federais e estaduais que romperam de vez com o isolamento físico e econômico do Extremo Sul baiano.

Deve-se ressaltar que foi durante este período, entre os anos de 1950 e 1980, que ocorreu uma acelerada devastação das florestas, causando enormes perdas ambientais. E foi também, a partir de então que se fortalece a pecuária e a agricultura, sendo inseridos cultivos como o café, a fruticultura e se fortaleceu a cana-de-açúcar. Alguns desses cultivos se deram mais fortemente sob a forma de monocultura.

Por ser um Território que historicamente se caracterizava pela presença da agricultura familiar e pela presença de remanescentes da cultura indígena, o processo de concentração fundiária difundida no último século, surge como um importante fomento à ação de movimentos sociais no campo. E ao levantamento de questões sobre o avanço de atividades que se desenvolvem baseados na grande propriedade, no uso intensivo de capital e na pouca utilização de mão-de-obra.

O avanço do cultivo do eucalipto no Extremo Sul da Bahia foi viabilizado economicamente pelas empresas produtoras de papel e celulose, oriundas do Sudeste do País, em busca de vastas porções de terras a preços baixos, e que possibilitassem o aumento de suas escalas de

produção, uma vez que em seus Estados de origem não havia possibilidade de expansão da produção.

Cada vez mais no mundo moderno, expande-se a demanda por papel, principalmente após a disseminação do uso de computadores e impressoras. E, neste espaço, o setor industrial de celulose e papel encontra um contexto favorável à expansão de seus negócios, a saber, subsídios e incentivos fiscais; terras a baixo custo; mão-de-obra barata, embora desqualificada; e boas condições naturais. Além do eucalipto, matéria-prima imprescindível para a produção, apresentar uma boa adaptação ao clima e solos locais.

O setor de papel e celulose no Brasil vem crescendo significativamente nos últimos anos, criando oportunidades de ganhos financeiros e de mercado para empresas nacionais e estrangeiras, colocando atualmente o País entre os maiores produtores mundiais. E este crescimento, necessariamente implica em demandas cada vez maiores de eucalipto, e, portanto, de terras para o plantio.

Para a instalação das plantas produtivas, a Bahia Sul e a Veracel adquiriram grandes quantidades de terras, plantando o eucalipto sob a forma de monocultura. Essas empresas vêm buscando integrar os produtores locais na produção de parte da madeira necessária às suas produções, contribuindo assim com a reconfiguração agrícola-agrária deste espaço. Esta modificação tem sido evidenciada nos últimos censos agropecuários que demonstram a diminuição do número de pequenas propriedades e o aumento das áreas das grandes, ou seja, a intensificação da concentração de terras.

É inegável o papel desempenhado pelo setor para a economia, não só local, mas também para a economia nacional, ao contribuir com: os PIBs municipais, a arrecadação de impostos, a geração de empregos e a inserção do País no mercado internacional. No entanto devem ser considerados também os impactos negativos, no sentido de minimizá-los. E neste aspecto a ação do Estado torna-se relevante.

Diante desse contexto acirram-se fortes debates baseados em visões antagônicas: de um lado, os defensores do desenvolvimento econômico, pela busca exagerada da acumulação de capital. De outro os ambientalistas que atribuem ao eucalipto grandes prejuízos aos recursos naturais ainda disponíveis, condenado totalmente a sua disseminação. E, mais recentemente,

defende-se que o ideal de se alcançar crescimento econômico, associado aos interesses sociais e ambientais de forma sustentável.

A questão dos prejuízos ambientais é um claro exemplo dessas contradições. Muito já se evoluiu, quanto às atribuições exageradas dos impactos negativos do eucalipto. Mas ainda assim, seu avanço tem gerado modificações às paisagens naturais, e obviamente, a monocultura, por suas próprias características é causadora de significativos impactos.

Quanto aos aspectos sociais, observam-se impactos, muitas vezes nocivos às sociedades inseridas neste contexto, identificadas por alguns eventos, como o êxodo rural, e a diminuição de postos de trabalho no campo, devido o próprio processo de concentração de terras e pela prática da monocultura. A pesquisa de campo desta pesquisa reforçou o que foi visto em muitas referências sobre o tema e sobre o Extremo Sul da Bahia, pois os agentes entrevistados, em muito, mostraram-se insatisfeitos com a chegada do eucalipto e da Veracel Celulose, seja pelo não atendimento das expectativas, seja pelos impactos causados sobre a agricultura e sobre os recursos naturais locais.

E é neste contexto que se faz imprescindível uma efetiva ação do Estado, no sentido de minimizar os efeitos destrutivos das atividades de caráter eminentemente voltadas à acumulação de capital, assegurando a inserção dos agricultores e trabalhadores mais pobres. No caso específico deste estudo, deve-se atentar para a agricultura familiar, responsável pela produção diversificada de alimentos, por assegurar a permanência do homem no campo, gerando emprego e renda.

Neste aspecto ressalta-se a importância de políticas de crédito rural que viabilizem o crescimento do setor agrícola, sobretudo para os pequenos produtores, carentes de recursos e de assistência técnica.

As empresas de papel e celulose, como a Veracel vêm expandindo suas ações neste sentido, ao integrar os produtores do Território na produção de madeira de eucalipto, através do Programa Produtor Florestal, que em muitos aspectos, principalmente econômicos, são mais atrativos que programas como o PRONAF, ocupando o papel que deveria ser efetivamente desempenhado pelo Estado.

Em realidade esta integração tem dado às empresas o poder que deveria ser desempenhado pelo Governo, pois ao conceder crédito e assistência, também determina o quê vai ser cultivado, onde e como, modificando assim a estrutura agrícola-agrária do Território. Além disso, as empresas diminuem o caráter eminentemente monocultor da silvicultura para fins industriais, ao ter plantações em propriedades que desenvolvem outros cultivos ou criação de animais.

Através do estudo de viabilidade econômico realizado nesta pesquisa, os resultados encontrados apontaram para uma maior rentabilidade financeira do eucalipto em relação a um projeto financiado pelo PRONAF. Mas deve-se questionar se iniciativas como o Programa Produtor Florestal são capazes de garantir que a agricultura familiar desempenhe sua função social. Desta forma, muitos aspectos do avanço do eucalipto ainda carecem de estudos e reflexões, principalmente no que se refere às perdas ambientais, e aos impactos sociais e econômicos dado que esta é ainda uma atividade ainda recente no Território do Extremo Sul da Bahia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Danilo Sette. Recuperação ecológica de paisagens fragmentadas. **Série Técnica IPEF**. v. 12, n. 32, p. 99-104, dez. 1998.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>>. Acesso em: 12 dez. 2008.

ARAÚJO, Leandro Guimarães. **Impactos sobre a estrutura agrária decorrentes da expansão da indústria de papel e celulose no Extremo Sul da Bahia**. 2006. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - FCE/ UFBA, Salvador, 2006. 76 p.

AST Consultoria e Planejamento Ltda. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Prado-Ba**. Prado. 2004.

AST Consultoria e Planejamento Ltda. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Belmonte-Ba**. Belmonte. 2004.

AST Consultoria e Planejamento Ltda. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Itapebi-Ba**. Itapebi. 2005.

AUGUSTO, Lia Geraldo da Silva. Riscos ambientais em contextos sociais vulneráveis. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 10, n. 04, p. 253-259, mar.2001.

BAHIA SUL CELULOSE. **Localização**. Disponível em: <www.bahiasulcelulose.com.br>. Acesso em: 20 jan. 2006.

BAHIA SUL CELULOSE. **Relatório de sustentabilidade**, 2007. Disponível em: <www.bahiasulcelulose.com.br>. Acesso em: 10 jan. 2007.

BAIARDIL, Amílcar. **Formas de agricultura familiar, à luz dos imperativos de desenvolvimento sustentável e de inserção no mercado internacional**. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sober/trab339.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2006.

BNDES. **Programas agropecuários**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/agropecuaria/default.asp>>. Acesso em: 13 dez. 2008.

BRACELPA. Associação Brasileira de Celulose e Papel. **Relatório Anual Estatístico**. 2006. Disponível em: <http://www.bracelpa.org.br/bra/index.html>. Acesso em 12 out. 2008.

BRACELPA. Associação Brasileira de Celulose e Papel. **Relatório Anual Estatístico**. 2007. Disponível em: <http://www.bracelpa.org.br/bra/index.html>. Acesso em 12 out. 2008.

BRACELPA. Associação Brasileira de Celulose e Papel. **Relatório Anual Estatístico**. 2008. Disponível em: <http://www.bracelpa.org.br/bra/index.html>. Acesso em 12 out. 2008.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Territórios rurais**. Disponível em: <www.mda.go.br>. Acesso em: 10 out. 2007a.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **EMBRAPA Florestas**. Disponível em: <<http://www.cnpf.embrapa.br/>>. Acesso em: 14 out. 2007b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. PRONAF. Disponível em: <www.pronaf.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2007c.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Biodiversidade e florestas**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=146>>. Acesso em: 14 ago. 2008a.

BRASIL. **Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o estatuto da terra e dá outras providências. Disponível: <http://www.soleis.adv.br>. Acesso em: 15 dez. 2008b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. PRONAF. Disponível em: <www.pronaf.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2008c.

BUARQUE, Cristovam. **Avaliação econômica de projetos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1991. 266 p.

CEPEDES, **O Extremo Sul da Bahia**: refêm nas mãos das empresas de celulose e papel. Disponível em: <http://www.cepedes.org.br/ver_noticia.php?reg=64>. Acesso em: 15 jul. 2007.

CERQUEIRA, Patrícia da Silva *et al.* A agricultura familiar e o PRONAF: elementos para uma discussão. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 3, p, 105-117, dez.2002.

CERQUEIRA NETTO, Sebastião P.; SILVA, Silvio Bandeira de M. Eucaliptização: um processo de especialização do Extremo Sul da Bahia? **Revista de Geografia Agrária**, v.3, n. 6, p. 85-108, ago. 2008.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA.) - CAR. **Política de desenvolvimento para o Extremo Sul da Bahia**. Salvador, 1994.

CORRÊA, Vanessa Petrelli; SILVA, Fernanda Faria. **A problemática da definição do público alvo do PRONAF** – uma análise das liberações dos recursos. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 11, 2004, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ANPEC Nordeste, 2004, 20p.

DIAS, Jorge Noilton. Os impactos da moderna indústria no Extremo Sul da Bahia: expectativas e frustrações. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 14, n. 4, p, 320-325, mar.2001.

GIMENES, Régio Marcio T. *et al.* Evolução do crédito rural no Brasil e o papel das cooperativas agropecuárias no financiamento dos produtores rurais. In: CONGRESSO SOBER NACIONAL, 46, 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco, 2008. p. 18.

GHIRARD, André Garcez; OLIVEIRA, Meire Jane Lima de. Comércio exterior e meio ambiente: o caso da Bahia Sul Celulose. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 10, n. 04, p. 310-319, mar. 2001.

GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **RER**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 02, p. 301-328, abr. jun. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n2/04.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2009.

IBGE. **Censo agropecuário 1995-96**. Rio de Janeiro, n. 15, 1998.

IBGE. **Censo agropecuário 2006-07**. Resultados preliminares. Disponível em: <<http://censos2007.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

IBGE. **Censo demográfico 2000**: migração e deslocamento. Rio de Janeiro, 2000, p. 1.158.

IESB/ RBMA. **Mata Atlântica no Sul da Bahia**. (Caderno, n. 8). 1998.

INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar**. o Brasil redescoberto. Brasília: INCRA, fev. 2000. 74 p.

KIPERSTOK, Asher; MARINHO, Maerbal. Ecologia industrial e prevenção da poluição: uma contribuição ao debate regional. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 10, n. 04, p. 271-279, mar. 2001.

KOOPMANS, José. **Além do eucalipto**: O papel do Extremo Sul, Salvador: BDA, 1997, 197p.

LEITE, Rodrigo. Entrevista sobre o avanço do Eucalipto no Extremo Sul da Bahia. Eunápolis, 25 ago. 2008. Entrevista a Karina Lima Oliveira.

LEITE, José Lacerda. Entrevista sobre o avanço do Eucalipto no Extremo Sul da Bahia. Eunápolis, 26 ago. 2008. Entrevista a Karina Lima Oliveira.

LEMBRANCE, Dinah. Entrevista sobre o avanço do Eucalipto no Extremo Sul da Bahia. Eunápolis, 26 ago. 2008. Entrevista a Karina Lima Oliveira.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil**: sesmarias e terras devolutas. 5. ed. Goiânia: UFG, 2002. 116 p.

LIMA, L. M. A.; MINERVINO NETTO, A. Reconfiguração da Paisagem no Extremo Sul da Bahia, nos Últimos 30 anos.. In: XII Seminário de Iniciação Científica, 2006, Ilhéus. Desenvolvimento Científico com Ética e Inovação. Ilhéus: EDITUS, 2006. 20 p.

LOPES, Carlos Renato A.; CONTADOR Cláudio R. Análise da indústria de papel e celulose no Brasil. Disponível em: <<http://www.geocities.com/Eureka/Enterprises/1900/palestras/artigo-coppead.PDF>>. Acesso em: 15 out. 2008.

MACHADO, G. B. Estruturação agrária na Bahia. **Conjuntura e Planejamento**, Salvador, v. 1, n. 52, p. 31-40, 1998.

MACHADO, G. B. Modernização e contradições no Extremo Sul da Bahia, entre 1950 e 2000. **História Social Atual**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 50-72, 2001.

MACHADO, G. B.; COUTO, Vítor A. Formação regional e movimentos sociais rurais no Extremo Sul da Bahia. In: CONGRESSO SOBER NACIONAL, 37, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 1999. 10 p.

MACHADO, G. B.; COUTO, V. A. Formação social e econômica e sistemas de produção no Extremo Sul da Bahia entre 1950 e 2000. In: CONGRESSO SOBER NACIONAL, 39, 2001, Recife. **Anais...** Recife, 2001. 14 p.

MANUAL do crédito rural. Disponível: <<http://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em: 02 jan. 2009.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril cultural, 1983, v. 1. 301p.

MIGRAY, Luis. Entrevista sobre o avanço do Eucalipto no Extremo Sul da Bahia. Eunápolis, 28 ago. 2008. Entrevista a Karina Lima Oliveira.

MORAES, J. G. L. Os aspectos da agricultura familiar e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF: o caso da região cacauceira da Bahia. In: CONGRESSO SOBER NACIONAL, 37, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 1999. 11 p.

MORI, S. A.; BOOM, B. M.; CARVALHO, A. M. SANTOS, T. S. Southern Bahia moist forest. **The Botanical Review**, v. 49, n. p. 1983. 155 - 232.

MUELLER, Charles C. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente**. Brasília: UNB, 2007. 561 p.

OGATA, Maria Gravina. A nova política ambiental do Estado da Bahia. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 10, n. 04, p. 333-341, mar. 2001.

OLIVEIRA, Gilca Garcia de. Viabilidade econômica de sistemas agroflorestais orgânicos no baixo sul da Bahia – o caso do projeto Onça. In: CONGRESSO NACIONAL SOBER, 44, 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2006. 20 p.

OLIVEIRA, Gilca Garcia de. Cultivos promissores para a diversificação da agricultura familiar no baixo sul da Bahia. In: CONGRESSO NACIONAL SOBER, 44, 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2006. 20 p.

OLIVEIRA, Karina L.; OLIVEIRA, Gilca G. O avanço da monocultura do eucalipto sobre a mata atlântica e a pequena agricultura tradicional: o caso da indústria de papel e celulose no extremo sul baiano. In: ENCONTRO REGIONAL SOBER, 2, 2007, Cruz das Almas. **Anais..** Cruz das Almas, 2007. 15 p.;

OLIVEIRA, Karina L.; OLIVEIRA, Gilca G. *et al.* Reconfiguração da estrutura fundiária no Extremo Sul da Bahia após intensificação da atividade silvícola. In: CONGRESSO NACIONAL SOBER, 45, 2007, Londrina. **Anais...** Londrina, 2007, 20 p.

O MERCADO de papel e celulose. **Revista FAE BUSINESS**, n. 1, nov. 2001. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/fae_business.asp#1>. Acesso em: 10 jun. 2007.

PEDREIRA, Márcia da Silva. Complexo florestal e reconfiguração do espaço rural: o caso do extremo sul baiano. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 13, n. 4, p. 1005-1018, mar. 2004.

REZENDE, Gervásio Castro de. **Estado, macroeconomia e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: IPEA, 2003. 246 p.

REZENDE, Gervásio Castro de. Ocupação agrícola, estrutura agrária e mercado de trabalho rural no cerrado: o papel do preço da terra, dos recursos naturais e das políticas públicas. In: _____ (Org.). **Região e espaço no desenvolvimento agrícola brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. p 173-212.

ROCHA, Georges Souto. **Problemas políticos, sócio-econômicos e ambientais de grandes projetos energointensivos: o caso da indústria de celulose e papel no Extremo Sul da Bahia**. Disponível em: <www.unicamp.br/unicamp/servicos/servicos_bibliotecas>. Acesso em: 01 jul. 2006.

SAYAD, João. **Crédito rural no Brasil: avaliação das críticas e das propostas de reforma agrária**. São Paulo: Pioneira, 1984. 125 p.

SANTOS, Wellington Santos. Entrevista sobre o avanço do Eucalipto no Extremo Sul da Bahia. Eunápolis, 27 ago. 2008. Entrevista a Karina Lima Oliveira.

SCHROTH, G. et al. **Agroforestry and biodiversity conservation in tropical landscapes**. Washington: Island Press, 2004.

SEI. **Celulose e turismo – Extremo Sul da Bahia**. Salvador, 1995. (Série Estudos e Pesquisas, n. 28).

SEI. **Evolução territorial e administrativa do estado da Bahia: um breve histórico**. Salvador, 2001. 120 p. (Série estudos e pesquisas, n. 66).

SEI. **Recentes transformações no rural baiano**. Salvador, 2003. 70 p. (Série Estudos e Pesquisas, n. 68).

SEI. **Sistema de dados estatísticos**. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/index.php>>. Acesso em: 11 set. 2008.

SILVA, Francisco C. T. *et al.* Região e história agrária. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 17-26, 1995.

SILVA, José L. Caetano; SANTOS, Cláudia Santana. Os impactos do plantio de eucalipto e da produção de celulose em comunidades tradicionais no extremo sul baiano. In: ENCONTRO ANNPAS, 2,0 2004, Indaiatuba. **Anais...** Indaiatuba, 2004. 14 p.

SILVA. Almir Silva. Entrevista sobre o avanço do Eucalipto no Extremo Sul da Bahia. Eunápolis, 27 ago. 2008. Entrevista a Karina Lima Oliveira.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA. **Silvicultura**. Disponível em <http://www.sbs.org.br/fato_detalhes.php?> Acesso em: 15 jun. 2006.

SOUZA, Agostinho Lopes *et al.* Sustentabilidade de empresas de base florestal: o papel dos projetos sociais na inclusão das comunidades locais. **Revista Árvore**, Viçosa-MG, v.30, n.6, p.951-960, 2006.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2001. 542 p.

UFBA. **Projeto GeografAR**. Base de dados cartográfica. Disponível em: <<http://www.geografar.ufba.br/biblioteca.html>>. Acesso em: 17 maio 2006.

VALVERDE, Sebastião Renato. **Aspectos sociais, econômicos e ambientais da silvicultura no Brasil e no Entorno das Unidades de Conservação (UCs)**. Viçosa: SIF/DEF/UFV, 2006. 58p.

VERACEL CELULOSE. **Operações florestais**. Disponível em: <www.veracel.com.br/>. Acesso em: 10 jan. 2007.

VERACEL CELULOSE. **Guia do produtor florestal, 2007**. Disponível em: www.veracel.com.br/. Acesso em: 10 dez. 2008.

VERACEL CELULOSE. **Relatório de sustentabilidade, 2006**. Disponível em: www.veracel.com.br/. Acesso em: 10 jan. 2007.

VERACEL CELULOSE. **Relatório de sustentabilidade, 2007**. Disponível em: <www.veracel.com.br/>. Acesso em: 10 jan. 2007.

VIRGENS, Charles. Entrevista sobre o avanço do Eucalipto no Extremo Sul da Bahia. Eunápolis, 28 ago. 2008. Entrevista a Karina Lima Oliveira..

WILLIAMS, G. M.; KROES, R.; MUNRO, I. C. Safety evaluation and risk assessment of the herbicide Roundup® and its active ingredient, glyphosate, for humans. **Regul. Toxicol. Pharmacol.** Orlando, v. 31, p. 117-65, 2000.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Glyphosate**: environmental health criteria 159. Geneva, 1994.

ANEXOS

ANEXO A - PLANO SAFRA 2007/2008 - CONDIÇÕES DO CRÉDITO RURAL DO PRONAF

GRUPO	PÚBLICO	MODALIDADE	FINALIDADE	CRÉDITO/TETO	JUROS	BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA (2)	PRAZO	CARÊNCIA
PRONAF A	Produtores (as) assentados (as) da Reforma Agrária ou beneficiários (as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF do INCRA.	1 Investimento.	Estruturação dos lotes dos (as) assentados (as).	Até R\$ 16,5 mil + R\$ 1,5 mil p/ ater.	0,5% a.a.	De 45% se houver assistência técnica ou 40% nos demais casos aplicados em cada operação.	Até 10 anos.	Até 5 anos dependendo do projeto técnico ou até 3 anos nos demais casos.
PRONAF Grupo A Complementar	Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional da Reforma Agrária – PNRA do INCRA, beneficiários(as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF que contrataram até 01/08/2002 e/ou beneficiários do Programa de Recuperação de Assentamentos – PRA do INCRA.	2 Investimento.	Recuperação das Unidades Familiares dos (as) agricultores (as) assentados (as).	Até R\$ 6 mil.	1% a.a.	Não contempla.	Até 10 anos.	Até 3 anos.
PRONAF A/C	Produtores (as) egressos (as) do Grupo A ou do PROCERA.	3 Custeio (1) (3).	Custeio de atividades agropecuárias.	De R\$ 500,00 até R\$ 3,5 mil (até 3 operações).	1,5% a.a.	De R\$ 200,00 em cada operação, restrito a apenas um bônus por ano agrícola.	Até 2 anos.	Não se aplica.
PRONAF B	Agricultores (as) familiares com renda bruta anual de até R\$ 4 mil.	Investimento e custeio no caso da mamona para o Programa Nacional do Biodiesel.	Investimento para atividades agropecuárias e não-agropecuárias desenvolvidas no meio rural e custeio da mamona para o Programa Nacional do Biodiesel.	Até R\$ 1,5 mil por operação.	0,5% a.a.	De 25% aplicados em cada operação até o valor acumulado financiado de R\$ 4 mil. Após o limite de R\$ 4 mil, operações sem bônus de adimplência.	Até 2 anos.	Não se aplica.

PRONAF C	Agricultores (as) familiares com renda bruta anual acima de R\$ 4 mil e até R\$ 18 mil.	4	Investimento (5) e Custeio (1)(3)(4).	Investimento e custeio para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de acordo com projetos específicos.	Investimento: de R\$ 1,5 mil até R\$ 6 mil Custeio: de R\$ 500,00 até R\$ 5 mil	Investimento: 2% a.a. Custeio: 3% a.a.	Investimento: R\$ 700,00 por produto r(a); (até 2 operações) Custeio: R\$ 200,00 por produto r(a); (até 6 operações)	Investimento: até 8 anos. Custeio: até 2 anos.	Investimento: até 5 anos.
PRONAF D	Agricultores (as) familiares com renda bruta anual acima de R\$ 18 mil e até R\$ 50 mil.	5	Investimento (5) e Custeio (1)(3)(4).	Investimento e custeio para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de acordo com projetos específicos.	Investimento: até R\$ 18 mil Custeio: até R\$ 10 mil	Investimento: 2% a.a. Custeio: 3% a.a.	Não contempla.	Investimento: até 8 anos. Custeio: até 2 anos.	Investimento: até 5 anos.
PRONAF E	Agricultores (as) familiares com renda bruta anual acima de R\$ 50 mil e até R\$ 110 mil.	6	Investimento (5) e Custeio (1).	Investimento e custeio para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de acordo com projetos específicos.	Investimento: até R\$ 36 mil Custeio: até R\$ 28 mil	5,5% a.a.	Não contempla.	Investimento: até 8 anos. Custeio: até 2 anos.	Até 5 anos.
PRONAF Agroindústria	Produtores (as) familiares, cooperativas e associações que desejam beneficiar ou industrializar a produção.	7	Investimento.	Investimento para implantação de pequenas e médias agroindústrias ou ampliação, recuperação e modernização de unidades agroindustriais.	Até R\$ 18 mil	2% a.a. para os Grupos A/C, B, C e D. 5,5% a.a. para o Grupo E.	Não contempla.	Até 8 anos. Até 16 anos no FNE, FNO, FCO.	Até 5 anos.
PRONAF Custeio - Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar	Produtores (as) familiares, cooperativas e associações que desejam beneficiar ou industrializar a produção.	8	Custeio.	Custeio para beneficiamento, industrialização e comercialização da produção.	Crédito Individual: até R\$ 5 mil Crédito formas associativas: até R\$ 2 milhões	4% a.a.	Não contempla.	Até 12 meses.	Não se aplica.
PRONAF Cota-Parte	Agricultores (as) familiares filiados (as) à cooperativas de produção de produtores rurais.	9	Custeio, Investimento e capital de giro.	Integralização de cotas-partes, aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.	Crédito Individual: até R\$ 5 mil	4% a.a.	Não contempla.	Até 6 anos para investimento fixo. Até 3 anos nos demais casos.	A ser definido no projeto

PRONAF Mulher	Mulheres agricultoras independente do estado civil.	10 Investimento (uma única operação de crédito).	Investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse da mulher agricultora.	Grupos A, A/C e B: até R\$ 1,5 mil Grupo C: até R\$ 6 mil. Grupo D: até R\$ 18 mil Grupo E: até R\$ 36 mil	Grupos A, A/C e B: 0,5% a.a. Grupos C e D: 2% a.a. Grupo E: 5,5% a.a.	Grupos A, A/C e B: de 25% sobre cada parcela. Grupo C: R\$ 700,00 por produtora.	Grupos A, A/C e B: até 2 anos. Grupos C, D e E: até 8 anos.	Grupos C, D e E: até 5 anos.
PRONAF Jovem	Jovens agricultores (as) familiares, entre 16 a 29 anos, que tenham no mínimo 100 horas de cursos ou estágios.	11 Investimento (uma única operação de crédito).	Investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse do (a) jovem agricultor(a) rural.	Até R\$ 6 mil	1% a.a.	Não contempla.	Até 10 anos.	Até 5 anos dependendo do projeto técnico e até 3 anos nos demais casos.
PRONAF Convivência com o Semi-Árido	Agricultores (as) familiares enquadrados (as) nos Grupos: A, A/C, B, C ou D.	12 Investimento.	Investimento em infraestrutura hídrica (50% do valor) e demais infra-estruturas de produção agropecuária.	Até R\$ 6 mil	1% a.a.	Não contempla.	Até 10 anos.	Até 3 anos.
PRONAF Floresta	Agricultores (as) familiares dos Grupos: A, A/C, B, C ou D.	13 Investimento.	Implantação de projetos de sistemas agrofloretais, exploração extrativista ecologicamente sustentável e plano de manejo e manejo florestal.	Recursos do FNE, FNO, FCO (6), Grupo B: até R\$ 2 mil Grupo C: até R\$ 8 mil Grupo D: até R\$ 12 mil Recursos dos Fundos para outras finalidades ou recursos das demais fontes Grupo B: até R\$ 1,5 mil Grupo A, A/C e C: até R\$ 5 mil Grupo D: até R\$ 7mil	2% a.a.	Não contempla.	FNE, FNO, FCO: até 16 anos. Outras Fontes: até 12 anos.	Até 8 anos.
PRONAF Agroecologia	Agricultores (as) familiares enquadrados (as) nos Grupos: C ou D ou E, que desenvolvam sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos.	14 Investimento.	Investimento para implantação dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos.	Grupo C: até R\$ 6 mil Grupo D: até R\$ 18 mil Grupo E: até 36 mil	Grupos C e D: 2% a.a. Grupo E: 5,5%a.a.	Não contempla.	Até 8 anos.	Até 3 anos.

PRONAF ECO Sustentabilidade Ambiental	Agricultores familiares enquadrados nos Grupos C, D ou E.	15 Investimento.	Investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, biocombustíveis, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos e silvicultura.	Grupo C: até R\$ 6mil Grupo D: até R\$ 18mil Grupo E: até R\$ 36mil	Grupos C e D: 2% a.a. Grupo E: 5,5% a.a.	Não contempla.	Até 12 anos para projetos de silvicultura e até 8 anos nos demais casos.	Até 8 anos para projetos de silvicultura e 3 anos ou até 5 anos nos demais casos, dependendo do projeto técnico.
<p>Quanto às garantias – consulte o Banco, pois há casos em que não são exigidas garantias, apenas garantia pessoal do produtor (a).</p> <p>1. Nos casos dos custeios agrícolas é obrigatória a adesão ao PROAGRO MAIS, para o Grupo E, pode-se optar entre o Proagro e o Proagro Mais.</p> <p>2. O (A) produtor (a) somente fará jus ao bônus se pagar as parcelas do financiamento em dia.</p> <p>3. Os limites de crédito de custeio podem ser elevados em 30% quando destinados as lavouras de arroz, feijão, mandioca, milho e trigo.</p> <p>4. Os limites podem ser ampliados em 50% para projetos de bovinocultura de corte ou de leite, bubalinocultura, carcinicultura, piscicultura, fruticultura, olericultura e ovinocaprinocultura, avicultura e suinocultura desenvolvidas fora do regime de parceria ou integração com agroindústrias; sistemas agroecológicos ou orgânicos de produção.</p> <p>5. Os limites podem ser ampliados em 50% para projetos de bovinocultura de corte ou de leite, bubalinocultura, carcinicultura, piscicultura, fruticultura, olericultura e ovinocaprinocultura e em projetos de infra-estrutura hídrica, inclusive aquelas atividades relacionadas com projetos de irrigação e demais estruturas produtivas que visem dar segurança hídrica ao empreendimento; avicultura e suinocultura desenvolvidas fora do regime de parceria ou integração com agroindústrias; sistemas agroecológicos ou orgânicos de produção; atividades relacionadas com o turismo rural; aquisição de máquinas, tratores e implementos agrícolas, veículos utilitários, embarcações, equipamentos de irrigação, equipamentos de armazenagem e outros bens dessa natureza destinados especificamente à agropecuária, exceto veículos de passeio.</p> <p>6. Exceto para os Grupos A e A/C</p> <p>7. Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar – PGPAF: Garantia de preços para os agricultores(as) familiares que acessaram os créditos de custeio a partir da safra 2006/2007 para a produção de milho, mandioca, arroz, feijão, soja e leite.</p>								

Fonte: MDA/ SAF, 2007/2008

ANEXO B – Estudo de Viabilidade Econômica do Eucalipto: Financiamento Programa Produtor Florestal

Financiamento: Programa Produtor Florestal					
Nome: Fazenda Esperança		Localidade: Guaratinga		Área da Propriedade: 40 ha	
Indicadores Numéricos			Indicadores Econômicos		
Incremento Médio Anual	m ³ cc/ha/ano	55	Preço da madeira	R\$m ³	77,45
Área de plantio	ha	15,83	Adicional de Frete	R\$m ³	5,53
Idade de corte	Anos	7	Preço total de madeira	R\$m³	82,95
Produtividade	m ³ cc/ha	322	Custo colheita, baldeio, carreg.	R\$m ³	19,50
Distância da Fábrica	km	119	Custo de Transporte	R\$m ³	28,40
Produção total	m ³	5.092	Preço histórico arroba boi	R\$	78,00

A – FLUXO DE CAIXA	Unidades	Coeficientes Técnicos	Custos Anuais (R\$/ ha)						
			1	2	3	4	5	6	7
I - CUSTOS									
1. Adequação da área									
Destoca, sistematização (Média 4:00 hm)	hm	4	336,72						
Limpeza da área manual (Leve 7:00hh)	hh	7	97,76						
Abertura de rumos			67,8						
Subtotal I			502,28						
2. Implantação									
1º combate a formigas	d/h		54,41						
Aplicação de herbicida mecanizada faixa 2 linhas	hm		44,51						
Susolagem - D6	hm		483,42						
Grade na linha e fosfatagem	hm		75,86						
2º combate a formigas	dh		34,00						
Plantio com adubação - kit Gel	d/h		286,81						
Aplicação de herbicida pre-emergente em faixa	hm		63,75						
Irrigação de plantio			95,50						
3º Combate às formigas	hm		34,00						
Replantio com adubação - kit Gel	d/h		50,02						
Replantio com adubação - kit Gel	d/h		50,02						
Irrigação de replantio			51,15						
Acabamento de estradas e aceiros	d/h		38,98						
Insumo - Herbicida (Scout ou Roundup)	d/h		26,00						
Transporte	unidade								
Subtotal II			1.388,43						
3. Manutenção									
Coroamento Manual (100% da área)	d/h		130,06	130,06	130,1	130,1	130,06	130,1	130,06
1ª Capina Química na Linha - CQL	dh		158,41	158,41	158,4	158,4	158,41	158,4	158,41
1ª Capina Química na Entrelinha - CQE	dh		83,81						
2ª Capina Química na Linha - CQL	dh		158,41						
2ª Capina Química na Entrelinha - CQE	dh		83,81						
Capina Química Total - CQT	dh		90,17						
Herbicida - glifosate	l								
Adubação mecanizada - de 6 meses 10-00-30	hm	1,3	149,5	59,8	59,8	59,8	59,8	59,8	59,8
Insumo - Herbicida (Scout ou Roundup)	d/h			104,00					
Manutenção de aceiros e combate a formigas	ton			28,55	28,55	28,55	28,55	28,55	
Subtotal III = R\$ 3.190,54			854,17	480,82	376,8	376,8	376,82	376,8	348,27
4. Colheita/Beneficiamento									
Colheita, baldeio e carregamento	R\$/m3								19,50
Frete	R\$/m3								28,4
Subtotal IV			0	0	0	0	0	0	47,9
5. Financiamento									
Taxa de juros			0	0	0	0	0	0	0
Subtotal V			0	0	0	0	0	0	0
6. Impostos e Contribuições									
INSS (2,3% do faturamento bruto)									614,55
Imposto de Renda: 27,5 de 20% faturamento bruto									1.442,46
Subtotal VI									2.057,01
CUSTO TOTAL			Subtotais I + II + III + IV + V + VI = 502,28 + 1.388,43 + 3.190,54 + 47,9 + 2.057,01 = 7.186,16						

ANEXO C Estudo de Viabilidade Econômica do Eucalipto: Financiamento PRONAF

Financiamento: Programa Produtor Florestal					
Nome:		Localidade:		Área da Propriedade:	
Fazenda Esperança		Guaratinga		40 ha	
Indicadores Numéricos			Indicadores Econômicos		
Incremento Médio Anual	m ³ cc/ha/ano	55	Preço da madeira	R\$m ³	77,45
Área de plantio	ha	15,83	Adicional de Frete	R\$m ³	5,53
Idade de corte	Anos	7	Preço total de madeira	R\$m³	82,95
Produtividade	m ³ cc/ha	322	Custo colheita, baldeio, carreg.	R\$m ³	19,50
Distância da Fábrica	km	119	Custo de Transporte	R\$m ³	28,40
Produção total	m ³	5.092	Preço histórico arroba boi	R\$	78,00

A – FLUXO DE CAIXA	Unidades	Coeficientes Técnicos	Custos Anuais (R\$/ ha)							
			1	2	3	4	5	6	7	
I - CUSTOS										
1. Adequação da área										
Destoca, sistematização (Média 4:00 hm)	hm	4	336,72							
Limpeza da área manual (Leve 7:00hh)	hh	7	97,76							
Abertura de rumos			67,8							
Subtotal I			502,28							
2. Implantação										
Mudas			241,57							
1º combate a formigas	d/h		54,41							
Aplicação de herbicida mecanizada faixa 2 linhas	hm		44,51							
Susolagem - D6	hm		483,42							
Grade na linha e fosfatagem	hm		75,86							
2º combate a formigas	dh		34,00							
Plantio com adubação - kit Gel	d/h		286,81							
Aplicação de herbicida pre-emergente em faixa	hm		63,75							
Irrigação de plantio			95,50							
3º Combate às formigas	hm		34,00							
Replanteio com adubação - kit Gel	d/h		50,02							
Replanteio com adubação - kit Gel	d/h		50,02							
Irrigação de replanteio			51,15							
Acabamento de estradas e aceiros	d/h		38,98							
Insumo - Herbicida (Scout ou Roundup)	d/h		26,00							
Transporte	unidade									
Subtotal II			1.630,00							
3. Manutenção										
Coroamento Manual (100% da área)	d/h		130,06	130,06	130,1	130,1	130,06	130,1	130,06	
1ª Capina Química na Linha - CQL	dh		158,41	158,41	158,4	158,4	158,41	158,4	158,41	
1ª Capina Química na Entrelinha - CQE	dh		83,81							
2ª Capina Química na Linha - CQL	dh		158,41							
2ª Capina Química na Entrelinha - CQE	dh		83,81							
Capina Química Total - CQT	dh		90,17							
Herbicida - glifosate	l									
Adubação mecanizada - de 6 meses 10-00-30	hm	1,3	149,5	59,8	59,8	59,8	59,8	59,8	59,8	
Insumo - Herbicida (Scout ou Roundup)	d/h			104,00						
Manutenção de aceiros e combate a formigas	ton			28,55	28,55	28,55	28,55	28,55		
Subtotal III = R\$ 3.190,54			854,17	480,82	376,8	376,8	376,82	376,8	348,27	
4. Colheita/Beneficiamento										
Colheita, baldeio e carregamento	R\$/m3								19,50	
Frete	R\$/m3								28,4	
Subtotal IV			0	0	0	0	0	0	47,9	
5. Financiamento										
Taxa de juros 2%			0	0	0	0	0	0	0	
Subtotal V			148,55	151,53	154,56	157,65	160,80	164,02	167,30	
6. Impostos e Contribuições										
INSS (2,3% do faturamento bruto)									614,55	
Imposto de Renda: 27,5 de 20% faturamento bruto									1.442,46	
Subtotal VI									2.057,01	
CUSTO TOTAL			Subtotais I + II + III + IV + V + VI = 502,28 + 1.630,00 + 3.190,54 + 47,9 + 1.014,40 + 2.057,01 =							8.3521,13

